

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
(ISCTE)

Natureza e seus usos humanos

Para a história do ambiente da península da Tróia

Orientador:

Prof. Doutor José Manuel Paquete de Oliveira

Co-orientador:

Dr. José Luís Garcia

Mestrando:

José Gomes Ferreira

Tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Lisboa, Dezembro 2002

*A Minha Mãe
e à Memória de Meu Pai e
de Minha Avó Teresa*

Agradecimentos

Sem querer deixar nestas palavras apenas um lugar comum fica o meu mais profundo agradecimento e amizade a todos os que, de uma forma ou de outra, estiveram próximos em momentos tantas vezes superados graças à sua compreensão e amizade. O meu carinho e amizade vão em especial para a Ana Tereza, o Carlos, a Cláudia, o Duarte, a Felizete, a Helena, o Manteigas, o Paulo, o Pedro, a Sandra, a Sara e o Tozé. Deixo também palavras de um especial apreço ao José Luís Garcia e a todos os membros do Programa Ciência, Cultura e Vida Quotidiana, do Instituto de Ciências Sociais, e à investigadora Aida Valadas, convidada a comentar um texto meu num dos seminários do mencionado Programa. Deixo idênticas palavras para quem no passado e no momento presente me tem dado o prazer da sua companhia e o seu apoio no Observa, com destaque para a investigadora Luísa Schmidt, com quem tenho trabalhado nos últimos anos. O meu especial agradecimento também para os, tantas vezes esquecidos, funcionários (as) da Biblioteca Nacional, da Hemeroteca e da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, sem a ajuda dos quais este trabalho não teria sido realizado. Por fim, o meu agradecimento aos colegas, amigos e docentes do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, com destaque para o Prof. Dr. Paquete de Oliveira por todo o seu empenho. A todos eles deixo o meu mais profundo agradecimento.

*“O homem é filho da natureza e o filho não vive sem a mãe. Lançar a humanidade fora da natureza é lançar a humanidade na roda”.
(Guerra Junqueiro)**

* Extraído de Guerra Junqueiro, “A Natureza” In *O Setubalense*, 8 de Abril de 1922.

Índice

	Página
1. Palavras de apresentação.....	5
2. Notas sobre a pesquisa.....	12

Capítulo I Da definição de natureza aos usos humanos da natureza

1. O Que é a natureza?	
1.1. História da ideia de natureza.....	17
1.2. Da noção de natureza à noção de meio ambiente.....	24
2. Usos humanos da natureza	
2.1. A acção do homem na transformação da natureza.....	31
2.2. Exemplos de usos da natureza na história de Portugal.....	37
2.2.1. Alguns exemplos de usos da natureza no estuário do Sado.....	45
3. A evocação da sustentabilidade	
3.1. A natureza perante o desafio da sustentabilidade.....	49
3.2. Do turismo de massas ao turismo-natureza.....	53
3.3. Turismo e sustentabilidade.....	58

Capítulo II Usos humanos da natureza – O exemplo da Península de Tróia

1. Os principais usos da natureza na Tróia	
1.1 Instrumentos de pesquisa.....	66
1.2. Análise genérica dos dados.....	70
2. Usos associados ao património construído.....	77
3. A importância da agricultura na Tróia.....	85
4. Dos banhos na Tróia ao projecto de uma cidade turística.....	89

4.1. Os banhos na Praia da Tróia.....	89
4.2. A viragem para o Turismo – o projecto de uma cidade turística.....	95
4.3. Os Transportes e os usos da natureza.....	105

Capítulo III Que futuro para a península de Tróia?

1. Limitações à intervenção humana.....	116
1.1. As áreas protegidas como restrições aos usos da natureza.....	117
1.2. Áreas protegidas na península de Tróia.....	122
2. O ordenamento de território como instrumento de regulação dos usos da natureza.....	125
3. A recuperação de Tróia e os projectos de investimento.....	132
4. Da discussão pública do Plano de Urbanização de Tróia ao processo de decisão.....	139
Conclusão.....	151

Bibliografia

Anexos

Anexo I Grelha de Notícias

ANEXO II – A Assuntos e vezes que se repetem em cada ano 1919-1974

ANEXO II – B Gráfico com os registos dos usos da natureza no período 1919-1974

ANEXO III Anúncio da constituição da Torralta

Anexo IV Mapa de Tróia (RNES)

Anexo V Lista de Siglas

Anexo VI Cronologia

Índice dos quadros e gráficos

Fotografias:

Foto 1 – A área da Caldeira (Tróia) com a Torralta ao fundo.....	65
Foto 2 – As Ruínas Romanas de Tróia.....	79
Foto 3 – Aspecto parcial da Torralta – Praia estuarina.....	115
Foto 4 – Aspecto parcial da Torralta – Praia oceânica.....	136

Quadros:

Quadro 1 Núcleos das Ruínas Romanas de Tróia.....	82
Quadro 2 Principais restrições à ocupação humana em Tróia.....	123
Quadro 3 Distribuição prevista do número de camas turísticas, por cada UNOP e por cada promotor.....	130
Quadro 4 Distribuição prevista do número de camas residenciais, por cada UNOP e por cada promotor.....	130
Quadro 5 Projectos sujeitos a AIA segundo o Plano de Urbanização de Tróia.....	131

Esquemas:

Esquema 1 Factores determinantes de um turismo sustentável – éticos, políticos, ambientais e de mercado.....	60
Esquema 2 Do processo Torralta às novas propostas de ocupação para a península de Tróia.....	132
Esquema 3 Principais eixos da discussão do Plano de Urbanização de Tróia.....	145

Gráficos:

Gráfico 1 Frequência das notícias por categorias no período 1919-1974.....	71
Gráficos 2 e 3 Usos da natureza nos períodos 1919-1960 e 1961 – 1974.....	91
Gráfico 4 Registo dos usos da natureza no período 1919-1960.....	92
Gráfico 5 Registos das categorias Praia / Turismo / Transportes no período 1919 – 1974.....	107
Gráfico 6 e 7 Categorias Praia – Transportes: 1919-1960, e Turismo – Transportes: 1961-1974.....	112

Mapa:

Mapa de Tróia a Lisboa (incluído no *Estudo histórico hydrografico sobre a barra do porto de Lisboa, Tomo II - Atlas (1883)* de Baldaque da Silva.....76

Mapa 2 – Os actuais empreendimentos de Tróia.....133

1. Palavras de apresentação

Dar corpo a um estudo como o que a seguir se apresenta exige por parte do investigador uma entrega nunca imaginada. Neste caso particular, esta entrega foi partilhada com outros afazeres, mas sem que, no entanto, sejam apenas sentidos como constrangimentos. Pelo contrário, muitos dos restantes afazeres impulsionaram o estudo que a seguir se apresenta, sobretudo porque alguma da prática quotidiana se espera ver nele concretizada e a experiência acumulada no domínio específico do ambiente se quer concretizada como uma mais valia.

Este trabalho não é indiferente à participação do investigador nos projectos Observa¹, que entre a partilha de um espaço e de um sentir pelas questões ditas do ambiente, ajudam a fundamentar e argumentar posições e opiniões sobre essas mesmas questões ambientais. A presente Tese de Mestrado surge, em boa medida, como o resultado dessa partilha e da inscrição no Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, bem como de outras contribuições que ao longo de todo o processo se foram acrescentando e certamente do esforço individual do investigador.

A realização de um estudo como este no âmbito do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação justifica-se com vários argumentos, entre eles: – a metodologia utilizada reflecte essa inserção; – as mudanças em Tróia em vários dos momentos da sua história reforçam essa inserção; – e as mudanças ao nível dos usos da natureza são evidentemente mudanças culturais. No último aspecto inscrevem-se, por exemplo, os objectos recuperados das Ruínas Romanas e que espelham as intervenções do homem sobre a natureza, uma intervenção por intermédio da tecnologia e, vistas assim as coisas, também como elemento de cultura das sociedades de que são produto. Assumindo antecipadamente como cultura a relação do homem com a natureza, nas suas diversas possibilidades.

Três outros grandes motivos foram os responsáveis pelo rumo da investigação, com a particularidade de qualquer um deles envolver o investigador, ao participar em todos eles. À frente destes motivos encontra-se a necessidade de dar maior profundidade

¹ O Observa é um Programa de investigação criado na transição de 1996 para 1997 pelo ISCTE e pelo ICS com base num protocolo com o IPAMB, parceria que se manteve até ao final de 1999. Das suas iniciativas destacam-se os dois primeiros inquéritos nacionais sobre os portugueses e o ambiente. O actual Observa é constituído pelo ISCTE e pelo ICS, com o apoio do Instituto do Ambiente (IA).

a um primeiro estudo realizado no Observa sobre a península de Tróia² no momento do surgimento do seu Plano de Urbanização. Outro dos motivos encontra-o no debate de um texto introdutório – “Tróia: o desafio da sustentabilidade” – ocorrido no contexto do Instituto de Ciências Sociais no denominado Programa de Ciência, Cultura e Vida Quotidiana³, cujo contributo promoveu uma importante viragem no âmbito da pesquisa, ao centrar-se definitivamente numa abordagem que pretende privilegiar os usos humanos da natureza. Outro impulso importante, embora a título transversal, é dado pela participação do investigador nos últimos anos no projecto “Para uma História das Questões Ambientais em Portugal”, coordenado pela Doutora Luísa Schmidt (ICS / Observa). Com toda a certeza, estes foram importantes momentos no processo de contextualização do presente estudo, que impulsionaram uma reflexão mais aprofundada e o estabelecimento de critérios de maior rigor.

O principal objectivo da investigação passa pelo traçar através da análise sociológica de parte substancial do percurso histórico de Tróia e pela identificação dos usos da natureza que caracterizaram cada período histórico, assim como os seus principais protagonistas⁴. No final espera-se que o recurso ao tempo logo permita a compreensão das mudanças ocorridas, como se reflectem no presente e como se podem traduzir no futuro. O maior dos desafios encontra-se no facto de pouco ou nada se saber da península, com excepção dos empreendimentos turísticos. Assim se avançará, com a convicção de que entre o passado e o presente de Tróia muitas mudanças ocorreram relativamente aos usos da natureza.

Sobre o passado de Tróia praticamente apenas se conhecem referências às Ruínas Romanas e ao usufruto por parte de algumas famílias das suas praias durante a época balnear ou então os problemas que afectaram a Torralta, por exemplo, os

² O estudo a que se faz referência tem a seguinte designação Garcia, José Luís (Coord.), Ferreira, José Gomes (1999), *Episódios de Conflito Ambiental: A Península de Tróia perante o dilema da requalificação urbana e paisagística e a recuperação turística - Relatório Final*, Lisboa, Observa. Incide basicamente sobre o momento que Tróia vivia no final do ano de 1999, início do ano 2000, um período de transição entre os problemas suscitados pelo "processo Torralta" e as novas propostas de ocupação de tão importante espaço natural.

³ O Programa de Ciência, Cultura e Vida Quotidiana é constituído por vários investigadores, sobretudo em início de carreira, coordenado pelo Professor Doutor. Hermínio Martins e pelo Dr. José Luís Garcia, das suas actividades ressaltam as de âmbito interno, onde têm sido debatidos trabalhos elaborados pelos seus membros, sempre que possível com um convidado externo; e as iniciativas abertas ao exterior, com a realização de dois seminários internacionais dedicado às matérias que dão corpo ao Seminário, um realizado em Cascais no ano 2001 e um realizado em Vila Franca de Xira em 2002.

⁴ Para evitar qualquer dispersão em torno de termos como “intervenientes”, “actores”, “protagonistas”, entre outros, aceita-se que o termo “protagonistas” cobre essa gama de expressões e de papéis, podendo, em alguns casos ser utilizados pontualmente alguns dos restantes termos.

relacionados com os salários em atraso e as greves dos funcionários daquele empreendimento turístico. É sobretudo o passado recente que se conhece, marcado pela quase total predominância de um único uso da natureza – o turismo. Um turismo que para o futuro procura nos valores naturais o espaço para se realizar em toda a faixa de território, quando para trás parece ficar o turismo de massas, caracterizado pela sua sazonalidade e por um único produto – *sol e praia*.

Ao longo das várias décadas do séc. XX até há actualidade rios de tinta se escreveram fazendo alusão à importância do meio natural. Em processo simultâneo, novas expressões surgiram, entre elas: *conservação da natureza*, *protecção do ambiente*, culminando com as de *desenvolvimento sustentável* e *biodiversidade*. São expressões que deixam o simples contexto local dos anteriores acontecimentos para se referirem quer à região, mas também ao país e ao Planeta.

Para o alargamento da escala, bem como para a cada vez maior mediatização das questões ambientais, contribuíram acontecimentos ocorridos, principalmente, a partir da 2.^a metade do séc. XX, sem ignorar o terror atómico inaugurado com as bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, a 5 e 9 de Agosto de 1945. A energia atómica, se por um lado revelou uma nova e grandiosa fonte de energia, por outro lado colocou a descoberto os seus perigos e os riscos resultantes dos seus usos indevidos.

Entre os acontecimentos que servem de exemplo aos efeitos nefastos da intervenção humana sobre a natureza importa referir as sucessivas preocupações com a progressiva crise energética de carácter global, a diminuição dos recursos naturais renováveis, as alterações climáticas, a camada do ozono, a seca ou as tempestades, o efeito de estufa, a degradação dos solos, as chuvas ácidas, a desflorestação da Amazónia e a perda de biodiversidade. A estes acontecimentos adicionam-se um conjunto de acidentes que colocaram em risco a vida dos ecossistemas, com destaque para os acidentes na central nuclear de Three Miles Island, em 1979, e na central nuclear de Chernobyl, em Abril de 1986, o acidente da fábrica de produtos químicos da Union Carbide em Bhopal, em 1984, e o derrame de petróleo no Alasca em Março de 1989, a partir do petroleiro Exxon Valdez, e mais recentemente a maré negra de fuelóleo nas costas da Galiza provocada pelo afundamento do petroleiro Prestige, em 2002.

Paralelamente a estes acontecimentos, os hábitos de consumo geram a cada dia a produção de mais resíduos e o esgotamento gradual dos recursos, sem que ocorra

qualquer mudança de atitude capaz de reverter a situação. No mesmo sentido, décadas depois da crise petrolífera da década de 70, que acordou o mundo subitamente para a ideia de que tinha de deixar de depender dos combustíveis fósseis, coloca-se a questão da dependência face aos combustíveis fósseis e aos seus efeitos sobre o meio atmosférico, sobretudo devido às emissões de dióxido de carbono e ao efeito de estufa. O mesmo se passa com a fruição em espaço natural que se vê a cada dia mais artificializado, aparentemente para satisfazer as exigências de consumidores à procura do que os cartazes turísticos traduzem como sendo o *regresso à natureza*. Nessa lógica da procura e da oferta *criam-se* espaços naturais, sem que seja comprovada a sua preocupação em salvaguardar os valores naturais e as opções de ordenamento e gestão do território.

Não se pode ignorar que os acontecimentos identificados, e muitos mais outros, são obra do homem e o reflexo das tecnologias que emprega, como se constata das palavras de Hans Jonas, após o próprio engenho humano ter invadido, através da técnica, e numa escala nunca antes imaginada, os vários domínios da natureza (Jonas, 1994: 93). Com o resultado da intervenção humana sobre a natureza a saldar-se pelo fim da imunidade da ciência face às sociedades onde se aplica e a ficar ameaçado o "equilíbrio milenário do homem e da terra" (Pelt, 1991: 93). Neste quadro, clamar pelo triunfo da natureza, décadas depois de se tornarem bem visíveis os atentados humanos sobre ela, é uma falácia, dado corresponder ao crescente elogio dos valores naturais quando o que acontece é uma crescente degradação da própria natureza, fruto do crescente poder da tecnociência⁵. Em perigo está cada vez mais o *habitat* do homem no mundo, ou seja, a Terra enquanto morada da Humanidade e de todas as outras espécies. Exige-se, portanto, que as intervenções a levar a cabo devam estar fortemente marcadas pelo *princípio da precaução*.

A intervenção política, e as exigências e participação dos cidadãos, entre outros protagonistas, não poderá nem deverá ser indiferente a todos estes e outros perigos que possam ameaçar o meio natural. Consequentemente, ganham destaque as políticas de

⁵ É Gilbert Hottois quem nos remete para a noção de tecnociência. A partir de W. Barret diz-nos que "A nova ciência é tecnológica na sua essência", já a partir de J. Ellul afirma que "A ciência tornou-se num meio de que a técnica se serve" e de Heidegger "que seria mais justo chamar à ciência uma tecnologia teórica". Adiantando que a partir daqui "a antiga relação teórica de contemplação discursiva cedeu o lugar dominante a uma relação essencialmente activa de manipulação, de reconstrução e de desconstrução da realidade, que põe a representação teórica ao serviço da *actividade manipuladora*". Conclui: "De uma maneira geral, o correlato da ciência do saber teórico tradicional era a essência do objecto a conhecer; o correlato da tecnociência é a *plasticidade do objecto a manipular*" (Hottois, 1990: 14-21).

ambiente, entre elas, neste caso específico, sobretudo as políticas de conservação e restrição aos usos da natureza. Em simultâneo, ganha também destaque a intervenção das organizações não governamentais de ambiente, dos grupos dos cidadãos, dos grupos económicos, dos movimentos políticos, dos *mass media*, mas também da ciência, entre outros.

Relativamente ao turismo, o gradual questionar dos seus modelos de exploração e a crescente consciência pela defesa do ambiente por parte de todos, estão entre os factores catalisadores da mudança de atitude desta actividade face à natureza e são o ponto de partida para as alterações a promover. Motivo que fomentou entre os agentes envolvidos e o público em geral a necessidade da responsabilização face ao espaço natural, entendido agora enquanto património comum da humanidade. É nesse sentido que as políticas públicas procuram regular os usos e a valorização da natureza. A todas essas transformações acresce o facto da questão ambiental ter sido cada vez mais reivindicada, tanto por grupos de defesa do ambiente como por uma opinião pública gradualmente convencida da necessidade da sua salvaguarda. Em resultado dessa pressão exterior, as políticas públicas devem reflectir a pressão do sistema produtivo e a tarefa de proteger um meio ambiente sempre comprometido, assim se compreendendo que a planificação do espaço natural venha a ser fruto da colaboração e do compromisso político.

A expressão da nova atitude está bem presente no facto de às tradicionais práticas de exploração da natureza se terem acrescentado outras. Em qualquer dos casos, a especificidade das suas práticas é caracterizada a partir do uso que fazem dos valores naturais e patrimoniais, segundo uma relação estreitamente ligada à estratificação social e aos modos de vida, promovendo sobretudo um regresso do homem à terra, de forma a estabelecer entre ambos uma relação convivial outrora mantida. Agora com a diferença dessa relação pretender alimentar também o prazer em contemplar a natureza.

Perante uma nova atitude, para que apontam as perspectivas alusivas ao desenvolvimento sustentável, sobressai a ideia de desenvolvimento, entendido como processo que assegura a satisfação das necessidades do presente sem colocar em risco a possibilidade das futuras gerações verem também elas garantida a satisfação das suas necessidades, e no facto de que persistirá o paradoxo entre a salvaguarda da natureza e a exploração dos seus recursos. É, aliás, nesse sentido para que remete a discussão sobre o conceito de sustentabilidade, tantas vezes discutido antes e depois da realização em

Joanesburgo da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Seja como for, o paradoxo persiste e a dúvida permanece: será a defesa do ambiente compatível com o desenvolvimento económico? Este é um dos desafios que a sustentabilidade terá de superar, uma vez que, apesar das inúmeras provas da degradação do Planeta, as iniciativas para dar solução aos problemas, quer a nível local, nacional ou global, são por vezes pontuais ou então meras declarações de intenções.

Sobre o turismo que tipificou Tróia⁶ e outras estâncias balneares durante um largo período, o denominado turismo de massas, identificado basicamente pela concentração espacio-temporal da oferta e procura, pelas intensas pressões sobre o território e pela dependência do exterior, e caracterizou as explorações turísticas do sul da Europa a partir da década de 50, mantendo-se depois ainda por mais duas a três décadas. À semelhança de Tróia e do Algarve litoral, um pouco por todo o lado o processo intensivo da sua exploração, conjuntamente com um nem sempre assumir de responsabilidades, revelou fortes impactos sobre o meio ambiente, agravados por se tratar da exploração de um único produto – o *sol* e a *praia*. Mas gerou também efeitos nefastos sobre a paisagem, nomeadamente por se situar em núcleos urbanos essencialmente verticais e concentrados, e tantas vezes sem preocupações com a adequabilidade aos materiais e às tradições arquitectónicas locais.

As palavras iniciais esboçam a situação de que Tróia parte rumo ao futuro, sendo certo que as decisões hoje a tomar sobre o amanhã devem ser devidamente ponderadas, quando notória é a fragilidade daquele ecossistema. Lamentável, ou mesmo insensato, será perder um ecossistema de tão grande beleza paisagística e cénica, enquadrado pelo Atlântico, pelo rio Sado, pela serra da Arrábida e pela cidade de Setúbal, com uma vegetação bastante rica e indispensável à fixação das areias.

No decurso deste estudo após o esboço histórico da península apresentam-se as propostas para o futuro, com as quais Tróia inicia uma nova etapa com a resolução do denominado problema da Torralta, motivo capaz de impulsionar novas propostas de investimento e motivo para se efectivar um plano de ordenamento. Em análise estará o Plano de Urbanização de Tróia elaborado pela Câmara Municipal de Grândola, e as iniciativas de investimento dos principais grupos económicos privados presentes em

⁶ Durante o presente estudo podem surgir referências a Tróia como sendo “na Tróia”, a designação mais tradicional e ainda usada em Setúbal, mas a referência à península pode ser “em Tróia” neste caso a mais conhecida em todo o país. O mesmo para as referências “da Tróia” e “de Tróia, sobretudo quando se referem à península.

Tróia, com uma ênfase maior para a Sonae/Imoarea, dado o seu papel em todo o processo, mas sem esquecer a Soltróia e a Salvor/Grupo Pestana.

Na sequência da apresentação o Capítulo I procura principalmente reflectir sobre os principais conceitos, entre eles, natureza, ambiente, ecologia e desenvolvimento sustentável. Em contrapartida, o Capítulo II corresponde a um primeiro momento do trabalho de campo, cujo principal objectivo é conhecer o passado de Tróia. Por último, o Capítulo III analisa as propostas para o futuro, para que melhor se entenda passado e futuro.

Pode parecer paradoxal escolher o passado para compreender as decisões que sobre o futuro os decisores tomam, mas essa tarefa pode a seu tempo mostrar-se de grande valia, principalmente por permitir identificar qual a vontade humana ao longo dos tempos sobre tão estreita e exígua faixa de território, cujos atributos naturais são um importante pólo de atracção. No caso particular, com incidência especial sobre os usos da natureza⁷, de que se falará adiante.

A investigação procura ir ao encontro do passado de Tróia. Para tal, tenta não só conhecer e relatar os momentos que antecederam a chegada da Torralta à península, como ir ainda mais longe, procura conhecer o passado praticamente desde o início do séc. XX. O objectivo que prossegue é o de identificar os usos da natureza que caracterizaram cada período histórico, induzindo a uma melhor compreensão das acções que sobre o futuro se projectam ou já estão a ser realizadas. De modo a levar a efeito esses intentos assume três propostas de trabalho:

- *Identificar os principais usos da natureza característicos em cada período histórico;*
- *Identificar qual ou quais os factores que impulsionaram a alteração de uso ou usos, no caso de ter ocorrido alteração;*
- *Identificar os principais protagonistas responsáveis pela alteração aos usos.*

Embora seja uma proposta ambiciosa, em alguns aspectos limitada por constrangimentos impulsionados pela estrutura do próprio Mestrado, é com ela que aqui se inicia a investigação, com a convicção de se estar a dar um contributo a um processo por vezes mantido longe da discussão pública. E, porventura, de impulsionar o

⁷ Ao longo do texto será usado o termo natureza, mesmo podendo estar a referir-se a Natureza, salvo quando tal ocorrer numa citação. O mesmo se passará com os termos ecologia e Ecologia.

surgimento de estudos análogos, quer quanto ao âmbito geográfico, como quanto ao âmbito temático.

2. Notas sobre a pesquisa

Para percorrer os usos da natureza num período tão longo como o previsto (1919-1974), de forma sistemática, e depois retomar as mais recentes decisões sobre Tróia, este estudo descola da sociologia, de onde era originário, para se apresentar numa dinâmica de cujo texto resultante deverá ser fruto dos contributos que retém da aproximação sociológica seguida, devido à formação académica do investigador, não desligada da visão histórica e das humanidades. Assume, desde logo, que não se trata de uma pesquisa sociológica como é comum observar-se, dada a própria especificidade do objecto. Recorre aos relatos históricos, aos minuciosos relatórios arqueológicos mas, sobretudo, às notícias publicadas na imprensa, aos documentos oficiais, aos planos e estratégias previstos e implementados na região, ao que se adicionam algumas das principais propostas dos agentes económicos envolvidos.

Assim se busca contrariar a tese de que sociologia e história sejam maus vizinhos, procurando pontos de contactos. Entre eles, tenta-se minimizar o que Burke chama de provincianismo, quando nos fala de sociologia e de história. Um provincianismo que, da parte da sociologia, tenta ser colmatado pelo recurso ao próprio processo histórico e pela contextualização dos acontecimentos na região e no país, quando tal se mostrar possível, de forma a evitar meras generalizações (Burke, 1980). Quase em simultâneo, toma de Paul Connerton a ideia de que "a reconstituição histórica continua a ser necessária mesmo quando a memória social preserva o testemunho directo de um acontecimento", ainda que essa reconstituição histórica não esteja dependente da memória social (Connerton, 1993: 17).

O resultado é um estudo de caso cuja centralidade se deterá no que se pode denominar como a história do ambiente da península da Tróia, recorrendo aos usos da natureza que tipificaram cada momento histórico, identificando os momentos marcantes e os principais protagonistas. A opção pelo estudo de caso decorre da impossibilidade de efectuar um trabalho com pretensões de tudo analisar e de tudo mencionar. O uso deste método, segundo Judith Belli, "é especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo (...)"

(Bell, 1997: 22). Além disso, trata-se de um método que se interessa sobretudo pela interacção de factores e acontecimentos, com a grande vantagem de permitir a possibilidade do investigador se concentrar num caso específico ou situação e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso (Idem: 23).

Nesta sequência, recorre ao passado na tentativa de inventariar os acontecimentos que o marcaram, com a preocupação de saber em que medida podem servir de referência ao futuro. É assim que, sem se afastar da ideia de Connerton de que a experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado, concorda com Collingwood quando este nos diz que o cientista que queira "saber que determinado acontecimento sucedeu no mundo da natureza só pode saber isso ao consultar o relatório deixado pelo observador e ao interpretá-lo, seguindo determinadas regras, de tal maneira que possa estar certo de que o homem que fez esse relatório observou realmente aquilo que diz ter observado". Concluindo Collingwood que esta "consulta e interpretação de relatórios é a função características do trabalho histórico" (Collingwood: 255).

Tal postura resulta na divisão do estudo em três secções, que não se pretendem estanques, mas apenas reguladoras do âmbito da discussão e do próprio objecto de estudo considerado. O Capítulo I é fundamentalmente dedicado à discussão do conceito de natureza e aos usos humanos dessa mesma natureza. Passa pela preocupação com o rigor na definição de alguns conceitos, entre os quais natureza, ambiente e ecologia, e termina na discussão de temas tão actuais como sejam o desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável. Um dos pontos será empregue na inventariação de alguns dos usos no decorrer da história de Portugal, com uma menção especial a alguns destes usos no Estuário do Sado, alargando o espaço de análise aos territórios periféricos a Tróia.

O Capítulo II privilegia as notícias de imprensa escrita, no caso *O Setubalense*⁸, e a partir daí procede à reconstituição de um vasto período para muitos desconhecido. A ideia que preside ao levantamento efectuado - integralmente as notícias no período entre

⁸ Para simplificar passa a denominar-se apenas como *O Setubalense* o jornal a que se faz referência, contudo, nem sempre teve a mesma denominação e nem sempre teve uma periodicidade. No primeiro ano de análise designa-se *O Setubalense diário da noite*, mas chegou a ter outras designações, por exemplo em 1945 chamou-se *Vitória Setubalense*, embora retomando no final desse ano a designação inicial, passando a ser tri-semanário. Cabe assinalar, no período submetido a análise - 1919-1974 -, as ausências do segundo semestre de 1926 e do primeiro semestre de 1928, neste último, ao que tudo indica, suprimido devido à censura. Uma vez que a análise teve início em Janeiro de 1919 e terminou em Dezembro de 1974 são analisados 55 anos de *O Setubalense*.

1919-1974 - decorre exactamente da necessidade dessa reconstituição e da necessidade de percorrer o período mais longo possível anterior ao surgimento da Torralta e ao turismo de massas que caracterizou a sua presença na península, com uma unidade de medida, os usos da natureza em Tróia. Ainda que o desejo fosse de ir o mais atrás possível, a ausência de informações capazes de permitirem alguma sistematização e comparatibilidade obrigou a iniciar a análise em 1919, data que mesmo assim permite percorrer um longo período, o que poderá facilitar a compreensão do processo histórico. A metodologia utilizada, apresentada de forma pormenorizada logo no início do capítulo em causa, foi estimulada por vários estudos portugueses, em diversos domínios, que em comum têm o recurso à comunicação social (televisão e imprensa escrita) como fonte privilegiada (Brandão, 2002; Lopes, 1999; Schmidt, 1999 e 2000; Traquina, 2001).

Por último, o Capítulo III começa por efectuar uma breve reflexão sobre as áreas protegidas como domínios em que os usos humanos da natureza têm vindo a ser limitados, de forma a ser salvaguardada essa natureza. Nessa tarefa, necessita de planos de ordenamento do território que condicionem e regulem a intervenção humana, planos da maior importância para a regulação da actividade turística, uma vez que é uma das actividades humanas que mais precisa da natureza para se realizar, salvo algumas modalidades de turismo. O Capítulo III traça, portanto, os cenários de que Tróia parte para o futuro.

Do ponto de vista metodológico, o último capítulo assenta basicamente na análise documental. São disso exemplo os documentos que constituem as áreas protegidas em Tróia, entre elas a área de protecção das Ruínas Romanas e da área adjacente, a relativa à Reserva Ecológica Nacional e à Reserva Natural do Estuário do Sado. Mas também os planos de ordenamento, entre eles o Plano Regional de Ordenamento de Território do Alentejo Litoral, conhecido como PROTALI, o Plano Director Municipal de Grândola, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Sado Sines, e por último, já que será ele o principal instrumento a regular os usos da natureza no futuro da península, o Plano de Urbanização de Tróia, elaborado pela Câmara de Grândola e posteriormente aprovado pelo Governo, a 6 de Abril de 2000. Sem esquecer os projectos de investimento dos promotores presentes em Tróia no momento da

elaboração do seu Plano de Urbanização: o Projecto de Investimento da Sonae e os investimentos previstos pela Soltróia e pelo Grupo Pestana.

A conclusão terá de complementar passado e decisões sobre o futuro, pelo que deverá identificar e discutir os principais momentos históricos e com eles fundamentar ou contestar as opções que sobre o futuro se apresentam, no que aos usos da natureza diz respeito. Sem esquecer que os usos da natureza atravessam todos os sectores de actividade e todos ou quase todos os domínios sociais e políticos, sem que isentem de responsabilidades os seus protagonistas e as principais opções políticas tomadas.

Capítulo I

Da definição de natureza aos usos humanos da natureza

1. O que é a natureza?

1.1 História da ideia de natureza

Situar a discussão sobre o momento em que o homem se *manifestou* face ao que lhe era aparentemente exterior é uma tarefa sempre inacabada. Aqui se apresenta um esboço da História da *Ideia de Natureza* com o recurso a duas principais reflexões de suporte: A *História da Ideia de Natureza*, de Robert Lenoble, e *A ideia da natureza*, de R. G. Collingwood, paralelamente ao recurso a outras obras e outros autores. O objectivo principal passa por uma reflexão sobre como tem sido encarada a natureza ao longo da história da Humanidade, numa abordagem que situa o seu conceito próximo de considerações acerca do que é o homem e sobre a relação que mantém com ela, sem esquecer que este mesmo homem é uma parte integrante da natureza.

Vários dos autores percorridos confirmam que a magia se trata da primeira das formas de relação do homem com a natureza. Hans Kelse, ao remeter-nos para o conceito de causalidade, afirma que no *início* o comportamento humano era essencialmente determinado pelo desejo, o que explica a posição de relevo do que chamamos de magia na vida do homem primitivo. Aqui os acontecimentos são determinados pelas leis da natureza e é decisivo o estatuto que este homem primitivo atribui aos seres não-humanos consigo mesmo (Kelse, 1946: 2 e seguintes).

O homem primitivo vê nos objectos naturais, ou por detrás deles, um *superhomem*. Não um ser *supernatural*, mas a consequência *natural* da sua interpretação da natureza. Talvez por isso, concebe os acontecimentos naturais como acções e reacções análogas às da sociedade humana, em resultado do qual a relação que mantém com a natureza é baseada, não na ideia de uma ligação objectiva entre factos mas, na pretensão da relação social. Esse aspecto vai marcar o seu carácter normativo, por isso surgem na mitologia os guardiões, instituídos para verem tudo o que se passa com a natureza e certificarem-se de que tudo acontece com regras prescritas.

Em síntese, segundo Kelse, ao contrário do homem civilizado que distingue natureza e sociedade⁹, a natureza para o homem primitivo não é uma esfera diferente da sociedade. Esse dualismo não existe para ele, muito menos considera a sociedade como uma parte da natureza. Inversamente, a natureza é uma parte da sociedade. Talvez por

⁹ Serge Moscovici traduz bem essa distinção, para ele "La nature est un assemblage autonome de forces et de créatures qui existent de tout temps, suivant un développement propre, harmonieux" (Moscovici, 1994: 333). Por sua vez, "La société est une modalité d'oubli de la nature" (Idem: 335).

isso veja as ocorrências e relações sociais como situações e eventos cósmicos (Idem: 44 e seguintes).

Também Robert Lenoble atribui à magia um dos lugares cimeiros na relação do homem com a natureza. Toma a magia já como uma concepção de natureza, na qual mergulha o sentimento do belo, ao presumir que a natureza se esforça por nos agradar. Na sua opinião, é através da magia que o homem projecta as suas necessidades e os seus desejos na natureza que o rodeia, pois nela nada acontece por acaso, nem nada acontece pelo efeito de leis independentes da história dos homens.

Neste contexto, se alguma coisa se pode censurar aos *mágicos* a última delas é o facto de terem negligenciado *observar* a natureza, embora passem todo o tempo a fazê-lo. Mas Lenoble rejeita a possível semelhança entre esta observação e a nossa observação. Para ele trata-se apenas de contemplação, na medida em que a observação terá tido início com Bacon, Descartes, e Newton, embora a observação da natureza¹⁰ deva ter tido início muito antes do séc. XVIII (Lenoble, 1990).

Contrariamente à magia, prossegue Lenoble, os gregos consideravam a natureza como um todo com alma, por isso preferem traduzi-la através de histórias e atitudes de personalidades humanizadas de origem divina. O mundo da natureza era não só vivo, mas também inteligente. Na referência aos gregos especial importância assume Aristóteles, o qual conceptualiza a natureza e considera que a multiplicidade das coisas se ordena num conjunto - o *Cosmos*¹¹. Aristóteles, numa clara demonstração da oposição da natureza ao acaso, vê o Cosmos como um conjunto regido por leis.

Sobre os gregos Collingwood, não sem antes considerar que o mundo da natureza era encarado pelos gregos como um mundo de corpos em movimento, aponta para os filósofos Jónios dos séculos XVII e XVI a.C., antecessores dos gregos, a quem

¹⁰ Também Comte nos fala sobre a observação quando na Lei dos 3 Estados, ao referir-se à passagem do estado teológico para o metafísico, afirma que "do mesmo modo que a teologia, a metafísica busca acima de tudo explicar a natureza íntima dos seres, a origem e o destino de todas as coisas, o modo essencial de produção de todos os fenómenos; porém, em vez de utilizar os agentes sobrenaturais propriamente ditos, ela substitui-os cada vez mais por estas entidades ou abstracções personalizadas, cujo uso, verdadeiramente característico, permitiu chamá-lo muitas vezes, ontologia". Nesse momento já não domina a pura imaginação, no entanto, não é ainda a verdadeira observação. É no estado positivo que o espírito humano acaba por renunciar às investigações sobre o absoluto e delimitar os seus esforços no campo da autêntica observação, é, então, que, sem remissão possível, a pura imaginação perde a sua antiga supremacia mental e se submete à observação (Comte, 1947: 52 e seguintes).

¹¹ Com Aristóteles o "Cosmos apresenta-se finalmente como um todo, se não ainda de fenómenos, pelo menos de qualidades originais ligadas entre si (e não por nós) num todo coerente". Contudo "Aristóteles não teve de criar a ideia de lei natural (...); mas foi ele que concebeu a ideia de uma Natureza que deixa de ser um símbolo humano e, por consequência, de leis que temos de verificar e não de imaginar segundo o nosso desejo" (Lenoble, 1990: 71).

Aristóteles se referiu classificando-os como os *teóricos da natureza*. Nesta cosmologia, segundo Collingwood, os seus devotos formulavam a pergunta *O que é a Natureza?*, mas logo a convertiam noutra: *De que são feitas as coisas?*, ou *Qual a substância de origem, a substância imutável subjacente a todas as mudanças do mundo natural de que temos conhecimento?* (Collingwood, s/d: 47).

De forma similar, para A. N. Whitehead a questão *De que é feita a natureza?* foi a questão de Platão e Aristóteles. Segundo Whitehead, enquanto Platão se preocupa em assegurar quais são os elementos fundamentais da natureza e como se relacionam entre si, Aristóteles fez a pergunta fundamental: O que queremos dizer com *substância*? (Whitehead, 1957).

Retomando Collingwood, é notória a importância que atribui ao que intitula como sendo a revolução pitagórica, a partir da qual a ênfase passou da ideia de matéria para a ideia de forma. Numa concepção onde o mundo da natureza é encarado como um organismo ou animal material, vivo em todo o lado, num movimento espontâneo. Em vez disso, Platão, no *Timeu*, inicia a sua cosmologia com o espaço e com a matéria. Mas para Aristóteles, tal como para os Jónios e para Platão, o mundo da natureza é um mundo de coisas que se movem por si próprias. É um mundo vivo, caracterizado por movimento espontâneo, em que a natureza se manifesta como processo, crescimento e mudança. Um processo em que a mudança toma formas sucessivas, com cada uma a ser a potencialidade da que lhe sucede, sem que seja “evolução”¹² (Collingwood: 107-119).

Posteriormente, a filosofia naturalística da Renascença considerou a natureza como algo de divino e auto-criador, através de uma concepção que se aproxima muito mais de Platão do que Aristóteles. Pois, enquanto que a tendência da cosmologia pitagórica de Platão era de explicar o comportamento das coisas naturais como um efeito da sua estrutura matemática, a cosmologia de Aristóteles tendia a explicar esse comportamento através de uma laboriosa cadeia de imitações da natureza divina. Este dualismo talvez justifique o facto, segundo as palavras de Collingwood, dos filósofos da Renascença terem adoptado Platão e refutado Aristóteles. Um dualismo apenas desfeito no momento em que Galileu adoptou o ponto de vista pitagórico-platónico às suas

¹² Collingwood esclarece que não se trata de evolução "pois para Aristóteles as espécies de mudança e de estrutura manifestadas no mundo da natureza formam um reportório eterno, e os tipos característicos desse reportório estão relacionados logicamente, não temporariamente entre si. Daqui se segue que a mudança é, em última análise, cíclica; o movimento circular é para Aristóteles característico do perfeitamente orgânico e não, como para nós, do inorgânico" (Collingwood: 119).

próprias obras “ao proclamar que o livro da natureza é um livro escrito por Deus em linguagem matemática” (Idem: 138/9).

A respeito da visão renascentista da natureza Lenoble nega que o mundo da natureza fosse um organismo dotado de inteligência, pois os movimentos são-lhe impostos do exterior. Em vez de ser um organismo, o mundo natural no Renascimento é uma máquina organizada por uma mente exterior a ele. Ora, acontece que esta visão da natureza, na sequência do sugerido pelo Cristianismo, em que Deus dirige as normas para a natureza e em cuja liberdade do homem não é apenas um limite da divina onipotência, é também uma restrição ao princípio da causalidade, além disso admite a ideia de um Deus criador e onipotente que regula, à semelhança de um relojoeiro, a natureza. Como consequência, a Terra, povoada de plantas, animais e homens, surge como nascida das mãos benévolas de Deus e posteriormente será regulada por esse Deus.

Galileu e Copérnico são os grandes artífices da mudança operada pelo Renascimento. As concepções por si defendidas alteram não só a centralidade da Terra no Universo como a posição do próprio homem. Vários autores reconhecem esse contributo.

Lia Formigari considera que, sobretudo, com Copérnico, [Kepler] e Galileu “a Terra perdia a sua posição central no sistema do Cosmos” (Formigari, 1984: 17).

Michel Serres elege Galileu como tendo sido “o primeiro a delimitar o terreno da Natureza (Serres, 1994:133).

R. G. Collingwood é da opinião que o verdadeiro significado da descoberta astronómica de Copérnico está em apontar para um mundo material que não tinha centro, o que é considerado como uma “revolução na cosmologia, pois destruiu toda a teoria do mundo natural como sendo um organismo” (Collingwood: 143).

Robert Lenoble revela que a revolução copernicana não altera somente a imagem do Universo na opinião comum dos homens cultos do século XVII e XVIII, com ela “altera-se a ideia da posição do homem no espaço, o qual deixou de se situar no centro de um Universo que gira à sua volta, mas perdido na periferia de um sistema, que é um entre muitos outros” (Lenoble, 1990: 21).

No séc. XVIII tudo vai mudar, nasce um conceito do homem como criatura social, que se constrói a si próprio através da experiência, da cultura e da história (Formigari, 1984: 12). O Iluminismo vai criticar, nomeadamente, a narrativa da criação

característico da Bíblia, sobretudo o carácter fixo e imutável de uma natureza que ainda mantinha o mesmo aspecto de quando saiu das mãos de Deus.

O Século das Luzes parece ser assim marcado pelo regresso à natureza ou mais em concreto, à revelação definitiva da natureza, por isso surge identificado com o *triunfo da natureza* (Calafate, 1994). Mas o séc. XVIII não inventou a natureza, apenas a aplicou de forma intensa, e explorou as suas potencialidades e as suas ambiguidades, com propósitos reformadores (Lenoble, 1990: 14).

O pensamento moderno muito deve à ideia de progresso¹³ inicialmente desenvolvida na *Enciclopédia*, ao modificar a concepção cíclica das mudanças e ao negar a concepção mecânica da natureza. A idade moderna surge aos nossos olhos dominada pela máquina que exige precisão, velocidade, exactidão, porém o pensamento moderno baseia-se no progresso e no crescimento e não no *relógio* renascentista e no Deus onnipotente.

A título ilustrativo vejamos as palavras de Pedro Calafate quanto à noção de natureza de D'Alembert, uns dos artífices da nova Enciclopédia. Uma noção de natureza que parece ser paradigmática, pois “pode referir-se, em primeiro lugar, ao ‘sistema do Mundo’, à ‘máquina do Universo’; pode, de igual modo, referir-se ao ‘conjunto de todas as coisas criadas ou não criadas’, sejam elas corporais ou espirituais; a tais empregos se deveria associar outros, como a referência à ‘essência’ ou ‘quidade’ de uma coisa; à ordem ou curso natural das coisas, ou seja, à série de ‘causas segundas’ ou às leis do movimento, estabelecidas por Deus; a uma ‘espécie de arte divina’, comunicada aos seres criados, para os trazer ao fim para o qual foram destinados; à reunião das potências ou faculdades da alma ou do corpo; à ‘acção da Providência’, ou seja, à potência espiritual que age e opera sobre todos os corpos, para lhes dar certas propriedades e produzir certos efeitos e, finalmente, à acção recíproca dos corpos entre si, de acordo com a legalidade ‘natural’” (Calafate, 1994: 8).

Mas, e mais uma vez o recurso a Lenoble¹⁴, a visão actual do mundo continua a ser mecanicista por autoria, principalmente, de Bacon, de Descartes e Newton¹⁵. É com

¹³ Uma ideia de progresso a que o evolucionismo de Darwin posteriormente dará grande impulso. Pelt afirma que Darwin em *Da origem das Espécies pela Via da Selecção Natural* (1859), “insistia na complexidade das relações entre seres vivos, ainda que muito afastados uns dos outros na ordem da Natureza”. Para Darwin, acrescenta Pelt, “esta ‘selecção natural’, exercida pelos meios mais diversos sobre as espécies vegetais ou animais, surge como o motor da evolução biológica (...)” (Pelt, 1991: 28 e seguintes).

¹⁴ Um estudo como o que se apresenta não deverá ter a pretensão de abarcar todas as teorias e todos os pensadores, mesmo assim não se deve ignorar a importância histórica e científica de nomes como Kant e

eles que começa de facto a observação da natureza, são eles que fornecem as alavancas de uma máquina em que "tudo se passa por um número e movimento", motivos primeiros para a neutralização do simbolismo das criaturas, dado que a tradução do Universo passa a ser feita em linguagem matemática (Lenoble, 1980: 28).

A contribuição de Darwin em todo este processo deriva da sua concepção evolucionista, com a qual "a antiga representação fixista do universo era substituída" gradualmente por uma concepção dinâmica e evolucionista. Assim ruía o "mito da Natureza eterna, ao mesmo tempo que os sistemas filosóficos que dele eram apenas a expressão cultural, em particular a concepção aristotélica de um universo fundado sobre uma ordem imutável (...)", assim nos diz Pelt (Pelt, 1991: 31).

Nesta diversidade de influências a natureza passa a ser vista como um sistema em contínua transformação. A título de exemplo, para A. N. Whitehead a natureza consiste em padrões móveis, padrões em que o movimento é essencial à sua existência e esses são analisados por aquilo a que chama acontecimento ou ocasiões. Mais ainda, para ele todas as coisas que existem assemelham-se a um organismo, mas a natureza não é só organismo, é também progresso, e o progresso da natureza é um avanço criador (Collingwood: 239-241). Por outro lado, na natureza o homem é caracterizado pela sua extrema flexibilidade e plasmicidade, bem como pela sua extrema adaptabilidade. Estas características fazem dele, entre todos os animais, o menos vinculado a um destino biológico e o mais capaz na construção de uma história. Motivos que revolucionam a concepção do homem e a sua relação com a natureza, não é por acaso que neste século surgem as ciências sociais e humanas.

Mas já antes disso não terá sido por acaso que os primeiros movimentos de conservação da natureza encontraram fundamentação para a acção nas ideias expressas por múltiplos teóricos e ideólogos sociais. Por exemplo, August Comte utilizou o termo "*a classe animal*", comparativamente ao homem, como uma espécie cujo desenvolvimento foi interrompido. Na mesma óptica entende que a civilização consiste

Schelling, entre múltiplos exemplos. Referindo-se a Schelling Carlos Morujão na *Introdução às Ideias para uma Filosofia da Natureza: Prefácio, Introdução e Aditamento à Introdução*, de Schelling, diz-nos o seguinte sobre a natureza e ciência: "A natureza, para a ciência, é o mundo material, composto por uma multiplicidade de fenómenos que ela tenta reduzir a um conjunto mínimo de leis e princípios fundamentais"¹⁴ (Schelling; 2001: 15).

¹⁵ Se não se pode ignorar o contributo para a mecanização da natureza, ou pelo menos das visões sobre a natureza, em resultado da obra de Descartes, também não se pode ignorar o contributo de Newton, sobre quem Jeremy Rifkin nos diz que a nossa moderna visão do mundo decorre da influência do paradigma da concepção mundial newtoniana do séc. XVII (Rifkin: 20).

no desenvolvimento do espírito humano e no desenvolvimento da acção do homem sobre a natureza (Comte, 1977: 106/7).

Num outro exemplo, o principal mentor do *Utilitarismo*, Jeremy Bentham, conjuntamente com John Stuart Mill¹⁶, considerou que nós não somos só responsáveis pelos nossos semelhantes humanos, somos, de igual modo, responsáveis perante os nossos semelhantes animais não humanos que, apesar de não falarem, de não raciocinarem, têm desejos e experimentam a dor e o prazer. É nesta sequência que hoje se situa a ética utilitarista defendida por Peter Singer, uma ética que dá enorme ênfase à libertação animal¹⁷.

Vários outros exemplos se podem acrescentar. É o caso de Malthus, que centra a sua atenção nos efeitos sociais do crescimento rápido da população frente a recursos ambientais escassos. É também o caso de David Ricardo que, tal como John Stuart Mill, estava preocupado com o ritmo explosivo que o crescimento estava a ter no início do séc. XIX, que poderia conduzir a natureza e a economia a atingir os limites, dada a situação de esgotamento dos solos.

Antes de se terminar esta muito breve referência à noção de natureza duas outras devem ser mencionadas. A primeira diz respeito à noção de natureza de um autor já referido, A. N. Whitehead, o qual se questionou sobre "*O que se quer dizer com natureza?*", sobre "*O que é a natureza?*", ao que o próprio respondeu:

*"Nature is that which we observe in perception through the senses" (Whitehead; 1957: 3)*¹⁸.

¹⁶ Tantas vezes de forma redutora atribui-se unicamente a Bentham a paternidade do Utilitarismo esquecendo o contributo de John Stuart Mill. Da sua obra faz parte um breve ensaio sobre o que é a natureza, para ele são pelo menos dois os significados mais óbvios do termo natureza: na sua acepção mais simples é o nome colectivo para todos os factos, tanto para os que se dão como para os meramente possíveis, ou o nome para o modo em que todas as coisas acontecem; o termo também significa o que não é de origem artificial, ou seja, o que tem lugar sem a intervenção humana. Para Mill é o segundo significado que coloca em oposição directa a realidade procurada e a realidade criada pelo homem mediante o uso da sua razão produtora e a sua capacidade para planear e transformar, esse mundo de coisas e modos artificiais recebe o nome de Civilização (Mill, 1874 e 1998, Calafate, 1994: 7).

¹⁷ Peter Singer, múltiplas vezes apresentado por oposição às concepções defendidas por Tom Regan, defende uma ética utilitarista aplicada a temas práticos, onde se insere o uso dos animais como alimento ou para investigação e a conservação do meio ambiente, entre muitos outros temas práticos, e defende uma ética do interesse que tenha presente todos os afectados, incluindo outras espécies que não apenas o homem, pois elas para além de estarem ameaçadas, tal como a espécie humana experimentam a capacidade de sofrer ou experimentar prazer, por isso Singer aplica a ética a todas as espécies.

¹⁸ Embora numa das obras de Dominique Bourg seja dito que Whitehead publicou em 1922, em Cambridge, *The Concept of Nature* a edição a que se refere o extracto possui a data e local de publicação referidas (Bourg, 1997).

Esta natureza não é apenas observável, estamos perante uma natureza entendida como um sistema fechado, cujas relações mútuas não requerem a expressão do que dela se pensa. Pelo que, em certo sentido, é independente do próprio conceito. Logo, podemos pensar a natureza sem pensar no seu conceito, uma vez que a ideia de natureza é diferente do sentido da sua percepção. Mas esta natureza representa também como que um processo, que Whitehead define como *processo de actividade*, tratando-se de uma natureza *evolutiva*, mas também de uma natureza *criativa*.

A segunda das referências é mais actual e cabe a Kate Soper, que aponta para a complexidade do termo natureza e para a facilidade com que o termo acaba por ser usado em várias situações, por isso nos diz:

“A palavra natureza é uma das mais complexas da linguagem. Todavia, como acontece com muitos outros termos problemáticos, a sua complexidade é ocultada pela facilidade e regularidade com que a usamos numa enorme variedade de contextos. É simultaneamente muito familiar e muito enganosa: é uma noção que empregamos com tanta facilidade e regularidade que somos privilegiados com uma espécie de acesso “natural” à sua inteligibilidade; mas é também uma noção que muitos de nós sabemos ser tão variada e compreensiva no seu uso para suspeitarmos dos seus poderes de definição” (Soper, 1995).¹⁹

Estes são apenas dois exemplos de definições de natureza adstritos às modernas cosmologias. Outros exemplos se podem dar, mas parece ser mais pertinente nesta investigação efectuar a distinção de alguns conceitos quotidianamente usados e nem sempre usados correctamente, os de natureza, ambiente e ecologia, dos quais se falará no ponto seguinte.

1.2. Da noção de natureza à noção de ambiente

Como se viu no ponto anterior desde cedo o Homem se tem debruçado sobre o que é a natureza e sobre o seu papel nela, da qual aliás ele é uma parte indissociável. Após essa breve síntese sobre a noção de natureza, importa agora apresentar alguma da diversidade de abordagens com que quotidianamente nos confrontamos, tais como:

¹⁹ A inclusão de K. Soper neste estudo resulta da discussão do texto “*Tróia: o desafio da sustentabilidade*”, no âmbito do Seminário Ciência, Tecnologia e Vida Quotidiana, no Instituto de Ciências Sociais, comentado e anotado pela investigadora Aida Valadas de Lima, a quem agradeço os comentários e anotações, e a tradução da citação.

natureza, ambiente, ecologia e espaço natural. Com as quais, apesar de tudo, acabamos por estar pouco familiarizados com o seu significado.

Giddens é um dos autores que distingue natureza de ambiente. Para o sociólogo inglês o "'ambiente' é basicamente um enorme conjunto de recursos pelo que a humanidade deve ter o cuidado de nos dissipar se quiser salvaguardar o futuro". Em contrapartida, sobre a natureza, antes de nos dizer que o ambientalismo pode passar perfeitamente sem ela, defende que "é olhada porventura como um objecto de beleza, separado dos seres humanos, e não como intrínseca à definição de uma forma aceitável da própria vida social do homem" (Giddens, 1997: 182).

Todavia o mesmo Giddens acusa esta visão de ser mecanicista, pelo que não se fixa nela, recorrendo a Rupert Sheldrake e a A. Goodin. Recorre a Rupert Sheldrake quando este "defende a perspectiva de uma natureza viva", perspectiva que nos permite "'começar a desenvolver um entendimento mais rico da natureza humana, moldada pela tradição e pela memória colectiva, ligada à Terra e aos céus, relacionada com todas as formas de vida e conscientemente aberta ao poder criativo manifestado em toda a evolução'" Encara, entretanto, esta concepção como "implicitamente feminista", pelo facto das palavras "natureza" e "natural" terem origem no processo maternal.

O recurso a Goodin surge porque para ele "não é a história em si que nos leva a valorizar a paisagem natural, é o facto de essa paisagem, enquanto parte de um mundo natural mais vasto, representar um contexto dentro do qual os indivíduos podem ver 'algum sentido e um padrão para as suas vidas'". Mas, para que assim seja, os seres humanos não podem tyrannizar a natureza, até porque eles são parte integrante dela, ainda que assim seja impedida a defesa da natureza de modo natural. É por isso que Giddens aponta para o carácter paradoxal do facto da natureza só ter sido compreendida no momento do seu desaparecimento (Idem). Para semelhante paradoxo nos remete Jean-Marie Pelt quando, ao referir-se ao heliocentrismo, assinala que "confusamente, o cidadão reata relações com os elementos primordiais: o fogo (sol), a água (mar, lagos, ribeiras), a terra (montanha, campo) e o ar (ar livre) " (Pelt, 1991: 105).

O surgimento da ecologia foi proposto pelo biólogo alemão Ernest Haeckel (1866). Estamos perante uma ciência definida como o estudo da economia e do modo de habitar do organismo animal, o que inclui a relação do animal com o ambiente, inorgânico e orgânico, sobretudo a relação positiva e negativa, directa e indirecta com plantas e outros animais. Numa obra de referência – "*Fundamentos da Ecologia*" –

Eugène Odum define a ecologia “como o estudo das relações dos organismos ou grupos de organismos com o seu ambiente, ou a ciência das inter-relações que ligam os organismos vivos ao seu ambiente. Uma vez que a ecologia se ocupa especialmente da biologia de grupos de organismos e de processos funcionais na terra, no mar e na água doce, está mais de harmonia com a moderna acepção definir a ecologia como o estudo da estrutura e do funcionamento da natureza, considerando que a humanidade é uma parte dela” (Odum, 1988: 4). Em síntese, aproveitando as palavras de Nicola Russo, a obra de Odum apresenta ecologia e economia. Define a ecologia como teoria do ambiente, com interesse prático para o homem, e a economia como gestão do ambiente e devido à qual começa a modificação do ambiente (Russo, 2000: 148).

A noção de ecologia assume na obra que Hans Jonas uma outra perspectiva. Para Jonas esta noção é resultante da "extrema vulnerabilidade da natureza à intervenção tecnológica do homem":

"Qu'on considère par exemple, comme première, modification majeure survenue à l'image héritée, la vulnérabilité critique de la nature par l'intervention technique de l'homme - une vulnérabilité qui n'avait jamais été pressentie avant qu'elle ne se soit manifestée à travers les dommages déjà causés. Cette découverte, dont le choc conduisant au concept et débuts d'une science de l'environnement (écologie), modifiait toute la représentation de nous-mêmes en tant que facteur causal dans le système plus vaste choses" (Jonas, 1990 e 1994).

Um outro autor, Luc Ferry, identifica, quanto à questão directriz das relações do homem e da natureza, três correntes distintas, ou absolutamente opostas nos seus princípios, assumidos pelos debates teóricos da ecologia²⁰.

1.^a - Parte “da ideia de que, através da natureza, é ainda e sempre o homem que se trata de proteger, ainda que seja dele próprio como quando representa o aprendiz de feiticeiro.” Desta corrente ressaltam vários aspectos:

- O ambiente não é dotado de um valor intrínseco;

²⁰ A noção de ecologia para que Luc Ferry nos remete, segundo ele apoiada na ordem cósmica, reata a noção de «sistema» (aliás, na base da própria ecologia, veja-se o exemplo da noção próxima de ecossistema), indispensável, segundo ele, "à fundação de uma escatologia política", capaz de deixar

- Tornou-se claro à consciência que o homem ao destruir o meio que o envolve arrisca-se fortemente a pôr a própria existência em perigo e, pelo menos, a privar-se das condições de uma vida boa na terra;
- Esta posição pode entender-se como “humanista” ou mesmo antropocentrista, sendo a natureza tomada em consideração de maneira apenas indirecta, pois não passa do que envolve o ser humano, a periferia, e não o centro.

2.^a - Dá "um passo no sentido da atribuição de uma significação moral a certos seres não humanos. Consiste em tomar a sério o princípio «utilitarista», segundo o qual é preciso não somente descobrir o interesse próprio dos homens, mas, de um modo mais geral, tender a reduzir ao mínimo o total dos sofrimentos no mundo, assim como a aumentar tanto quanto possível a quantidade de bem-estar". Ferry acredita que esta corrente ao incluir os animais, ao mesmo título que os homens, na esfera das preocupações morais, acaba por exhibir algumas brechas no ponto de vista do antropocentrismo.

3.^a - É a “da natureza, enquanto tal, designadamente nas suas formas vegetal e mineral". Esta última corrente assumiu-se como a ideologia dominante dos movimentos “alternativos” na Alemanha e nos Estados Unidos, colocando ao mesmo tempo, nos termos mais radicais, a questão da necessária reconsideração do humanismo. A ela surgem associados os nomes de Aldo Leopold, o já referido Hans Jonas e Michel Serres (Ferry, 1993: 25-27).

Aldo Leopold a partir do seu principal escrito - *Sand County Almanac* - defende uma natureza que está para além dos animais e das plantas, que inclui também o meio ambiente não vivo, perspectiva que veio influenciar alguns movimentos ecologistas mais radicais. Leopold é movido pelo facto de até àquele momento não existir uma ética que tivesse que ver com a relação do homem com a terra, os animais e as plantas que nela crescem, em que a ampliação da ética é uma possibilidade evolutiva e uma necessidade ecológica. Para ele a terra é um todo com valor *intrínseco*, por isso esboça no seu pensamento a *ética da terra*, o que o torna na primeira pessoa a articular uma

ética para o meio ambiente. Uma ética que amplia as fronteiras da comunidade para incluir os solos, as águas, as plantas e os animais, ou seja, uma ética da terra em sentido geral.

Na opinião de Cristina Beckert, em Leopold "a metáfora da comunidade atinge, porventura, a sua expressão mais acabada, pois a comunidade biótica não é apenas composta pelos biótopos (plantas e animais), mas pela biosfera, ou seja, integra os elementos que são condição de possibilidade da vida, como a terra e água (o ar foi omitido), aos quais é atribuído um valor intrínseco". Nessa concepção o homem surge situado como um simples membro e cidadão da terra, tal como os restantes membros, contudo um cidadão com responsabilidade sobre a natureza e que deve "considerar a Natureza como objecto de respeito" (Beckert, 2001: 160-162).

Estamos perante uma ética que muda o papel do *Homo sapiens*, que de conquistador da terra passa a membro e seu cidadão. Uma ética que implica respeito pelos seus iguais e respeito pela comunidade como tal (Dobson, 1999: 261-264). Em suma, trata-se de uma ética global, que se assume como uma ética planetária e como uma perspectiva biocêntrica assente numa noção de ecologia enquanto ciência normativa. Do mesmo modo, trata-se de uma ética em cuja espécie humana é vista, quando entendida numa perspectiva ecológica e temporal, como uma parte da natureza (Oelschlaeger, 1991: 205-242).

A noção de responsabilidade, para que nos remete Leopold, é um dos aspectos centrais da obra de Hans Jonas, tido por muitos como precursor da chamada *ecologia profunda*²¹. Um dos múltiplos aspectos a reter da sua obra é a de que o homem está no centro de toda a mudança, embora, paradoxalmente, a acção deste mesmo homem no ambiente seja rápida, profunda e pode atingir áreas muito vastas. Por conseguinte, cabe a este homem assumir a sua responsabilidade sobre a natureza, pois dele depende o futuro de ambos.

Na opinião de Hans Jonas, em resultado da mudança da natureza da acção humana mudou a própria natureza, tendo sido acrescentado àquilo sobre o qual somos responsáveis um objecto de uma ordem diferente, nada mais nada menos que toda a

(Ferry, 1993: 22).

²¹ Muitos são os autores que nos falam sobre a chamada "ecologia profunda" e sobre o seu ideólogo Arne Naess, contudo não foi uma das temáticas privilegiadas neste estudo. Nicola Russo ao falar-nos sobre a Ideia de "mudança de paradigma", também expressa numa nova ética, face à degradação do ambiente, e também fortemente entendida como crise de cultura, remete-nos para as respostas surgidas, onde se inscreve a *ecologia profunda*, fundada por Arne Naess (Russo, 2000: 204).

biosfera do planeta. Assim, perante uma contemporaneidade tecnocientífica em que nem Deus nem a Natureza podem ainda garantir a estabilidade e a permanência, a responsabilidade não deve ignorar os componentes desta era tecnocientífica, principalmente a abertura e a imprevisibilidade do futuro, que nos responsabilizam de preparar para as gerações futuras uma situação onde possam escolher em liberdade o seu caminho, a sua identidade, o seu futuro – "o verdadeiro alvo da responsabilidade", sem nos esquecermos do passado e da transmissão da sua herança (Jonas, 1994: 38 e seguintes).

Numa breve resenha sobre os autores identificados na terceira fase por Luc Ferry resta-nos Michel Serres, de quem se destacam três ideias principais:

- 1.^a- Irrompe "na nossa cultura aquilo de que nunca tínhamos formado senão uma ideia local e vaga, cosmética – a natureza";
- 2.^a - A natureza é vista para uma escala global e planetária, em que essa nova natureza é o próprio Planeta-Terra, patente na expressão: "Outrora local – este rio, aquele pântano –, global agora – o Planeta-Terra";
- 3.^a - Esta nova natureza é uma natureza que progressivamente revela a sua precaridade e a sua infinita fragilidade, como reflexo da mudança global que hoje se trava e da transformação do próprio mundo, no qual a Terra, outrora vitoriosa, é agora vítima (Serres, s/d: 14).

Serres aproveita ainda para criticar o carácter devorador da história, ao permanecer indiferente à natureza, simultaneamente rejeitando a ideia de aposta, uma vez que os nossos modelos permitem sustentar duas teses contraditórias. Segundo nos diz, se "considerarmos as nossas acções inocentes e ganharmos, não ganharemos nada, a história avançará como sempre; mas se perdermos, perdemos tudo, sem estarmos preparados para qualquer possível catástrofe. Mas se, ao invés, escolhermos a nossa responsabilidade: se perdermos, não perderemos nada, mas se ganharmos, ganharemos tudo, continuando como agentes da história", uma escolha que necessita para a sua aplicação imediata de convocar toda a Humanidade (Idem: 17).

Em jeito de síntese, e porque se trata de uma obra portuguesa de referência, fica a distinção entre ecologia e ambiente adiantada por João Joanaz de Melo e Carlos Pimenta na obra conjunta *O que é a Ecologia*. Segundo ambos, "Ecologia é o ramo das

ciências da vida que estuda as relações dos organismos vivos entre si e com o seu ambiente físico". Em contrapartida, "Ambiente pode definir-se como o conjunto dos sistemas físicos, ecológicos, económicos e socioculturais com efeito directo ou indirecto sobre a qualidade de vida do homem" (Melo e Pimenta, 1993: 14/5).

A terminar esta abordagem das noções de natureza, ambiente e ecologia cabe ainda evocar a noção de espaço natural, no presente caso a ser feita com recurso a Henry Lefebvre, para quem existe uma história do espaço embora ainda esteja por escrever. O espaço natural de que nos fala envolve o mental e o cultural, o social e o histórico, e constitui um triplo processo complexo: de descoberta – de novos espaços, continentes desconhecidos ou o cosmos; de produção – a organização espacial própria de cada sociedade; de criação – as *obras*, a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o décor (Lefebvre, 2000).

Para nos explicar a noção de espaço natural Lefebvre conduz-nos a Marx e Engels, com os quais verificamos que os homens, enquanto seres sociais, produzem a sua vida, a sua história, a sua consciência e o seu mundo. A natureza, por sua vez, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada. Foi, portanto, produzida. Uma produção que é mais do que a capacidade de criar, de inventar, de imaginar, ela é unicamente o trabalho. Contudo, esta natureza não trabalha, ela cria, e o que ela cria surge e aparece, sem que opere seguindo a mesma finalidade que os seres humanos, pois o que ela cria são “obras” – esta árvore, esta rosa, este cavalo. Ela apresenta-se, assim, como o vasto terreno dos nascimentos, de espontaneidade, onde as “coisas” nascem, crescem e morrem. Por analogia, é a prática social que cria as “obras” e produz “coisas”²². Pelo contrário, com Deus a natureza morre.

A influência, principalmente de Marx, na discussão sobre a politização da natureza e na própria politização da natureza, pode à primeira vista ser de pouca importância mas, não é verdade. Um novo recurso às palavras de Pelt, para quem, numa altura em que equilíbrio milenário do homem e da terra está quebrado, permitem verificar que Marx, influenciado por Malthus, politiza a natureza e aplica à evolução social as ideias introduzidas por Darwin²³. Em contrapartida, o marxismo exprime as

²² Lefebvre diz mesmo que “L’espace-nature n’est pas celui d’une mise en scene” (Lefebvre, 2000: 86).

²³ Pelt diz-nos que com a concepção evolucionista de Darwin “a antiga representação fixista do universo era substituída, gradualmente, por uma concepção dinâmica e evolucionista”, assim “ruía o mito da Natureza eterna, ao mesmo tempo que os sistemas filosóficos que dele eram apenas a expressão cultural, em particular a concepção aristotélica de um universo fundado sobre uma ordem imutável (...)” (Pelt, 1991: 31).

leis profundas da natureza, acrescentando Pelt, "tudo é natureza e, portanto, tudo é política" (Pelt, 1991: 33). Essa politização da natureza está bem visível em debates como os relativos a empreendimentos que acarretam risco ou em debates redor da noção de sustentabilidade, ou do princípio da precaução e da ética da responsabilidade.

2. Usos humanos da natureza

2.1. A acção do homem na transformação da natureza

É certo que a actividade humana transforma a natureza. Ao longo dos tempos o Homem foi transformando progressivamente tudo o que o rodeava, através da agricultura, pastorícia, florestação, industrialização, turismo, exploração de recursos naturais. O aparecimento das primeiras civilizações corresponde à modificação em maior escala do seu meio envolvente. Mas foi após a Revolução Industrial que se agravou o resultado da acção do Homem sobre o Planeta onde habita.

Sabe-se que desde os primórdios a acção humana implica uma alteração directa na biosfera, uma vez que o homem ao procurar adaptar o meio às suas necessidades acaba por alterar esse meio²⁴. Sobre o processo actual, concordando com Pelt, diremos que o homem de hoje efectua "agressões múltiplas sobre o ambiente que, nem pela sua natureza, nem pela sua amplitude, têm paralelo com as perpetradas pelas gerações que o precederam". Doravante "ele é o mais forte, ou pelo menos acredita que o seja" por isso tenta dominar o que resta da autonomia da natureza, que julga submetida ao seu poder (Pelt, 1991: 25-26). De facto, o Homem em toda a sua história nunca exerceu um efeito tão devastador sobre a natureza como no momento presente, com a agravante do resultado da sua acção ter agora uma amplitude nunca imaginada. Sobretudo nos dois últimos séculos a sua acção tem tido repercussões nunca imaginadas. Na verdade nunca a intervenção do Homem sobre a natureza teve tantas repercussões.

A crise ecológica é agora global, sendo bem visível em questões como as alterações climáticas, a desflorestação do planeta, a desertificação e o desaparecimento de espécies, com repercussões na biodiversidade. Paradoxal é que este mesmo Homem é

²⁴ Soromenho-Marques não vê "nenhuma fatalidade, nenhum determinismo no facto de a história ser, em grande medida, a história do empobrecimento e da delapidação da biosfera". Está convicto de que o aumento das informações e da complexidade dos métodos de representação científica do real vão permitir, no caso de existir "uma vontade política organizada à escala planetária, empreender uma nova práxis, não somente respeitadora dos limites impostos pela finitude do nosso mundo, mas, mais ainda, capaz de restabelecer novos equilíbrios a partir da travagem e recuperação dos progressos de desagregação actual em curso" (Soromenho-Marques, 1994: 18).

parte integrante da natureza²⁵ e o destino da humanidade é inseparável do destino da natureza (Pelt e Steffan, 2001: 43). Perante este cenário, o homem terá de passar a abordar a natureza com respeito e humildade, a ele que cabe participar na sua protecção, fazendo dela sua parceira e aliada (Idem: 173).²⁶

Tal como se pode ver no Prefácio de António Fernando Cascais ao livro de Hans Jonas *Ética, medicina e técnica*, "a moderna intervenção tecnológica do homem alterou a biosfera e alterou-a radicalmente na sua anterior qualidade de pano de fundo seguro e perene condição de possibilidade da própria acção humana" (Jonas, 1994: 10)²⁷. Na mesma linha de pensamento, Dominique Bourg culpabiliza a aptidão técnica dos homens pela transformação do meio e consequente degradação do ambiente. Bourg não deixa de afirmar que a "vida Humana não é possível sem uma certa degradação da natureza" (Bourg, 1998: 78).

Ao encarmos a evolução do Planeta somos forçados a reconhecer que, desde que as condições naturais se tornaram propícias à existência da vida, a Terra se foi transformando progressivamente. O aparecimento do homem, uma espécie entre outras espécies, apenas permitiu que o "estado de equilíbrio" apenas se mantivesse durante algumas eras, "a partir de certa altura o homem começou a ser inimigo de si mesmo (...), tornando menos propícias as condições de vida no seu habitat natural" (Morbey, 1977). Varagnac confirma isso mesmo ao afirmar que "o Homem, longe de ser um isolado zoológico na Natureza", liga-se "estritamente ao resto do Mundo vivo", a diferença é que este Homem tem assumido progressivamente o seu domínio sobre a Natureza (Varagnac, 1963: 11/12).

A prova do domínio humano da natureza aparece testemunhada por vários vestígios, entre eles os instrumentos obtidos a partir da pedra, osso, madeira e metais, e os vestígios da sua presença deixados na forma de arte rupestre, sobretudo nas cavernas que habitava. Estes vestígios, em conjunto, constituem testemunhos inegáveis do

²⁵ Sobre esta matéria de novo se recorre a Soromenho-Marques, para quem "(...) o espaço do homem e o espaço da Natureza são um único espaço: o mundo finito e complexo das suas relações e acção recíproca" (Idem: 16).

²⁶ Muito provavelmente esta perspectiva tem como ponto de ancoragem a perspectiva de Hans Jonas quando este nos diz, ao falar da ética da responsabilidade, que "Se a natureza do nosso agir requer uma nova ética da responsabilidade a longo prazo, coextensiva ao raio de alcance do nosso poder, requer também, e em nome dessa responsabilidade, uma nova espécie de humildade (...), que se traduz pelo excesso do nosso poder de agir face ao nosso poder de prever e ao nosso poder de avaliar e ajuizar" (Jonas, 1994: 56/7).

²⁷ É em face dessa acelerada alteração que Jonas considera que agora temos uma relação de responsabilidade com a natureza, uma vez que ela se encontra em poder do homem (Jonas, 1990 e 1994).

esforço do Homem pelo domínio da natureza, simbolizando esse domínio. As figuras rupestres são demonstrativas de um processo de agir sobre a natureza, embora sejam um processo irracional, são um rito mágico, uma tentativa de domínio do homem sobre a natureza através da magia. Em termos práticos, a arte rupestre permite verificar que mesmo antes de trocar a vida nómada pela vida sedentária o homem já intervinha na natureza, principalmente ao caçar e pescar.

Posteriormente, e porque o seu instinto de adaptação ao meio ambiente se desenvolveu mais do que nos outros animais e porque surgiu a necessidade de caçar em corrida animais de grande porte e de grande velocidade, o homem foi impulsionado a inventar novos instrumentos que lhe garantissem êxito. Entre os factores originários da sua intervenção sobre a natureza, desde o Paleolítico até ao nosso tempo, surgem o ocaso, a "observação" da natureza, a experiência adquirida e o "psiquismo crescente" (Varagnac, 1963: 16). Num processo em que, de modo algum, se pode ignorar a importância da técnica no domínio da natureza, relacionando-se o aumento gradual do domínio sobre essa natureza com o aperfeiçoamento dos instrumentos, das ferramentas e de todas as técnicas²⁸, de uma maneira geral.

A descoberta e domesticação do fogo foi uma das mais importantes conquistas do homem na sua luta pelo domínio da natureza. Com ele atingiu maior alcance a sua intervenção sobre ela: através dele afasta de si os animais indesejáveis, pode cozinhar os seus próprios alimentos e é por via dele que se junta em grupos. Mais tarde o fogo será fundamental como "técnica" agrícola e como processo para modificar o meio, ao permitir ao Homem, por via das queimadas, ocupar a terra.

Perante a necessidade de vencer as dificuldades colocadas pela natureza o homem inventa novos meios de subsistência, assim se sedentariza. Outrora essencialmente carnívoro o Homem do Neolítico volta-se, sobretudo, para o reino vegetal, para o efeito aprende a semear os cereais e a esperar pelas colheitas. Ou seja,

²⁸ Para Varagnac a "técnica não começa com o acto de fabricar: ela começa com a fabricação de um objecto que serve para fabricar outros objectos, ou seja, uma ferramenta". Neste processo a "originalidade do Homem não está em agir sobre o mundo material: todos os animais o fazem. (...) nunca veremos um bicho *guardar* um objecto de que se tivesse servido como instrumento. Diremos portanto que a técnica começa com a lembrança, com a ideia de utilização" (Varagnac, 1963: 61/62). Com o recurso a Maurice Daumas, concluiremos que a evolução das técnicas tem um equivalente na transformação económica e social. Repare-se como a utilização de distintos materiais teve uma repercussão directa na presença do homem sobre a terra, ao princípio era apenas recolector, passou a construir ferramentas de pedra, osso, madeira e por fim metal, nessa progressão passou a ser caçador de pequena caça até que acabou por ser de caça grossa, por fim, paralelamente à domesticação das plantas, constrói os primeiros instrumentos para rasgar a terra (Daumas, 1962).

domestica as plantas e na impossibilidade de seguir a caça para terras distantes aprende a domesticar os animais. Em resumo, de caçador nómada passa para agricultor e pastor.

Com a domesticação dos animais aumentou o impacto sobre o meio que o rodeava. Ao necessitar de alimentar os seus herbívoros impeliu a um novo desenho da paisagem, feita à sua medida. Por exemplo, transformou a floresta em pastagens para os animais, mas não alterou apenas a paisagem, deu ao mesmo tempo a primazia aos animais domésticos sobre os animais selvagens. Para agravar o seu impacto sobre o meio regista-se um grande aumento demográfico.

É óbvio que esta transformação foi também condicionada por questões naturais. A abundância de água, as terras férteis e as pastagens estão entre os factores de atracção das populações. As comunidades neolíticas fixam-se nas margens dos grandes rios, são disso exemplo as zonas do rio Nilo, o Tigre e o Eufrates, a região do Mediterrâneo Oriental, planaltos da Síria, Ásia menor e mar Cáspio, mas também os rios Indo e Ganges, o rio Amarelo, as zonas do actual México, Venezuela e Colômbia.

A agricultura ao obrigar os homens a esperar pela época das colheitas, força-o a fixar-se em locais propícios à cultura dos cereais ou à pastorícia. Quase simultaneamente, sedimentou-se a passagem das cavernas à instalação ao ar livre, construindo as primeiras aldeias e progressivamente as cidades. Ao sedentarizar-se começou a destruir, de novo, a floresta, para obter mais terras para cultivo, sem que a partir daqui tenha cessado de intervir na natureza.

Inicialmente tem lugar, essencialmente, a domesticação das plantas e dos animais. Uma domesticação que Max Oelschlaeger destaca como um importante "agente" na mudança ecológica, sendo a face da crise ecológica, principalmente devido à pressão humana sobre a natureza. Oelschlaeger conclui mesmo que depois da revolução agrícola a humanização alterou o mundo natural²⁹ (Oelschlaeger, 1991: 33/4). Um outro autor já referido não anda muito distante desta posição, Dominique Bourg diz-nos:

"Com a invenção da agricultura e da pecuária começa uma nova era, a da artificialização do meio. A natureza recua pela primeira vez, no sentido de os homens substituírem processos naturais, portanto automáticos, por processos artificiais. A agricultura propriamente dita substitui certos ecossistemas por

²⁹ Segundo Oelschlaeger "Further, the agriculture revolution fundamentally transformed the relations between humankind and nature" (Oelschlaeger, 1991: 33-34).

agrossistemas, que não poderiam manter-se sem a intervenção permanente do homem" (Bourg, 1998: 81).

Estamos perante uma agricultura fundada sem o apoio de uma base científica e que procura o seu alicerce numa experiência localizada, caracterizando-se basicamente como um fenómeno instantâneo e distinto. Ainda assim, quem nos diz é Castro Caldas, foi o suporte das necessidades vitais na evolução das sociedades humanas durante milénios (Eugénio Castro Caldas, 1957: 56). O surgimento do primeiro agricultor, numa altura em que o homem se apercebeu de que lançando à Terra as sementes dos frutos podia obter novas plantas que lhe proporcionariam mais frutos para o seu sustento, corresponde ao acentuar progressivo da degradação da terra pelo homem, uma vez que o homem passa a apresentar-se como o manipulador dos sistemas biológicos de produção (Morbey, 1977; Portugal, 1985: 7).

A *Primavera Silenciosa (Silent Spring)* de Rachel Carson, de 1962, é a obra que pela primeira vez alerta para o uso indiscriminado dos modernos pesticidas químicos, fungicidas e herbicidas, na terra, e avisa para os impactos ambientais que provocam na natureza. Carson começa por afirmar que a história da vida na Terra tem sido a história da acção recíproca entre os seres vivos e o seu ambiente, e que a forma física e os hábitos dos vegetais e dos animais terrestres têm, em larga medida, sido moldados por aquilo que os rodeia. Todavia, ao considerar-se toda a extensão do tempo terrestre, o efeito oposto, no qual a vida modifica o seu ambiente, tem sido praticamente insignificante. É então que no séc. XX o Homem adquire significativamente o poder de alterar a natureza do seu mundo.

A obra de Carson contribuiu para o despontar de diversos movimentos ecologistas. Ainda assim apenas alertava para um dos problemas que a agricultura acarreta no meio natural. As práticas agrícolas foram ao longo da história da Humanidade, e assim devem continuar, responsáveis por graves crises ecológicas, a começar pelas grandes desflorestações, por exemplo a desflorestação em massa que se praticou na China ancestral, por pressão da agricultura. Mas estas crises eram diferentes da actual, eram basicamente de âmbito local, contrariamente, as actuais crises, caracterizam-se "pela alteração dos grandes mecanismos reguladores da biosfera" (Bourg, 1998: 83).

O uso muitas vezes indiscriminado de produtos tóxicos, o consumo excessivo de água – por exemplo em campos de golfe –, a utilização de mecanismos e outros veículos motorizados, cujos motores consomem combustíveis fósseis e poluem o ambiente, são exemplos de efeitos nefastos associados a alguns usos da natureza. Também algumas formas de turismo são responsáveis pela degradação da natureza. Outros exemplos se podem apontar: de novo o caso das florestas; o lançamento de fogo, premeditadamente ou não; da caça e da pesca; da exploração de recursos naturais; da construção de diques e barragens³⁰ como forma de vencer e dominar as forças da natureza – primeiro para a agricultura e uso próprio, mais tarde não só preocupações com o desenvolvimento agrícola, mas também para a produção de energia hidroelétrica e em muitos casos com a necessidade de controlar as cheias –, sem esquecer o uso do território por via da construção de habitações e outras infra-estruturas.

Na história da Humanidade e na história da Terra, se a agricultura foi importante no domínio do Homem sobre a natureza, a Revolução Industrial foi decisiva, mudou não apenas o futuro da Humanidade, mas do próprio Planeta. Ao ser responsável pela delapidação dos recursos naturais e dos combustíveis de forma incessante, para além de começar a poluir o ambiente. O homem deixou definitivamente de ser apenas mais uma espécie, ele tomou posse do Planeta por via da ciência e da técnica.

O aumento da população, facilitado pela diminuição da mortalidade resultante dos avanços na medicina, levou o homem a necessitar de mais recursos, para isso melhorou os processos de os explorar. Necessitou também de mais espaço, por isso criou novas cidades. Deu assim expressão global aos problemas que criou, agravados por usos de tecnologias sem preocupações com os prováveis efeitos nefastos, é esse o caso dos pesticidas e fertilizantes, mas também dos resíduos que a sociedade de consumo produz em catadupa. Em suma, por via das tecnologias o ser humano alterou a sua relação com a natureza. Se por um lado praticamente se tornou independente dela, por outro começou a colocá-la em perigo. Portanto, cada vez mais se justifica que tenha de assumir sobre ela a sua responsabilidade.

³⁰ Sobre as barragens, nos EUA, Fukuyama deixa-nos as seguintes palavras. «Há duas gerações que não se faz nenhuma barragem no mundo desenvolvido, mau grado as crises periódicas de energia e a sua crescente procura. A razão é que, desde o surto de construção de barragens que produziu a Barragem Hetch-Hetchy e a Tennessee Valley Authority, nos anos 30, assistiu-se ao despertar de uma consciência ambiental que começou a ponderar os custos a longo prazo da energia hidroelétrica. Quando vistos hoje, os filmes heróicos, quase estalinistas, realizados a propósito da construção da Barragem Hoover, parecem-nos estranhamente antiquados na glorificação da conquista da natureza pelo homem e na feliz ignorância da suas consequências ecológicas» (Fukuyama, 2002: 135).

2.2. Exemplos de usos da natureza na história de Portugal

Se é certo que a acção do homem sobre a natureza tem como limites espaciais, pelo menos até ao presente momento, o contexto planetário, também parece certo que assume em cada país e em cada região a sua especificidade. A título ilustrativo se esquematizam alguns dos usos humanos da natureza possíveis de serem identificados no decurso da história de Portugal. Exemplos retirados tanto da reafirmada vocação Atlântica, onde se inserem, em traços gerais, as pescas e a extracção de outros recursos marinhos; como na sua tradição rural, onde se insere a agricultura, a silvicultura e a agro-pecuária. São alguns desses usos que a seguir se apresentam, com a convicção de que podem enquadrar a análise aos usos da natureza em Tróia

No primeiro exemplo, da vocação Atlântica, identifica-se nomeadamente a pesca, com ênfase para a pesca da sardinha, praticada ao longo da costa e associada à indústria conserveira. Sem se esquecer a pesca longínqua, que antes dos arrastões não teria como destinos Marrocos, a Mauritânia ou paragens tão longínquas quanto Moçambique. Em vez dessas paragens, os hábitos alimentares bem o demonstram, os pescadores enfrentavam os perigosos e longínquos bancos de pesca do bacalhau da Terra Nova e Gronelândia, para onde sazonalmente rumavam os nossos bacalhoeiros e por lá permaneciam até ao final de cada campanha, por vezes no regresso com baixas nas tripulações ou no número de embarcações.

Do mar, além do peixe e dos banhos³¹, o homem português sempre soube retirar vários outros proveitos. Ficam os exemplos da apanha do moliço, fortemente ligado à ria de Aveiro e às embarcações em que era recolhido – os moliceiros – e do sargaço³², este último sobretudo na costa minhota. No caso das algas eram retiradas das águas, depois eram secas e posteriormente usadas, principalmente, para adubar as terras. O sargaço seria igualmente utilizado na alimentação animal. As algas colhidas eram também usadas para extracção de substâncias medicinais e outras substâncias usadas pela indústria.

³¹ Sobre as nossas praias o exemplo é vastíssimo e percorre o mapa de Portugal de norte a sul, da praia de Espinho, passando pelas praias do Estoril e da Costa da Caparica, até ao Algarve, com menção obrigatória a Tróia, que mais tarde será tratada de forma pormenorizada, por isso não se assume como extremamente necessária a menção pormenorizada a outras referências.

³² Na obra que se refere de Ernesto Veiga de Oliveira e outros autores são igualmente referidos os limos (Oliveira *et al*, 1990).

Além da pesca, da apanha do moliço ou do sargaço, um dos usos da natureza associados ao meio marinho que mais caracteriza a história de Portugal está associado à extracção de sal. Como se verá mais tarde numa breve referência às marinhas do Sado, a produção e exportação de sal caracterizou longos períodos da nossa história e com uma importância inegável. Em vários momentos o país ocupou o lugar cimeiro do mercado europeu de sal, para tal contribuíram, nomeadamente, as marinhas do Sado, de Aveiro e mais recentemente as marinhas de sal-gema de Rio Maior.

Uma outra categoria de usos da natureza em Portugal a que se fez referência prende-se com a actividade agrícola, associada à agro-pecuária e à silvicultura. A esta referência se associam os incêndios que todos os anos devoram vastas áreas de floresta e mato. Relativamente à agricultura vários exemplos podem retirar-se da história de Portugal, embora nem sempre identificados directamente como agricultura e em alguns casos nem sempre identificados como usos da natureza. Entre os principais exemplos apresentam-se os seguintes: a Lei das Sesmarias, a plantação do pinhal de Leiria, a Lei dos Baldios, a Campanha do Trigo, a Reforma Agrária, a Política Agrícola Comum (PAC), o Plano de Acção Florestal, assim como vários projectos hidráulicos, quer para produção hidroeléctrica, quer como infra-estruturas de hidráulica agrícola, onde se insere o Plano de Rega do Alentejo iniciado na década de 60, de cujo projecto fazia parte o Alqueva. Sobre estes usos da natureza se falará de seguida.

A Lei das Sesmarias, embora indirectamente, pode entender-se como um dos primeiros mecanismos de regulação pelo Estado dos usos da natureza e da sua expressão, pois, pese embora o facto do seu objectivo ser outro, terá tido fortes reflexos nos campos. A sua implementação derivou da crise de contracção económica que em meados do séc. XIV se abateu sobre a Europa, agravada pela peste negra, e que deixou marcas nos meios rurais, com a fuga dos trabalhadores do campo para a cidade, onde pagavam melhor. Esse movimento teve como repercussão uma crise na produção agrícola e o despovoamento do país, sem poupar regiões. É nesse quadro que surge a Lei das Sesmarias, promulgada com a data de 28 de Maio de 1375, e outras disposições de carácter local, todas elas no sentido de fixarem os trabalhadores rurais às respectivas terras, promovendo a diminuição do número de herdades despovoadas e o avanço dos matagais e baldios. A grande novidade desta Lei estava, segundo Joel Serrão, “na consignação, para todo o país, do princípio de expropriação da propriedade, caso não fosse aproveitada a terra” (Serrão: 544).

Em certa medida a Lei das Sesmarias configura algumas características da ideia de uma Reforma Agrária, contudo num contexto histórico e de acesso à propriedade distinto. Caso se tome a Reforma Agrária apenas como a que aconteceu após a Revolução de Abril de 1974, deve ter-se em conta o facto de a Lei das Sesmarias percorrer a pirâmide do topo para a base, ou seja, ser uma “imposição” do rei aos seus súbditos (embora a Nobreza e o Clero tenham um peso a considerar), enquanto isso, a Reforma Agrária inscreve-se nos movimentos sociais do período pós Abril de 1974, na sua acção, na sua luta, pelo acesso à terra, o que pressupõe, em traços gerais, uma dinâmica da base para o topo, até à sua legitimação pelo poder político.

Para Vítor Matias Ferreira o “movimento social” (MS) associado ao 25 de Abril não era somente urbano, era também rural. O autor situa o MS entre o “25 de Abril” e o “11 de Março”, como um MS “ligado” à análise de luta de classes, com propriedades ocupadas no Alentejo e que visava uma série de transformações agrárias. Ao contrário de outros movimentos rurais, não se tratavam de “transformações” por “melhores condições de trabalho, nem muito menos de *negociar* uma eventual partilha de terras”, era, isso sim, a reconquista da terra, o que dava à luta um carácter mais radical, concretizado na ocupação de terras. Uma luta que rompia o “laço sagrado da propriedade privada”, e criava “as possibilidades de uma nova *condição histórica* para o proletariado alentejano”, cujo lema era: “A terra a quem a trabalha”.

Segundo Matias Ferreira, o Partido Comunista bateu-se para que a Reforma Agrária fosse controlada pelo Aparelho de Estado, “transformando”, assim, os trabalhadores em assalariados. Já o Partido Socialista, dizendo-se contra esse movimento, acabou por actuar de acordo com os mesmos princípios, permitindo ambos uma “relativa institucionalização da Reforma Agrária (...)” (Ferreira, 1977: 19-33).

Para um dos protagonistas directos num dos principais períodos da Reforma Agrária, António Barreto, o período conhecido como Reforma Agrária é o período entre 25 de Abril de 1974 e 30 de Junho de 1976, durante o qual no Alentejo e Ribatejo tiveram lugar importantes modificações na agricultura e na sociedade. Neste período e nestas regiões foram ocupados e expropriados cerca de um milhão de hectares, correspondentes a três a quatro milhares de empresas e a perto de um milhar e meio de proprietários, grupos ou famílias de proprietários. Nesse mesmo período criaram-se cerca de meio milhar de cooperativas de produção (CPA's) e unidades colectivas de produção agrícola (UCP's), na maior parte dos casos legalmente estabelecidas e

oficialmente reconhecidas. Nestas CPA's e UCP's, aproximadamente 5 mil assalariados rurais cultivaram ou tentaram cultivar as terras ocupadas e expropriadas, tendo-se apropriado, em grande medida, dos assentos de lavoura, das máquinas, instalações e gados anteriormente pertencentes aos proprietários e rendeiros. Tudo se passou, até Agosto de 1975, sem leis gerais que orientassem o que entretanto *ia acontecendo* (António Barreto, 1983: 513).

Na opinião do mesmo António Barreto, com a publicação das leis da Reforma Agrária as ocupações continuaram à margem da lei ou a coberto dela, comportamento que acentuou a destruição económica de uma classe social, ou parte importante dela, em toda a região. No ano de 1975, sobretudo no Alentejo e no Ribatejo, a burguesia agrária, mas também os grandes empresários agrícolas e agro-industriais e os proprietários latifundiários foram desapossados das suas terras e empresas. Alentejo e Ribatejo que a partir de 1976 passam a ser conhecidos como Zona de Intervenção da Reforma Agrária, o que não faz esquecer que a partir de fins de 1975 todo o País tenha vivido um pouco "sob o signo da Reforma Agrária", assistindo-se a algumas "das mais importantes mobilizações de massas, manifestações e actos demonstrativos", que "tiveram como tema central, ou um dos temas centrais, a Reforma Agrária" (Idem: 513-514).

Estes exemplos demonstram que os usos da natureza reflectem em muitos casos as dinâmicas, tantas vezes conflituais, pelo acesso à terra, pelo acesso à propriedade. E demonstram que a preponderância de determinado uso da natureza sobre outro não é obra do acaso, é obra do homem e como tal reflecte o seu viver em sociedade. Como se verá nos capítulos seguintes, novos conflitos podem surgir pelo acesso à terra e pelos usos da natureza a atribuir-lhe, com novos protagonistas a revelarem-se em cada novo processo que se apresenta e a fomentarem diversas alianças. Porém, antes dessa discussão importa apresentar mais alguns exemplos de usos da natureza emblemáticos no nosso país.

No séc. XX um dos exemplos cimeiros de usos agrícolas com efeitos mais nefastos sobre os ecossistemas do país foi a *Campanha do Trigo*³³. Uma Campanha conduzida pelo Estado Novo na transição para a década de 30, com o objectivo de

³³ Sobre a Campanha do Trigo muito se escreveu e por certo se continuará a escrever, como exemplo refira-se o conjunto de textos que comemora os 25 anos da dita Campanha, evidenciando quase unicamente os seus aspectos positivos: *Evocando a Campanha do Trigo: Comemorações do XXV Aniversário* (1955), Lisboa, Federação Nacional dos Produtores de Trigo. Da sessão comemorativa dos 25 anos fazia parte um filme, com o título «O trigo da nossa terra», exibido no dia 5 de Novembro de 1954 no Palácio Foz, em Lisboa, e a 7 de Dezembro do mesmo ano no cinema Nun'Alvares, no Porto.

incrementar a economia e evitar a saída de capitais para o estrangeiro num momento de crise generalizada. Através do Decreto n.º 17.252, de Agosto de 1929, é instituída a Campanha do Trigo, uma iniciativa que não surge de modo isolado, foi até fomentada por outras, sobretudo pela campanha do jornal *O Século* com o título *Do Pão para a Boca!*, da qual ressalta O Comboio do Trigo, que levou ao conhecimento da lavoura de todo o país novas sementes, novos processos de cultivo e novas máquinas. O dito Decreto retoma e reformula a iniciativa d’*O Século*, para além de lhe conferir o estatuto institucional, etapa que muito se ficou a dever ao trabalho desenvolvido pelo Ministro da Agricultura da altura, Linhares de Lima.

O mencionado Decreto fixa a orientação que o Governo pretendia imprimir à Campanha e define os critérios que lhe estão subjacentes. Como motivos impulsionadores encontram-se: a necessidade de assegurar o equilíbrio da situação económica do país, que vivia os efeitos da crise mundial, o que passaria pela valorização da riqueza nacional, com a promoção e aperfeiçoamento da cultura do trigo, de forma a evitar a saída de capitais para o estrangeiro. A Campanha do Trigo preocupou-se em resolver o problema do país – a falta de pão – e ao mesmo tempo fixar os camponeses à terra, mas não contou com prováveis efeitos nefastos sobre o meio natural, que genericamente se saldaram por momentos de excesso de produção, o que impôs medidas de controlo ao nível da produção. A agricultura intensiva que impôs gerou a médio prazo o esgotamento e a erosão dos solos, a estes efeitos adiciona-se a substituição de outras culturas pelo trigo, sobretudo no Alentejo e no Algarve.

Ainda directamente ligada à questão agrária são da maior importância, enquanto exemplos de usos da natureza, embora indirectos, as vastíssimas obras de Hidráulica Agrícola iniciadas pelo Estado Novo e que culminam com o projecto de construção da barragem do Alqueva, obra anteriormente inserida no Plano de Rega do Alentejo. Um Plano que envolvia não apenas as águas do Guadiana, mas também as do Tejo e do Sado, num projecto que envolvia a construção de diversas barragens e o bombear da água de umas para as outras, o que permitiria irrigar milhares de hectares³⁴.

³⁴ Dário Canas deixa-nos entender que seriam precisamente 171.600 ha a ser regados pelo Plano de Rega do Alentejo. Tal como nos diz não eram apenas as obras de hidráulica agrícola a serem feitas, a elas outras surgiam associadas, entre elas, a construção de estradas e caminhos secundários, a regularização de rios e ribeiras, o plantio de árvores nas encostas, para criação de riqueza e protecção das terras contra a erosão. Entre os produtos de regadio estão o algodão, a beterraba sacarina, o tabaco, o linho o cânhamo, a soja (Canas, 1958).

Estes foram apenas alguns exemplos de usos agrícolas da natureza, alguns deles distintos pela sua transversalidade. Entre um novo conjunto de exemplos devem apresentar-se alguns dos vários projectos e programas de florestação do país, cujo momento inicial de maior envergadura foi a plantação do Pinhal de Leiria, primitivamente semeado no século XIV e que, segundo se pode retirar da obra de Rasteiro, ainda há menos de um século se conservava sujeito a uma rigorosa ordenação (Rasteiro, 1929: 13).

O séc. XX foi também marcado por múltiplas intervenções humanas na floresta e de diversa índole. O período conhecido como o Estado Novo, à semelhança da Campanha do Trigo, deu um novo e importante impulso na política florestal portuguesa, traduzida numa exploração intensiva dos recursos florestais. Tratava-se de um novo impulso, caracterizado pela sua extensão no terreno, perante nítidos sintomas de esgotamento da área cultivável do país, excepção feita, justamente, à área com aptidão florestal (Mattoso, 1994: 259). Problema que se agravou devido ao sobrepovoamento rural e à fuga das gentes do campo, e até mesmo como reflexo da Grande Depressão de 1929 e da política de condicionalismo externo seguida pelo Estado Novo.

De modo articulado com esses objectivos do Estado Novo insere-se a Lei dos Baldios e a florestação das serras e dos terrenos particulares incultos, medida que veio impor a florestação intensiva do país através da plantação de espécies de desenvolvimento mais rápido, de que é exemplo o pinheiro bravo³⁵, fazendo face a um coberto florestal originário, sem que a esse facto não fossem alheias as pressões de vários lobbies³⁶. Esta passagem para uma exploração intensiva da floresta, com suporte nos baldios, passou pela promoção do “aproveitamento das riquezas naturais possíveis de obter do solo e subsolo” nas zonas montanhosas do país, principalmente a norte do Tejo e nas ilhas adjacentes, muitos deles terrenos incultos particulares (Mendonça, 1991: 339). Mas passou, igualmente, pela necessidade de fazer face ao arranjo silvo-pastoril destas áreas e pela criação de pólos de atracção à mão-de-obra excedentária. Em

³⁵ O pinheiro bravo assume-se como a espécie pioneira na florestação do território continental, sobretudo nas serras, permitindo, por um lado, a fixação das povoações à terra e, por outro lado, uma vez que se trata de uma árvore que cresce mesmo em locais onde antes somente existiam pedras, permite inverter o fenómeno de erosão nalgumas regiões. O maior problema está agora do lado das espécies originárias, principalmente, carvalhos, castanheiros, freixos, olmos, sobreiros, azinheiras, que se viam colocadas em plano secundário, pela sua menor rentabilidade económica.

³⁶ Em Mattoso é possível encontrar referências a alguns desses lobbies, referem-se aqui apenas os lobbies dos produtores de azeite e de cortiça, muito influentes e em boa parte ligados aos interesses agrários do Sul, e os lobbies, dispersos um pouco por todo o país, dos produtores de resina (Mattoso, 1994: 248).

face de tudo isso e de modo a valorizar esses locais, que de outra forma estariam votados ao abandono, o Governo optou por executar nas serras um plano de florestação que abrangia os terrenos baldios, através do qual projectou efectuar uma vastíssima obra de arborização e melhoramento silvo-pastoril.

Em síntese, a política florestal conduzida pelo Estado Novo surge como reflexo do incremento da produção em todos os sectores da economia nacional, principalmente como forma de evitar a saída de divisas para o estrangeiro. Tendo sido projectada pelos Planos de Fomento, numa política que passou pela intensificação da exploração dos recursos florestais. Em todo este processo ganha destaque o D.L. n.º 12956, de 1932, que suspende a alienação dos baldios, e a Lei do Povoamento Florestal, de 15 de Junho de 1938. Efectivamente, como nos diz João Estêvão, o ano 1938 foi um "ano-charneira na questão dos baldios", pois é "neste ano que é anunciada a arborização maciça das zonas serranas, que são por excelência, de natureza baldia." (João Estêvão, 1983/4: 1177). Os elementos retirados de Mattoso apontam no mesmo sentido, a partir deles se conclui que desde o início do século se registou um aumento da superfície florestal superior a meio milhão de hectares, sobretudo assente em pinheirais e sobreirais, dando estes últimos mostras de fraquejar na década de 30, enquanto que as áreas dos pinhais nem deram mostras de estagnar ou regredir neste período (Mattoso, 1994: 34).

Os lobbies de que acima se fala a partir de Mattoso, embora possa ser paradoxal, pelos ideais defendidos, encontram no período pós-Revolução de Abril de 1974 os dispositivos necessários para uma cada vez maior privatização da floresta, quer através das constantes alterações à Lei dos Baldios, quer da pressão dos madeireiros e da expansão das indústrias de celulose e pasta de papel, que gradualmente passam a tomar para si a gestão de uma parte da floresta portuguesa.

Antes do impulso dado pela integração do país no espaço europeu, a assinatura de um protocolo em 1980 fez chegar a Portugal o financiamento do Banco Mundial para o Projecto Florestal Português, num total de 50 milhões de dólares, para arborizar 150 mil hectares do país. A execução do projecto estava prevista para decorrer entre 1981 e 1985 e seria repartida entre o Estado português, a quem caberiam 90 mil hectares, e a Portucel, com a responsabilidade da florestação dos restantes 60 mil hectares, facto que demonstra a crescente influência das celulosas na floresta nacional.

Mais tarde, a entrada do país na actualmente denominada União Europeia marcou profundamente a floresta portuguesa, por via das novas regras e das novas

opções produtivas, que impõem a prática de planeamento florestal e fomentam uma cada vez maior preocupação com a floresta, entendida como sendo de todos.

A adesão do país ao espaço europeu marcou igualmente a floresta portuguesa por via dos efeitos da reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Para muitos especialistas a reforma da PAC acaba por alargar o espaço outrora de uso agrícola promovendo, em contrapartida, a exploração florestal. José Ribeiro dizia-nos em 1993 que a nova reforma da PAC favorecia a implementação de programas de florestação nas terras agrícolas, acrescentando que, "face aos condicionalismos impostos à agricultura no âmbito da CE", nos deparamos "com o abandono de áreas, outrora agricultadas e marginais, para este tipo de aproveitamento de imediato a questão de qual a alternativa ou alternativas para a sua rentabilização económica" (José Ribeiro, 1993).

A questão dos baldios foi quase no final do século anterior motivo para grandes conflitos, alguns deles mesmo físicos. O principal motivo para estes conflitos está no processo da eucaliptização destes terrenos de gestão comunitária pelas celulosas, sobretudo porque o D.L. n.º139/89, de 28 de Abril, se apresentava fortemente associado ao processo de eucaliptização das celulosas. Através deste Decreto-Lei o Governo pretendia retirar às populações e aos compartes a propriedade e a administração dos terrenos comunitários, transferindo-os para as Juntas de Freguesia. O que acontece é que muitas das Juntas de Freguesia procuram de imediato rentabilizar esses terrenos, motivo para o despontar de acções de protesto de enorme visibilidade, com as populações e os ecologistas em muitos casos a enfrentarem a GNR, designadamente em Trás-os-Montes e em Mértola.

À semelhança do projecto de florestação financiado pelo Banco Mundial, os financiamentos Comunitários permitiram que fosse colocado em prática o que ficou conhecido como o Plano de Acção Florestal³⁷ (PAF). As ajudas deste Plano passaram pela atribuição de um subsídio a fundo perdido, num processo em que o Estado transferiu para os proprietários a responsabilidade da elaboração, apresentação e implementação dos projectos de investimento. Esta atribuição, como depois foi descoberto, induziu a várias situações fraudulentas e em muitos casos colocou em confronto o eucalipto com as espécies arbóreas de cada região.

³⁷ Tanto o Projecto Florestal Português como o Programa de Acção Florestal privilegiaram a arborização com resinosas, com predomínio para o pinheiro bravo, aliás à semelhança do Plano de Povoamento Florestal de 1938, mas não deve ser esquecida a arborização com sobreiros, sobretudo no sul do país, e nas últimas décadas a eucaliptização.

Os exemplos que se acabou de apresentar apenas são uma breve síntese de alguns usos da natureza, caso se percorram alguns momentos da história do nosso país em vários sectores. Descendo a escala, seguidamente são apresentados alguns exemplos de usos da natureza no Estuário do Sado, com maior centralidade na região de Setúbal. No estreitamento da escala o Capítulo II será dedicado ao levantamento efectuado sobre os usos da natureza na península de Tróia.

2.2.1. Alguns exemplos de usos da natureza no estuário do Sado

O estuário do Sado e a sua história, por si só, parecem motivos suficientes para um estudo sobre os usos da natureza. Nesse eventual estudo muitos usos se poderiam identificar, usos que, de uma forma ou de outra, têm um contributo enorme em toda a região, alguns deles com reflexos directos em Tróia. São disso exemplo: a extracção de sal, a pesca e a indústria conserveira, os usos agrícolas³⁸, neste último caso com destaque para os arrozais e as infra-estruturas agrícolas construídas na região, ainda que a eles seja feita apenas uma breve alusão. Embora não tratada com a devida importância, não se pode esquecer igualmente a floresta na sua enorme diversidade, diversidade essa que no Alentejo tem como mais importante exemplo o montado de sobro³⁹.

Um dos exemplos mais emblemáticos dos usos da natureza em todo o estuário do Sado tem sido, ao longo de vários séculos, protagonizado pelas marinhas de sal⁴⁰.

³⁸ Numa leitura esquemática, ao referir-se ao Alentejo do séc. XIX - XX e aos terrenos incultos, Eugénio Castro Caldas faz referência aos caramelos, de Aveiro e Coimbra, aos ratinhos, de Viseu e Castelo Branco, e aos algarvios, da Serra do Sul, que para lá se deslocavam para as mondas e ceifas de trigo e colheita da azeitona e lá chegavam mesmo a constituir alguns povoamentos. Mas já séculos antes o Marquês de Pombal, ao descobrir outra forma de tentar o povoamento das margens desérticas do Sado, implanta colónias de africanos, em Santa Margarida e Alcácer, dando origem aos “pretos brancos de Alcácer” (Caldas, 1991: 421). Num texto de 1957 - “O Problema dos Ranchos migratórios em Portugal” - José Miranda de Magalhães debruça-se sobre os movimentos de trabalhadores, acrescenta aos ranchos de Norte para Sul do país os ranchos em sentido contrário, sobretudo formados por mulheres, raparigas e rapazitos, e que se dedicam especialmente aos trabalhos do arroz (têm fama as “mondinas” do Algarve), sobretudo de Abril a Junho – Julho e depois em Setembro – Outubro. No momento em que escreve – 1957 –, o enorme incremento dos arrozais com o grande aumento da área de regadio originado pelas obras hidráulicas (principalmente nas bacias do Tejo e do Sado), conduzia a uma afluência de ranchos cada vez mais volumosa (José Magalhães, 1957).

³⁹ Relativamente ao montado de sobro podem destacar-se dois usos: a pastorícia e a extracção de cortiça – que durante várias décadas empregou numerosos operários, quer na sua extracção, quer nos meios fabris associados à actividade corticeira.

⁴⁰ Segundo Mário Vieira de Sá as “*Marinhas de sal ou salinas* são reservatórios construídos em geral à beira do mar, dos lagos salgados, ou nas margens dos rios, dispostos de maneira a permitir uma evaporação metódica das águas salgadas que determine a deposição do sal que, depois de obedecendo a certos preceitos, é colhido para consumo directo para o homem ou outras utilizações.” Segundo o mesmo

Vários factores contribuíram para esse protagonismo: as qualidades naturais da região, as condições climáticas favoráveis, a riqueza e originalidade de um método salineiro caracteristicamente nacional. Motivos que desde cedo foram mais do que suficientes para se falar na vocação salineira de Setúbal.

A região acaba assim por descobrir uma das principais vocações económicas, a vocação centrada numa economia com vocação marítima e que a partir de 1249 vai caracterizar Setúbal, devido ao seu porto de comércio e da pesca. Estas actividades, largamente subsidiárias uma da outra, ao ser ultrapassada a fase do consumo local da pesca, vão dar origem a uma intensa corrente comercial. Em resultado da pesca, da exploração e exportação de sal ou ainda de peixe salgado, a partir do fim da Idade Média o Baixo Sado passa a ser a região que mais prosperaria com as actividades flúvio-marítimas, permitindo o desenvolvimento de Setúbal (Machado, 1949; Rau, s/d)

Segundo Fernando Machado a extracção do sal no Sado terá tido início com os árabes, antes da conquista da vila de Alcácer em 1158. Contudo já anteriormente, no período de ocupação Romana, a actividade teria enorme amplitude, como se verá no Capítulo II, a península de Tróia era um dos principais centros de salga de peixe do vasto Império Romano, apesar disso a referência mais antiga que conhece da produção de sal na península de Setúbal data do ano de 1378. A tese de Fernando Machado sobre a produção salineira na Tróia de Setúbal ao tempo da ocupação Romana é demonstrada no seguinte extracto.

"De facto, a exploração do sal na região, deve ser muito antiga; e, se atendermos a que, na vizinha Cetóbriga, ali, na Tróia, se encontram, ainda vestígios de cetarias ou seja compartimentos para a salga do peixe, do tempo do domínio romano, não custa acreditar que, já na época de Roma, o sal era extraído do mar nas praias do Sado" (Machado, 1949: 16).

Tese complementar adianta Virgínia Rau quando sustenta que grande parte da exportação deste sal cessou com a desintegração do Império Romano no século V, acontecimento após o qual a salinicultura sentiu uma profunda recessão (Rau: 20). Dos séculos V ao X, não se conhecem informações sobre a exploração do sal em Portugal,

autor denominamos "marinhas ou salinas (...) simples lagoas salgadas que, pela evaporação e dissecação das suas águas, dão origem à produção de sal. Assim também se chama, por vezes, aos jazigos de salgema e até a simples reservatórios de água proveniente de nascentes salgadas, donde se extrae esse produto" (Sá, 1951).

no entanto a actividade deve ter subsistido ao ponto de satisfazer as necessidades vitais da população. A partir da Reconquista a exploração salineira no vale do Sado aparece devidamente documentada a partir do primeiro quartel do século XIII, tal como o seu comércio interior. Em meados do séc. XV o sal de Setúbal tinha assumido um lugar preponderante na exportação nacional, pela afluência dos clientes hanseáticos e holandeses, os quais marcam o ritmo da expansão do comércio no Norte da Europa. Segundo a mesma Virgínia Rau, a fortuna das salinas do Sado está mesmo ligada à conjuntura da Guerra dos Cem Anos, que paralisou as *marais salants* francesas do Atlântico.

Nos fins do séc. XVI as salinas de Setúbal confinavam nas estremas com juncaais, sapais, sobreirais ou terras maninhas e de quando em vez entestavam com terras doces e terras de lavradores, ou herdades e coutadas. A pouco e pouco intensificou-se a construção de salinas, sobretudo através de aforamentos e sesmarias, entre 1530-1535 em Gâmbia, Motrena, Bombarralha, Enxarroqueira, Musgos, Batalha, Monte Vil, Telhada, Zambujeiro, Faralhões, Alberge, Palma e Fonte Santa, Espim, Abul, Mourisca, Monte de Cabras e Moutas. Mas ainda no séc. XVI terá começado a declinar a exportação do sal, ao ter início nessa altura a exploração das minas de sal-gema nos países da Europa central, antigos importadores do sal do Sado.

A documentação para o séc. XVII comprova a preponderância do sal português nos mercados dos países importadores do Norte. Virgínia Rau considera mesmo que foi com o sal de Setúbal que Portugal pagou 4 000 000 de cruzados à Holanda, "soma acordada pelo tratado de 1669 que punha termo ao conflito entre os dois países e libertava o Brasil da ocupação neerlandesa" (Idem: 25).

Após ter atingido o apogeu, por volta de meados do séc. XIX a produção de sal de Setúbal retrocedeu. Entre os principais motivos para esse retrocesso encontra-se o fim da Roda do Sal⁴¹, extinta com o objectivo de ser estabelecida a liberdade de comércio. Mas a abolição da Roda do Sal não é a única causa. A ela se devem adicionar

⁴¹ Joel Serrão diz o seguinte sobre a Roda do Sal: "Disposição tomada na vila de Setúbal, nos fins do século XVI, no tempo de Filipe II, que estabelecia que a venda do sal passaria a ser feita em conjunto e a sua entrega sujeita a uma distribuição ordenada e sem atender a preferência por qualquer salina, sendo o lucro dos vendedores proporcional à sua contribuição. As salinas de Setúbal foram construídas, na sua maior parte, no século XVI, para o que muito contribuiu a decisão régia, de 23 de outubro de 1511, de que os navios que viessem comprar sardinha ou qualquer outro peixe a Setúbal aí mesmo se fornecessem de sal". No início a regulamentação da sua exploração cabia ao município, contudo, depois das queixas apresentadas pelos representantes da vila nas Cortes de Almeirim, de 1514, contra os abusos dos nobres e

o surgimento dos barcos a vapor, que podiam ir mais longe e mais rapidamente buscar o sal e outros produtos a preços inferiores; o surgimento da indústria da conserva⁴² feita em azeite, com intenso desenvolvimento em 1880, provocando, como é óbvio, a diminuição da conserva pelo sal; e a diminuição da importância do sal no sector da indústria alimentar por via dos sistemas de refrigeração. O arroz também contribuiu para a decadência do sal, uma vez que as terras mais propícias à cultura do arroz foram dessalgadas, com a transformação de muitas marinhas de sal em arrozais⁴³, dada a maior remuneração do arroz. Ao arroz devem-se acrescentar as obras hidráulicas de beneficiação do Vale do Sado.

Setúbal assiste progressivamente ao surgimento de novas modalidades de actividade económica: surgem as indústrias dos adubos, do cimento e das águas mineiras. A fábrica de adubos era a sociedade de capital belga Sapeç, a funcionar a partir de 1926 a leste da cidade de Setúbal, e que produzia adubos a partir das pirites extraídas nas minas do Lousal. Por sua vez a fábrica de cimento, a actual Secil, iniciou a laboração em 1906, no Outão (Faria, 1981: 51/52).

A título ilustrativo refira-se que entre a produção agrícola se conta o trigo panificável, a verdura hortícola, os frutos, o azeite, a carne e o vinho. A laranja de Setúbal é o elemento novo, tinha surgido por volta do séc. XVI e vai valorizar a terra ribeirinha do Sado, dominando a lavoura local (Machado, 1949).

3. A evocação da sustentabilidade

3.1. A natureza perante o desafio da sustentabilidade

Como qualquer sistema a natureza precisa de manter o equilíbrio entre os gastos e as necessidades, sobretudo num mundo moderno limitado em recursos, cuja

homens ricos, protegidos por alvarás reais, forçando os barcos a levar o seu sal em primeiro lugar, D. João III suspendeu esses alvarás (Serrão, s/d: 721).

⁴² Paralelamente ao apogeu da indústria conserveira, sobretudo da sardinha, tem lugar o abandono das restantes actividades, menos remuneradas, muitas das quais foram praticamente abandonadas, por isso Fernando Machado nos diz que por volta de 1911: "A laranja, o arroz, o vinho, o sal – vegetam, o resto morreu" (Machado, 1849: 8).

⁴³ Em 1929 Rasteiro dizia-nos que as principais bacias hidrográficas onde se cultivava o arroz eram então as do Vouga, Mondego, Tejo e Sado (Rasteiro, 1929). Um artigo, em jeito de Editorial, publicado no *Setubalense* a 2 Setembro 1855 é dedicado ao cultivo do arroz e aos problemas de saúde pública que acarretava, afirmava: "Em volta dos arrozais, dos concelhos de Alcácer, Palmela e Setúbal, têm-se formado algumas povoações, de referir as condições de insalubridade destes arrozais, provocando febres

capacidade de regeneração é também limitada. Um mundo moderno que não consegue ultrapassar o paradoxo de um desenvolvimento baseado num modelo de crescimento ilimitado e de consumo. Um paradoxo já citado em Giddens e Pelt.

Para Ribeiro Telles a gestão da natureza tem "que ver com aquilo a que chamamos equilíbrio ecológico" (Gonçalo Ribeiro Telles, 1989: 72). Segundo nos diz, numa altura em que cada vez mais a intervenção do homem sobre a natureza está no centro de toda a mudança, cabe então "ao Homem a obra verdadeiramente criativa de refazer o equilíbrio ecológico, para que assim assegure a sua existência e futuro" (Idem: 73). Uma vez que, tanto pela rapidez da sua acção como pela sua profundidade, a natureza pode ver-se impedida de se adaptar à nova situação, ou seja, impedida de refazer o equilíbrio ecológico desfeito.

De modo a explicar esta *ânsia de equilíbrio ecológico* Ribeiro Telles recorre à noção de entropia, noção a que Nicola Russo, a partir de Enzo Tiezzi, também recorre para explicar o equilíbrio ecológico. Segundo Russo, através do conceito de entropia passa-se da consequente proposição de uma *cultura ecológica*, que tem por base uma *visão holística e evolutiva*, para o apelo à *responsabilidade ambiental*. Ou seja, para uma nova *ética da natureza*, que é agora um ideal de mínima produção de entropia e de conservação dos recursos (Russo, 2000: 76 e seguintes).

Ribeiro Telles e Nicola Russo não são os primeiros a recorrer à noção de entropia – correspondente à 2.^a Lei da Termodinâmica – para discutirem a questão do equilíbrio ecológico. Ambos recorrem, aliás, a Jeremy Rifkin. Antes deles já Eugène Odum se tinha referido à 2.^a Lei da Termodinâmica, para quem esta Lei pode ser enunciada de diversas maneiras:

- Nenhum “processo envolvendo uma transformação de energia ocorrerá espontaneamente a menos que haja uma degradação de energia de uma forma concentrada para uma forma dispersa” (Odum, 1988: 55).

- “A segunda lei da termodinâmica, que trata da dispersão de energia, está relacionada com o princípio da estabilidade. De acordo com este conceito, qualquer sistema natural isolado, com a energia a atravessá-lo (...) tende a alterar-se até que se desenvolva um ajustamento estável, com mecanismos de auto-regulação” (Idem: 57)

perigosas, são todos amarelados”, em face do qual reclamava “providências para o primeiro estabelecimento de caridade desta Terra”.

Apesar destas duas referências à noção de entropia, esta parece não ser consensual. De novo se recorre a Pelt, pois é um dos autores a apresentar algumas reservas à entropia. Segundo ele, as “leis da termodinâmica mostram como podem instaurar-se novos equilíbrios em sistemas perturbados, como é o caso do nosso. Todavia, esta regulação, embora possível, não é automática: deixa razões de esperança, mas não dá garantias e segurança”. Pelt não deixa de assinalar que diversos “futuros são possíveis, os quais só de nós dependem para o melhor e para o pior” (Pelt, 1991: 118).

Retomando Russo, como a seu tempo se observou este autor menciona a obra de Odum quando apresenta as noções de ecologia e economia, e nos deixa entender que no ambientalismo se conjuga uma imposição termodinâmica e outra económica. A economia representa a posição oficial e vencedora da opção ecológica da modernidade, a qual surge institucionalizada tanto de um ponto de vista científico como político no ideal de desenvolvimento sustentável. Um ideal de desenvolvimento sustentável que pretende fazer face, por exemplo, a uma progressiva decadência energética de carácter global, daí que a noção proposta tenha como suporte o desenvolvimento sustentável de um recurso. Em que a sustentabilidade precede o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo que a nível institucional o desenvolvimento sustentável aparece como uma tentativa de compromisso entre a conservação da natureza e o crescimento económico (Russo, 2000: 175).

Este propósito da sustentabilidade surge pela primeira vez enunciado em relatórios oficiais em 1972 com a publicação do *Relatório sobre os limites do crescimento humano*, também chamado de *Relatório Meadows*, onde é afirmado que a nossa responsabilidade perante as gerações "significa mais do que garantir alimentação e provisões materiais; também significa manter limpo o meio ambiente" (Meadows *et al*, 1972).

Em 1987 o *Relatório Brundtland* estabelece definitivamente o que havia de se constituir como o conceito mais em foco nas discussões sobre ambiente e desenvolvimento económico no final do anterior século – o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo este conceito, a estratégia para atingir o desenvolvimento sustentável terá de integrar necessariamente os considerandos económicos e ambientais na tomada de decisão, com a ideia de sustentabilidade a remeter-nos para a necessária plena responsabilização pelo impacto das decisões.

Posteriormente, a *Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, também designada *Cimeira da Terra* ou *Eco 92*⁴⁴, realizada no Rio de Janeiro em 1992, veio marcar definitivamente a atitude dos governantes face ao conjunto de questões ambientais que afectam o Planeta em que vivemos. Como é do conhecimento geral, a Conferência do Rio destaca-se como a tomada de consciência por parte dos dirigentes políticos mundiais da necessidade de haver uma vinculação entre o desenvolvimento económico e as questões ambientais, no que é necessário assumir um novo modelo de desenvolvimento caracterizado pela possibilidade de satisfação das necessidades do momento presente sem comprometer as possibilidades futuras. Muito se espera do reflexo da Cimeira de Joanesburgo, realizada em 2002, justamente designada Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e por isso dedicada ao desenvolvimento sustentável, ainda que, como se pode ler em vários balanços da Cimeira, o desalento face aos seus resultados possa condicionar o futuro.

Estas iniciativas demonstram a crescente necessidade de se levar em linha de conta que a crescente utilização dos espaços naturais, para usufruto humano, devem merecer desse mesmo homem acções concretas. Só assim será possível atenuar a gradual pressão sobre os ecossistemas e precaver a ocorrência de situações de eventual risco. Um risco a que são sujeitos os ecossistemas e que deverá ser adequadamente gerido, até porque, e segundo se pode concluir das palavras de Giddens⁴⁵, os impactes a nível local, uma vez não solucionados, podem ter um efeito que ultrapassa esse contexto, ao assumirem-se como potencialmente globais e poderem colocar em causa o equilíbrio da própria biosfera (Giddens, 1996).

Em face do potencial de risco que a acção do homem sobre a natureza acarreta será vantajosa a aplicação do *princípio da precaução*, na sua qualidade de premissa orientadora das políticas. A aplicação deste princípio justifica-se na sua qualidade de orientador do uso dos espaços naturais e como princípio capaz de atenuar possíveis conflitos, ao ter-se presente que as consequências de muitas das nossas acções somente são avaliadas a longo prazo. Assim se conjuga uma dimensão de responsabilidade e uma dimensão de precaução, com o homem a ser colocado no centro da intervenção

⁴⁴ Da Cimeira veio a resultar a assinatura de dois tratados - a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica e a Convenção sobre Mudança Climática - e duas declarações de princípios - a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e um Plano de Acção - a Agenda 21 Local.

⁴⁵ Importa acrescentar que Beck, por sua vez, aponta a intervenção da opinião pública atenta sobre os governantes no momento da tomada de decisão como elemento decisivo na gestão do risco (Beck, 1992).

sobre a natureza e por isso a ser chamado a assumir sobre ela a responsabilidade pelos seus actos e a ponderar as acções futuras⁴⁶.

A respeito do princípio da precaução e da gestão do risco o posicionamento de Niklas Luhmann vem reforçar o anteriormente referido, na medida em que atribui o risco ao processo de tomada de decisão e considera-o um aspecto das decisões. Na opinião deste autor, a sociedade moderna vive o seu futuro sob a forma do risco das decisões que só no presente se podem tomar, daqui resulta que o risco não é mais do que uma forma de descrição presente do futuro, em que é sempre possível optar por uma ou outra alternativa.

Vistas assim as coisas, os riscos dizem respeito a danos possíveis, embora improváveis, mas ainda não fixados, resultantes de uma decisão, podendo ocorrer em face de uma decisão, ou não ocorrer no caso de ser tomada outra decisão. A partir desta perspectiva podemos assim concluir que só se fala em riscos quando se atribuem consequências às decisões (Luhmann, 1993 e 1997).

Perspectiva idêntica à de Luhmann é preconizada por Nicolas Hulot *et al.* no momento em que os autores nos afirmam ser a precaução uma atitude técnica que implica que deixemos, como outrora o fazíamos, de confiar cegamente nas possibilidades da técnica, ou seja, de acreditar que os seus resultados são sempre benéficos ou que as suas implicações são sempre positivas. Nicolas Hulot *et al.* consideram, então, que quando "existe incerteza quanto a certos riscos, o princípio da precaução exige que não se fique à espera de ter certezas para tomar medidas preventivas", isto é, devemos actuar "antes de ter a certeza que existe realmente perigo" (Hulot *et al.*, 1999: 35/6).

A partir desta exposição conclui-se que, quando estiver em causa o direito do homem e das gerações futuras a desfrutarem de um ambiente são, o *princípio da precaução* parece ser a atitude mais coerente com a preservação do ambiente, pois a incerteza quanto a certos riscos exige a tomada de medidas preventivas, capazes de anteciparem a ocorrência de qualquer situação de perigo. Não deveremos é esquecer que em causa não está apenas o homem, acima de tudo está o seu habitat – a Terra.

⁴⁶ A relação entre o *princípio da precaução* e a *ética de responsabilidade* é sumariamente feita em Hulot *et al.*, contudo, para uma análise mais pormenorizada sobre a noção de responsabilidade humana vejam-se as obras de Hans Jonas e outras sobre a obra do próprio Jonas, referidas na bibliografia (Hulot *et al.*, 1999; Jonas 1994 e 1997).

Será em sentido idêntico a este princípio que a tão falada sustentabilidade se assume como um modelo de desenvolvimento, convencidos nós que seja capaz de não gerar desequilíbrios ambientais e afaste a ideia de um progresso assente apenas no consumo de espaço natural, face a uma natureza, tanto na sua representação estética⁴⁷ como instrumental, que deve ser protegida para nosso prazer, para melhoria da nossa qualidade de vida e para garantir a sua existência para as gerações futuras.

3.2. Do turismo de massas ao turismo-natureza

O turismo de massas, caracterizado basicamente pela concentração espacio-temporal da oferta e procura, pelas intensas pressões sobre o território e pela dependência do exterior, tipificou as explorações turísticas do sul da Europa a partir da década de 50, depois ainda mantido por mais duas a três décadas. Um pouco por todo o lado, o processo intensivo da sua exploração, conjuntamente com um nem sempre assumir de responsabilidades, revelou fortes impactos sobre o meio ambiente, agravados por se tratar da exploração de um único produto – o *sol* e a *praia*. Ao situar-se em núcleos urbanos essencialmente verticais e concentrados, tantas vezes sem preocupações com a adequabilidade aos materiais e às tradições arquitectónicas locais, gerou também efeitos nefastos sobre a paisagem.

O gradual questionar deste modelo de exploração e a crescente consciência pela defesa do ambiente, estão entre os factores responsáveis pela mudança de atitude face à natureza. Nessa mudança de atitude interferiram igualmente preocupações tão genéricas como o problema atómico, o da poluição, as chuvas ácidas e a consciência crescente do desordenamento do território. A emergência destes problemas facilitou o acentuar da discussão em redor dos aspectos da ecologia, ocorrido com maior expressão pública e política no último quartel do séc. XX. Por sua vez, os impactos negativos do modelo socio-económico dominante, com contornos particulares na exploração turística, têm fomentado entre os agentes envolvidos e o público em geral a necessidade da responsabilização de todos face ao espaço natural entendido agora enquanto património comum da humanidade.

⁴⁷ Embora o estudo não se fixe muito sobre a visão estética da paisagem fica a referência a uma das obras que pode trazer algumas indicações a esse respeito: Clark, Kenneth (1965), *Paisagem na Arte*, Lisboa, Editora Odisseia.

Nesse sentido, as políticas públicas devem regular os usos e a valorização da natureza, de modo a contribuírem para a defesa do ambiente. A todas essas transformações acresce o facto do ambiente ter sido cada vez mais reivindicado, tanto por grupos de defesa do ambiente como por uma opinião pública gradualmente convencida da necessidade da sua salvaguarda, fazendo permanecer uma representação estética e lúdica da natureza, e nem tanto uma representação instrumental da mesma. Por conseguinte, as políticas públicas responsáveis pela planificação do espaço natural devem ser fruto da colaboração e do compromisso político.

Em particular sobre a actividade turística resulta que a expressão da nova atitude está bem presente no facto de às tradicionais práticas de exploração turística se terem acrescentado outras. Com a especificidade das suas práticas ser caracterizada a partir do uso que fazem dos valores naturais e patrimoniais na promoção do seu próprio produto, promovendo sobretudo um regresso do homem à terra, basicamente alimentado por parte de alguns estratos sociais, de forma a estabelecer entre ambos uma relação convivial, agora com a diferença dessa relação pretender alimentar também o prazer do mesmo homem em contemplar a natureza.

Perante uma nova atitude na relação entre o Homem e a natureza será justo ponderar a possibilidade de um equilíbrio entre a actividade turística, que pretende apropriar-se do espaço natural, e a crescente consciência ambiental. Até porque é nesse sentido que apontam as perspectivas alusivas ao desenvolvimento sustentável, em que o desenvolvimento surge basicamente entendido como processo que assegura a satisfação das necessidades do presente sem colocar em risco a possibilidade das futuras gerações garantirem também elas a satisfação das suas.

É assim que consoante a especificidade do produto a oferecer nos surgem denominações para a actividade turística dependente do produto predominante que exploram. Temos, por exemplo, o agro-turismo, o turismo verde, o ecoturismo ou mesmo o turismo natureza, entre muitas outras denominações, enquanto alternativas ao tradicional turismo de massas. Estas alternativas referem-se tanto ao produto explorado como às características da relação do Homem com a natureza na sua dimensão simbólica e decorrem principalmente dos vários sentidos conferidos à natureza e às variadas representações sociais, em que, como vimos nos primeiros pontos, a primeira ambiguidade reside na própria noção de natureza.

Muitas destas denominações não são alheias à definição de áreas naturais protegidas e de património construído, ambos com regulamentação específica no tocante à intervenção do homem. O que exige da parte de todos um esforço no sentido de cuidado a ter no planeamento e gestão da actividade turística, reconhecendo, mesmo assim, todo um leque de aspectos positivos que o turismo pode trazer à natureza. De facto, constatamos que em muitos casos o turismo pode contribuir para a conservação e protecção dos valores naturais, nomeadamente ao financiar os investimentos a fazer e ao poder promover junto do turista as qualidades e vulnerabilidades de determinadas áreas. Motivos aliás responsáveis pela criação de algumas áreas protegidas, de que são exemplo os parques naturais, locais em que o turismo é muitas vezes o motor da protecção e conservação do ambiente em referência.

Ao contrário do apontado na caracterização do turismo de massas, nas últimas décadas registou-se uma profunda alteração dos padrões de consumo da natureza, com repercussões directas nas práticas de frequência e de apropriação, com consequências no estatuto da natureza e no seu potencial produto turístico. Concomitantemente, a descoberta da natureza por alguns estratos sociais, reflectindo-se em novos usos da natureza, veio sujeitar as práticas de frequência e apropriação a estratégias de ocupação e gestão do território, de forma a atenuar as pressões e os impactos sobre ela.

Foi, então, que de modo a regular as práticas da sua frequência e apropriação da natureza, e impor um quadro de regulação dos usos da natureza que desencoraje o seu uso violento, a organização dos usos do lazer em espaço natural veio impulsionar a emergência de um novo domínio da conduta humana, com condições que testemunham a extensão da definição dos direitos sobre o quadro natural. Em resultado dessa regulação o quadro natural passa a ser concebido como património comum – tantas vezes dito da Humanidade – e não como o espaço em que o uso é apropriado por um único indivíduo ou colectivamente por uma única comunidade. Como consequência de tudo isso, a natureza é agora entendida como espaço colectivo dependente de decisões políticas baseadas em escolhas que pretendem repartir entre os cidadãos as muitas possibilidades de agir.

Como exemplo, a respeito da salvaguarda do património mundial O. Dollfus, ao referir-se à floresta amazónica, considera que em nome dessa salvaguarda ocorre, em algumas situações, o que chama de "*ingerência ecológica*". Ingerência cujos interesses distintos colocam a questão sobre se se trata, do ponto de vista do direito, de

propriedade privada ou de propriedade colectiva, de todos nós, o que nesse caso nos conduz à noção de património comum da humanidade e a uma espécie de direito mundial do ambiente (Dollfus, 1994).

A intervenção da natureza ao ser politizada desta maneira acaba por merecer a participação tanto dos poderes públicos, nacionais, regionais e locais (por vezes, internacionais), como dos interesses privados, paralelamente à participação dos cidadãos interessados em participar no debate público sobre as matérias propostas. Um debate público que deve levar à discussão aspectos como os impactos dos empreendimentos propostos, as respectivas medidas minimizadoras, as medidas de salvaguarda e valorização do património, natural e construído, e o respeito pelos interesses das populações afectadas. A emergência desse debate público tem como um dos principais objectivos levar os cidadãos a participar nos processos de tomada de decisão, para assim se evitarem possíveis conflitos. Por isso nele se mostra fundamental a apresentação das posições dos vários protagonistas e a apresentação e discussão de várias alternativas, o que vai implicar um "envolvimento mais activo dos grupos de interesse e do público em geral nos processos de decisão"⁴⁸, também para ser esclarecedor relativamente aos riscos e aos benefícios (Gonçalves, 2000: 267).

Apesar do debate público assumir os contornos propostos no parágrafo anterior, não se elimina, por essa via, a eclosão de conflitos. Na verdade, como em qualquer outro domínio da esfera pública, a intervenção dos poderes públicos na regulação da actividade turística nem sempre decorre sem a eclosão de focos de conflito, comportamento que, em larga media, reflecte a sua incapacidade de reacção às pressões da iniciativa privada, falha que depois tem repercussões na gestão e planificação do território. O conflito assim equacionado resulta da ambivalência proporcionada pela gestão com fins de exploração dos recursos naturais e da sua conservação, ambivalência até aqui figurativamente conciliável através de uma partilha espacial entre zonas dedicadas mais completamente à conservação e zonas submetidas às exigências da exploração produtiva.

O Estado em todo este processo, como um dos principais protagonistas a intervir no processo de modelação dos espaços turísticos, tem de se assumir como regulador da

⁴⁸ A actividade turística pode dar origem a movimentos de protesto, perante a possibilidade de serem excedidas as capacidades ambientais do espaço natural em exploração, na tentativa de promoção da consciencialização dos impactos e das implicações resultantes do descuido no uso dos recursos globais, a

actividade turística e como intermediário de uma política de gestão do território, com especial incidência na afectação das superfícies e na planificação da exploração, embora não cessem também por via dessa actuação todos os possíveis focos de conflito. Vistas assim as coisas, um dos problemas fundamentais do turismo situa-se na sua capacidade de fazer face ao conflito existente entre interesses ambientais e económicos, sem que seja ameaçada a transmissão de recursos. A este respeito ganha relevo a tese de Diane Laws, no momento em que nos questiona se a tão falada consciência ecológica não será um simples desejo de fazer dinheiro, por isso aponta para o facto dos governos e dos promotores estarem menos preocupados com a salvaguarda do ambiente para um futuro melhor das gerações vindouras e estarem mais preocupados em proteger o valor do seu investimento corrente (Laws, 1994)

A partir da consciência dos seus efeitos as políticas de turismo devem procurar minimizar a ocorrência nefasta dos impactos, especulando ao mesmo tempo sobre a possibilidade de um equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a defesa do ambiente. Delas se espera que sejam tão respeitosas do ser humano como do ambiente e que procurem fazer face às necessidades dos vários protagonistas sem colocarem em risco o ecossistema, isto é, que sejam capazes de assegurar tanto as finalidades económicas e técnicas como o respeito pelo ambiente e pelas pessoas envolvidas. A realização desses objectivos terá de passar, como acima se aponta, pela adopção de medidas eficazes de planeamento, pela procura de estratégias de gestão adequadas e por medidas de minimização dos impactos que possam ocorrer, em articulação com sistemas de monitorização ambiental nos respectivos empreendimentos turísticos.

Caso não ocorra o conjunto de acções atrás mencionado pode muito bem estar ameaçada uma das mais antigas e mais importantes práticas turísticas – a simples contemplação da paisagem –, por não ser regulada a reorganização dos espaços e a redistribuição das actividades fomentada pelo turismo. Torna-se assim indispensável repensar a atitude da actividade turística face à natureza, procurando incitar à observância de um possível equilíbrio entre o meio ambiente e essa actividade, embora se saiba de antemão que será sempre um equilíbrio ténue e em constante ameaça.

A tão falada sustentabilidade, assente em compromissos políticos, pressupõe neste domínio específico dos usos da natureza, o não ultrapassar de determinados

partir dos quais pode desencadear-se um processo de reflexividade no sistema turístico que conduza a alterações no próprio consumo da natureza.

limites, sendo um desses limites, o proposto pelo conceito de capacidade de carga, de que se falará no ponto seguinte. Embora se possa desde já adiantar que este conceito está directamente ligado aos impactos da actividade turística, os quais se deve igualmente reconhecer que não são apenas impactes negativos. O turismo pode ter igualmente impactos positivos, é esse eventualmente o caso da criação de áreas protegidas, conservação da qualidade ambiental, melhoria da rede de infra-estruturas, aumento da consciência ambiental, entre outros. As formas de turismo a desenvolver, em resultado da definição do próprio conceito de capacidade de carga, devem procurar trazer a maior satisfação possível a todos os interessados e não acarretarem inconvenientes inaceitáveis, em particular ao nível ecológico e ao nível social (Krippendorf, 1987).

3.3. Turismo e sustentabilidade

O espaço natural é sem dúvida uma vantagem acrescida para o turismo, vantagem que implicará por parte do sector reciprocidade na acção, ou seja, que ele mesmo promova o cuidar do ambiente natural onde decorre. Ao tratar-se de uma actividade que necessita de espaço natural para se realizar, um espaço que vai inevitavelmente sofrer os impactos da sua acção, o turismo terá de reconhecer que a preservação do ambiente natural pode ser para si uma vantagem acrescida e, portanto, a necessitar de uma adequada gestão e planificação.

Todavia, nas últimas décadas o turismo tem demonstrado ser um importante factor de transformação das paisagens, do espaço e do território, pois, à semelhança de outras actividades humanas, provoca numerosos e múltiplos impactos sobre o meio humano e sobre o meio ambiente natural. Factos demonstrados por estudos sobre as muitas das repercussões do turismo, tanto na composição demográfica das populações e no próprio funcionamento das sociedades, com efeitos directos sobre o ambiente e sobre a paisagem (Fennel, 1999).

Mostra-se então indispensável repensar a atitude da actividade turística face à natureza. Assim se insere a discussão da sustentabilidade na actividade turística, onde não podem ser ignoradas as iniciativas fomentadas em redor da Organização Mundial de Turismo (O.M.T.) a favor de um desenvolvimento sustentável da actividade turística, de que é exemplo maior a Declaração de Manila em 1980. Esta Declaração dá uma especial ênfase à protecção e ao cuidado para com o ambiente, enquanto condições

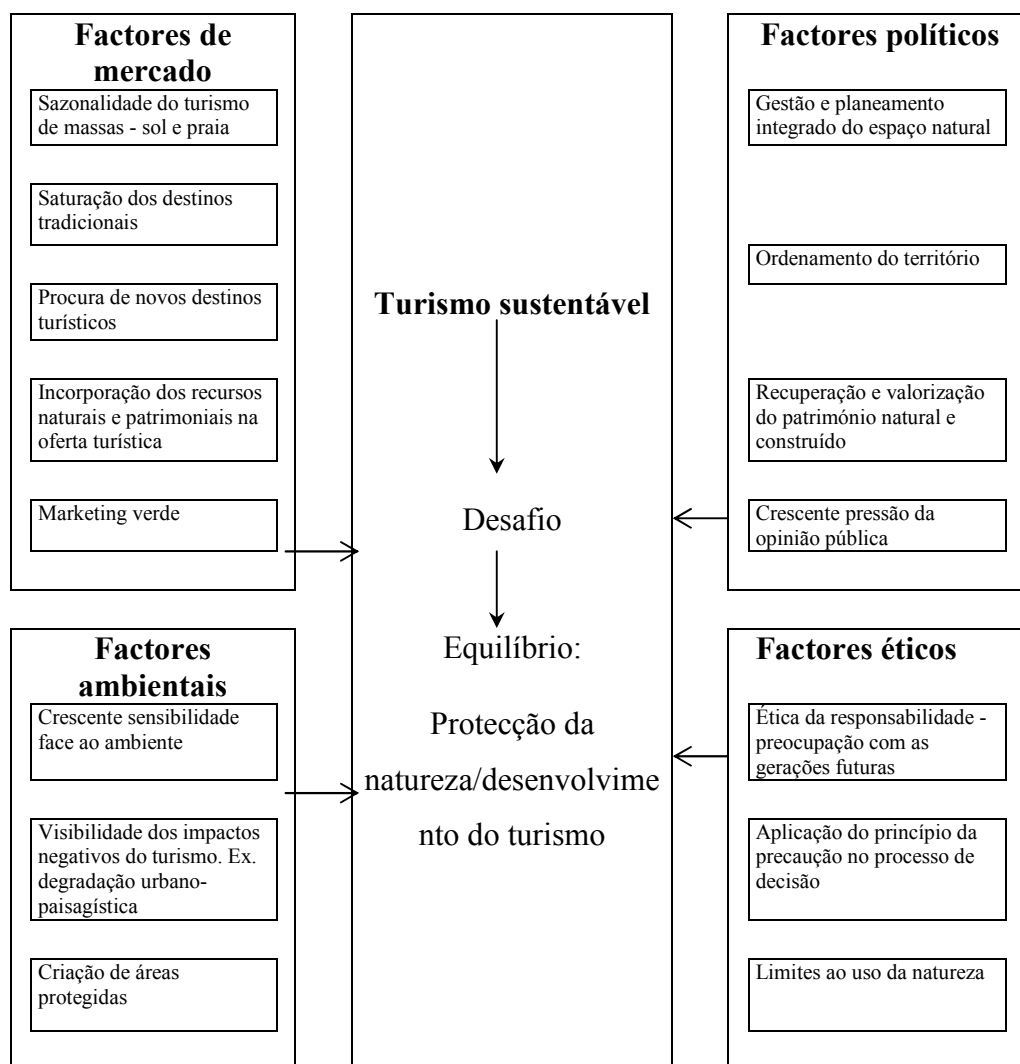
promotoras de um desenvolvimento harmonioso do turismo, com respeito tanto pela natureza como pelas heranças culturais do passado, de forma a promover a qualidade de vida e conciliar os estilos de vida com as tradições e as aspirações. A execução destas propostas tem em muitos casos sido gradualmente responsável por uma mudança na indústria turística, dando maior relevo aos aspectos sociais, culturais, ambientais, económicos, educacionais e aos valores políticos do turismo.

Esta preocupação pelo desenvolvimento harmonioso do turismo e pela salvaguarda dos valores naturais por parte da OMT⁴⁹ surge marcada por outros momentos a reter, entre os quais se destaca a publicação em 1999 do que se intitula como Código Global da Ética para o Turismo. Para os tempos presentes a OMT, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, fez de 2002 um ano histórico, em causa esteve o facto da Resolução 1998/40 das Nações Unidas ter declarado 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo.

À semelhança dos compromissos políticos assumidos nas várias conferências referidas, muitos são os autores a debruçarem-se sobre a especificidade da sustentabilidade na actividade turística. Por exemplo, Kotler *et al.* entendem que o turismo sustentável é um conceito de gestão turística que antecipa e prevê alguns dos problemas que possam ocorrer caso seja excedida a capacidade de carga, um conceito dependente do respectivo impacto ambiental e do seu estudo (Kotler *et al.*, 1999).

Outros ainda são da opinião que o propósito da sustentabilidade deve ser um reflexo das políticas e estratégias de desenvolvimento do turismo, ao reiterarem que a proposta de desenvolvimento sustentável há-de estar de acordo com as possibilidades e o meio ecológico da zona e há-de expor a viabilidade económica (Campubri *et al.*, 1998). Em qualquer dos casos, toda a dinâmica terá de assentar numa base de compromissos políticos, e deve ser capaz de conduzir os poderes públicos a levarem em linha de conta no processo de tomada de decisão as opiniões expressas durante o processo de consulta, embora sem que possam agradar a todos.

⁴⁹ O facto de se apresentar apenas a OMT não equivale a ignorar a importância de outras organizações internacionais e de vários protocolos. No caso específico da Europa assinalem-se os 10 pontos da designada Carta Europeia para o Turismo Sustentável: 1- Respeitar os limites da capacidade de acolhimento; 2- Contribuir para a conservação e melhoramento do património; 3- Preservar os recursos naturais; 4- Apoiar a economia local; 5- Promover a participação dos residentes locais; 6- Desenvolver um turismo adequado de alta qualidade; 7- Tornar as zonas protegidas acessíveis a todos; 8- Desenvolver novas formas de emprego; 9- Incentivar comportamentos que respeitem o ambiente; 10- Servir de modelo para outros sectores económicos e influenciar as suas práticas.



Esquema 1 – Factores determinantes de um turismo sustentável: éticos, políticos, ambientais e de mercado

O **Esquema 1** mais do ser a síntese de um provável modelo de análise é uma reflexão sobre algumas das diversas dimensões em causa na promoção de um turismo sustentável, assumindo-se como a síntese da própria reflexão aqui contida. Os quatro factores propostos – de *mercado*, *ambientais*, *políticos* e *éticos* – são, na prática, essencialmente factores políticos, em particular os três últimos, uma vez que não se pode negar que a crescente preocupação com o ambiente resulta principalmente da politização do espaço natural nas suas diversas dimensões, quer elas sejam de mercado, de defesa dos valores ambientais, de gestão e planeamento, de ordenamento do espaço natural e de uma discussão ética nas suas várias asserções.

Como se disse anteriormente, a sustentabilidade pressupõe no domínio específico dos usos da natureza o não ultrapassar de determinados limites, sendo um desses limites aquele que é proposto pelo conceito de capacidade de carga. Trata-se de

um conceito que surge directamente ligado aos impactos ambientais⁵⁰ da actividade turística e tem visibilidade em aspectos como a poluição das águas, ar, sonora e visual; bem como nos desequilíbrios ecológicos ao nível da fauna, flora e solo; e também ao nível da alteração da cobertura vegetal, erosão dos solos, destruição das dunas, diminuição do número e diversidade de espécies.

Todavia não tem unicamente impactes negativos, pode ter igualmente impactos positivos, é esse eventualmente o caso da criação de áreas protegidas, conservação da qualidade ambiental, melhoria da rede de infra-estruturas, aumento da consciência ambiental, entre outros. As formas de turismo a desenvolver, em resultado da leitura do próprio conceito, devem procurar trazer a maior satisfação possível a todos os interessados e não acarretarem inconvenientes inaceitáveis, em particular ao nível ecológico e ao nível social.

Na gestão do espaço natural é assim fundamental, genericamente, tomar em conta a existência de limites reais ao uso dos recursos e, em particular, que qualquer recurso ambiental somente admite um determinado nível de uso, que uma vez superado dará início a um processo de degradação e perda que pode ser irreversível, impondo-se, então, o não ultrapassar da *capacidade de carga* do recurso. Por exemplo, no caso da praia, a frequência massiva, o acesso desordenado com veículos a motor ou os parques de estacionamento junto do areal facilitam a degradação da vegetação e a erosão da linha de costa.

O problema é que o conceito de capacidade de carga sobre o ecossistema ou o de uso de um determinado recurso coloca, às vezes, grandes dificuldades técnicas para o seu cálculo. Os factos demonstram que o limite existe realmente, mas a sua quantificação é difícil. Em todo o caso, perante a ignorância, tem de haver sempre uma *margem* de prudência e um sentido comum no convencimento de que sempre é mais difícil e dispendioso recuperar um recurso que protegê-lo.

Para tal, mostra-se fundamental ter presente que somente um modelo de uso sustentável dos recursos, garante a sua conservação e exige que não tenha lugar acima do limiar da sua capacidade de carga. Cabe então às autoridades com responsabilidades na gestão do território implementarem políticas que respeitem o meio ambiente, sem colocarem em causa os usos económicos do território.

⁵⁰ A discussão aqui mantida é somente sobre os impactos ambientais deixando os impactos sociais e culturais para outras investigações que possam surgir.

Sobre esta questão a Organização Mundial de Turismo⁵¹ estabelece 3 tipos de capacidades de carga: a ecológica, a turística e a social. A capacidade de carga ecológica representa o nível a partir do qual ocorrem impactes ecológicos inaceitáveis, a capacidade de carga turística é o nível a partir do qual as experiências dos visitantes se tornam insatisfatórias e a capacidade de carga social representa o nível a partir do qual ocorrem mudanças sociais inaceitáveis.

Fennel sugere que, a partir de um ponto de vista estritamente ecológico, o conceito de capacidade de carga nos remete para a manutenção de um equilíbrio entre as espécies nas suas relações. Por exemplo, entre o nascimento e a morte, entre predador e presa, em que intervém o factor humano, ao manipular e explorar os recursos, vindo a desfazer esse equilíbrio. A partir deste ponto de vista o conceito de capacidade de carga pode ser definido como a base de quatro elementos interrelacionados: a importância do uso a dar, a carga que o meio ambiente pode suportar, o efeito ao longo do tempo e o não degradar do equilíbrio com o uso a dar. Com os impactos ambientais a poderem, geralmente, ser objectivamente medidos a partir da análise das condições ecológicas. Por outro lado, na perspectiva sociológica a capacidade de carga é um conceito muito mais dinâmico e difícil de medir, uma vez que o nível ou o limite se refere a uma área considerada e apropriada para um recurso específico. Além disso, o facto da natureza do recurso ser subjectiva, com os diferentes tipos de utilizadores a terem diferentes necessidades e expectativas face a esse recurso, implica uma tolerância variável, com cada sujeito a procurar maximizar a sua satisfação (Fennel, 1999: 111 e seguintes).

Como assegurar então o não ultrapassar dos limites nos usos da natureza? Eis a questão prioritária que a todos se coloca. A sua resposta encontra-se inevitavelmente no processo de planificação, a ele cabe assegurar a sustentabilidade dos recursos turísticos, a captação de investimentos adequados e o reverter dos benefícios para a comunidade receptora. A *planificação e gestão do desenvolvimento sustentável* constituem-se como duas partes do mesmo processo, em que a planificação é o processo de tomada de

⁵¹ Na sua página na Internet a Organização Mundial de Turismo, referindo-se aos impactos negativos do turismo em espaço natural – ambientais, socio-culturais e económicos –, afirma o seguinte: "Negative impacts occur when the level of visitor use is greater than the environment's capacity to cope with this use (sometimes called carrying capacity)". Importa mais uma vez ter em conta que o turismo não gera unicamente impactos negativos, para além da sua importância na economia de uma região e de um país, assume-se em muitos casos como o garante da conservação e preservação do meio ambiente natural, uma vez que ao necessitar do espaço natural para se realizar acaba por ser um incentivo ao cuidar deste espaço natural, ao financiar várias acções, mas também ao incutir ao turista as preocupações pela defesa e salvaguarda do ambiente.

decisão necessária para alcançar o cenário que desejamos e a gestão é a capacidade de fazer com que tudo funcione e funcione bem.

A planificação é, assim, a principal ferramenta de que se deve servir o turismo para programar o desenvolvimento com critérios de sustentabilidade. Estamos perante uma planificação que deve interpretar-se não só como a base de um documento que expresse as linhas de actuação em matéria turística mas, mais ainda, como processo de negociação entre todos os sectores implicados: os empresários, a administração pública, os residentes, os turistas, etc., num processo que deve ser flexível, negociado e aberto.

Assim vistas as coisas, o conceito de capacidade de carga prende-se com a consciência de que qualquer uso de um recurso subjacente ao que está determinado exerce pressões sobre os ecossistemas, alterando-os. Como acima se afirma, este conceito acaba por ser um factor determinante no planeamento e desenvolvimento turístico com respeito pela natureza, pois sabe-se que toda a transformação, por mais pequena que seja, altera as forças em presença e cria novas condições, em que uma pequena modificação pode ter consequências enormes e colocar em risco o equilíbrio do ecossistema.

Seja qual for a fronteira colocada como limite da capacidade de carga, é por todos reconhecido que se trata de um factor determinante no planeamento e desenvolvimento de um turismo que respeite os valores naturais e culturais. Portanto, o principal desafio da planificação do turismo sustentável terá de conciliar as oportunidades de negócio turístico com os interesses ambientais e sociais da sustentabilidade. Em que, entre outros aspectos, na avaliação do modelo turístico sejam determinantes os limites de carga, a identificação dos impactes ambientais, sociais e económicos do turismo, as estratégias de sustentabilidade a seguir e o programa de acções a levar a cabo.

Daqui se conclui que a sustentabilidade deve ser um reflexo das políticas e estratégias de desenvolvimento turístico, com os poderes públicos a exercerem uma influência determinante no processo, na medida em que se assumem como intermediários de uma política de gestão do território. Em que a planificação pretende regular a protecção dos recursos ambientais e culturais, assim como os fundamentos da negociação entre o sector público e o sector privado, e em última análise os cidadãos.

Capítulo II

Usos humanos da natureza

O exemplo da península de Tróia



1. Os principais usos da natureza na Tróia

1.1. Instrumentos de pesquisa

Sobretudo a partir das últimas décadas é reconhecido o papel que a imprensa escrita tem desempenhado em prol do ambiente, o mesmo não se passa, de forma sistemática, em relação aos usos da natureza, esses surgem como que disfarçados no meio de temáticas diversas. A pesquisa proposta neste estudo procura, justamente, proceder a uma análise sistemática das notícias, na procura de um percurso histórico e dos usos da natureza, que se pretende caracterizem cada período. Ocorre com o relato dos acontecimentos e pretende perceber e relatar as mutações registadas ao longo do tempo.

Tal como assinalado nas *Palavras de Apresentação*, centrando a análise na península de Tróia, o objectivo passa pela identificação:

- *Dos principais usos da natureza característicos de cada período histórico;*
- *De qual ou quais os factores que impulsionaram a alteração do uso ou usos, no caso de ter ocorrido alteração;*
- *Dos protagonistas responsáveis pela alteração aos usos da natureza.*

Na base destes objectivos um outro foi o grande impulsionador da pesquisa, trata-se de dar a conhecer ao investigador e ao público interessado um pouco da sua história. Quando muito se fala da península e do turismo de massas que caracterizou a presença da Torralta naquela faixa de território, fica sempre em aberto o que antecede a chegada desta empresa a Tróia. Constitui, pois, esse mais um enorme motivo de interesse a juntar a todos os outros e uma mola impulsionadora da pesquisa, perante a praticamente inexistência de trabalhos centrados em Tróia, ou apenas no vasto processo da Torralta, que só por si permitirá inúmeras investigações.

Levar a cabo uma tarefa nunca experimentada coloca ao investigador várias interrogações, a principal das quais é, sem dúvida, *Que fontes utilizar?*, sabendo-se que a sua escolha é determinante no sentido do rigor e objectividade histórica. E que o seu uso permite dar voz ou silenciar acontecimentos históricos, por isso tantas vezes permanecem no âmbito do privado ou de um colectivo restrito, e em muitas outras são conduzidos a uma honrosa divulgação pública.

A utilização da imprensa escrita como recurso histórico visa facilitar o conhecimento de uma forma mais profunda dos usos da natureza a que tem estado sujeita a península numa boa parte da sua história. Aceita-se, como ponto de partida, que a utilização destas fontes tem em conta o facto dos *media* terem “uma importância primordial na construção de representações”, contribuindo “‘para criar a consciência da vulnerabilidade’ do mundo pessoalmente vivido” (Duclos, 1995, 209). Mais ainda, aceita-se, a partir de Denis Duclos, que os acontecimentos mediatizáveis “uma vez ‘constituídos’ e com a ajuda dos ‘operadores de dramatização’” passam “a captar a atenção dum vasto público e na medida em que são tratados pelos *media* numa maneira muito pessoal e, simultaneamente, muito universal, constituem preocupações duradouras para as pessoas” (Idem).

Um estudo como o que se apresenta necessita, obviamente, desse ponto de partida, por outro lado, necessita de datar no tempo, com o máximo de rigor possível, o desenrolar dos acontecimentos. Por isso, elege para análise um jornal com um importante papel na região e ele próprio com uma longa história, trata-se do jornal *O Setubalense*. Publicação cujos primeiros números datam do séc. XIX, na altura como semanário, mas foi no princípio do séc. XX que se afirmou no panorama da imprensa de expressão regional.

Relativamente ao séc. XIX as primeiras pesquisas mostraram que traria pouco à investigação uma análise sistemática do referido jornal, principalmente por ausência de exemplares publicados. Mais ainda, muitos dos acontecimentos que Tróia viveu nesse século encontram-se relatados em vários documentos, de que se fará uso mais tarde quando se tratar a questão do património construído. Para o séc. XX são alvos preferenciais da análise os espólios da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Hemeroteca Municipal de Lisboa e da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, através deles foi possível visionar um longo período, quase sem interrupções⁵² – de Janeiro de 1919 a Dezembro de 1974.

A escolha de 1974 para terminus da pesquisa tem em conta 3 aspectos principais: - o principal uso da natureza nessa data seria já o turismo de massas, explorado pela Torralta; - a crise petrolífera de 1973 poderá ter condicionado os

⁵² Por não terem sido publicados esses meses ou porque faltam no espólio das entidades a que se recorreu falta o 2.º semestre de 1926 e o 1.º semestre de 1928.

investimentos; - a Revolução de Abril de 1974 terá tido repercussões em Tróia. Por outro lado, a partir de 1974 Tróia e a Torralta foram motivo de notícia em várias publicações, muitas delas com expressão nacional, como é o caso do jornal *O Expresso*, contudo, foi por motivos distintos aos previstos neste estudo, pois grande parte delas dizia respeito aos problemas laborais da Torralta e à relação desta empresa com seus accionistas, terminando no processo de falência. Naturalmente, seria demasiado pretensioso da parte do investigador efectuar a análise até ao momento presente, embora fosse desejável.

No período seleccionado são examinados os artigos que de uma forma ou de outra se relacionam com os usos da natureza e que incidem sobre a península. A análise inclui notícias, editoriais, cartas de leitores ao Director, artigos de opinião, entrevistas, rábulas e, em alguns casos, publicidade. Na análise da publicidade dá destaque aos anúncios directamente ligados a Tróia, é esse o caso dos horários dos barcos de ligação a Setúbal, deixa de fora alguns anúncios da Torralta, pois nem sempre se referem à península, mas sim à actividade da empresa em todo o país.

A selecção dos artigos serve-se de duas grelhas: uma grelha de notícias, que acompanha o ANEXO I, e uma grelha de assuntos. A grelha de notícias (ou de formato de noticia) inclui:

1. Data de publicação
2. Título da notícia
3. Localização no jornal (primeira página, páginas interiores)
4. Se inclui fotografia
5. Tamanho
6. Localização geográfica (Tróia, Setúbal, Sado, Alentejo)
7. Assunto a que se refere
8. Resumo da notícia.

A grelha de assuntos ou categorias não serve apenas para preencher o campo "Assunto / Categoria" na grelha de notícias. Na verdade, induz desde o início à selecção das notícias, uma vez corresponder a diferentes usos da natureza. Esta grelha inclui oito distintos usos, ainda que em alguns casos não sejam directamente usos da natureza, em concreto definem ocupações do espaço ou facilitam a promoção de determinado uso.

A seguir apresenta-se a proposta utilizada para identificação de usos da natureza em Tróia:

- **Agricultura** – identifica os artigos referentes aos usos agrícolas e aos usos florestais;
- **Pesca / caça** – inclui os assuntos referentes à actividade piscatória e à caça
- **Ordenamento do Território** - incide sobre o ordenamento e desordenamento do território, mas também com questões da administração do território com influência na sua gestão;
- **Transportes e Infra-estruturas** - trata-se de uma subdivisão do «Ordenamento do território», que identifica as questões ligadas aos transportes e às respectivas infra-estruturas, para simplificar será doravante designado apenas por Transportes;
- **Turismo** - diz respeito aos projectos turísticos e genericamente à actividade turística, mas também à hotelaria e restauração;
- **Praia** - identifica os vários usos da natureza com base nas praias da região, desde os aspectos paisagísticos, ao usufruto das praias pelos banhistas e aos apoios de praia, definindo-se estes últimos como os tradicionais *Banhos*;
- **Património Construído** - refere-se ao Património Construído de Tróia ou com ligações a Tróia, tratam-se sobretudo de notícias das Ruínas Romanas;
- **Tróia (geral)** - identifica vários aspectos em Tróia que possam permitir identificar a presença humana e alguns de outros usos da natureza não identificados nas restantes categorias, usos que por serem por si só são pouco significativos para constituírem uma categoria própria.

Após a visualização integral do período considerado são obtidos dois conjuntos de elementos. Por um lado, obtém-se um conjunto de vários registos distribuídos pelas várias categorias, a partir do qual se retiram posteriormente as respectivas frequências,

correspondentes aos usos da natureza e à sua localização no tempo e no espaço. Por outro lado, a análise do conteúdo dos artigos permite a reconstrução histórica e serve de complemento à análise dos usos, embora neste caso impossíveis de quantificar.

Como se pode supor, a proposta agora apresentada tem como base conceptual os diferentes usos da natureza, os quais, em termos genéricos, definem os critérios subjacentes à ocupação humana da península e ao ordenamento do território que facilitam. Sendo de prever que estas configurações não sejam independentes das variáveis de foro económico, nem das expressões de poder que configuram. Ambas com visibilidade sobretudo através da posse de propriedade e da possibilidade de usufruto ou não do espaço natural, pelo que se ligam, igualmente, à estratificação social e, claro está, às condições de acesso dos cidadãos à natureza. Por exemplo, usos como a caça e determinados produtos turísticos, assim como os usos residenciais previstos, foram e devem continuar a ser potencialmente vedados à grande maioria dos cidadãos portugueses, em larga medida por falta de condições financeiras para o fazerem ou por se verem objectivamente excluídos de algumas elites identificadas na sociedade portuguesa.

1.2. Análise genérica dos dados

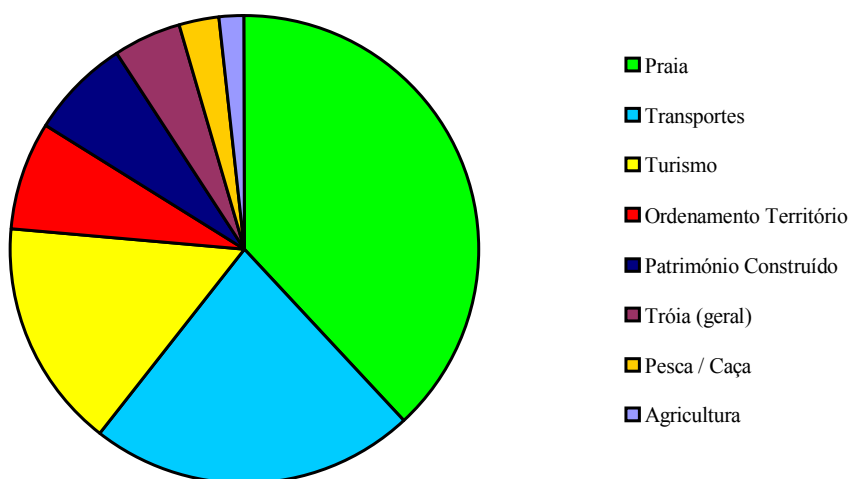
A partir da proposta acima descrita tem lugar a apresentação dos dados obtidos. Facto a ter em conta na exposição será o seu carácter por vezes monográfico, pois pretende relatar da forma mais exaustiva possível o rumo dos acontecimentos, bem como os factores que os impulsionaram e os protagonistas responsáveis. Nesta tarefa necessita de percorrer um terreno ainda não explorado por outras investigações, com a particularidade de se tratar de uma investigação exposta às lógicas locais, às dinâmicas económicas e políticas que sobre a península incidem e a todos quantos de alguma forma tenham sobre ela interesses ou apenas interesse.

Seja qual for a justificação, o seu aparente aspecto de monografia serve não apenas o rigor histórico, sustenta de forma idêntica o domínio conceptual, privilegiando algumas variáveis sobre outras, pela importância que cada uma assume face às restantes. Mesmo assim sem deixar de mencionar todas as catalogadas na grelha proposta, são elas: a Agricultura, o Ordenamento do Território, o Património Construído, a Pesca / Caça, os Transportes, Tróia (geral) e o Turismo. Variáveis que identificam os usos da natureza e se relacionam assim com o usufruto humano da natureza, com o ordenamento

e gestão do território que ocupa, e com as relações entre o próprio homem, tendo como condicionador a natureza e a intervenção que este pode ou não ter sobre ela.

A recolha efectuada de acordo com as grelhas apresentadas permitiu obter 287 registos de notícias directamente relacionados com Tróia, cuja distribuição, de acordo com a grelha de assuntos, isto é, com os usos da natureza, é apresentada no **Gráfico 1**. Através da análise deste gráfico e da distribuição dos registos conclui-se que a categoria Praia é o uso da natureza dominante no período analisado, com 37% dos registos, seguida pelos Transportes, com 22%, pelo Turismo, com 16%, pelo Ordenamento do Território, com 8%, pelo Património Construído, com 7%, por Tróia (geral), com 5%, pela Pesca / Caça também com 3%, e, por último, a categoria Agricultura apenas obtém 2% dos registos das notícias. (Ver também Anexo II – A e Anexo II – B)

Gráfico 1 - Frequência das notícias por categorias no período 1919-1974



A maior parte das categorias merecerá ao longo deste estudo uma leitura mais aprofundada, dada a sua especificidade. São esses os casos do Património Construído, da Agricultura, da Praia, do Turismo e dos Transportes, nos últimos três casos porque caracterizam Tróia e chamam a si 75% do total de registos, percentagem só por si de enorme significado. O Património Construído e a Agricultura, apesar de nos registos obterem percentagens reduzidas, recebem um tratamento próprio dada a especificidade de cada uma das categorias. No caso do património estamos perante um testemunho vivo dos primeiros usos cuja memória importa escutar. O facto da Agricultura ser privilegiada numa análise mais pormenorizada encontra justificação, sobretudo, por se encontrar associada aos direitos de propriedade e às mudanças de proprietários durante

as várias décadas, cada um deles responsável por um novo impulso na exploração produtiva da península.

As restantes categorias, apesar de não serem sujeitas a uma análise tão exaustiva, merecem seguidamente algumas palavras que as possam caracterizar. O primeiro destaque vai, naturalmente, para a categoria Ordenamento do Território, que como acima se verifica obteve 8% dos registos. Por fim restam as categorias Tróia (geral), com 5%, e Pesca / Caça, com 3% dos registos.

Ordenamento do Território - Esta categoria não é objecto de análise específica neste estudo por duas ordens de razões: por um lado, porque muitas das questões que incidem sobre o ordenamento do território surgem identificadas e discutidas sempre que tal se justificar em qualquer uma das categorias, dada a sua transversalidade; por outro lado, porque um elevado número de registos recolhidos como sendo Ordenamento do Território dizem respeito a questões da administração do território, aspectos que se assinalam, mas que são quase marginais aos usos da natureza.

Nas questões da administração do território a que mais tinta fez correr nas páginas do *Setubalense* teve como epicentro a discussão, muitas vezes acesa, sobre se Tróia deveria ou não pertencer ao concelho de Setúbal, dada a sua proximidade geográfica e perante a ausência de transportes e vias de acesso a Grândola e a Alcácer do Sal. Ao longo do período que vai de 1919 a 1974 vários artigos sobre esta discussão merecem destaque, contudo um momento houve em que tal discussão foi mais acesa e saiu mesmo do âmbito regional, com a publicação de artigos, sobretudo, no jornal *O Século*.

Em Abril de 1930, principalmente devido ao confronto de ideias entre Dr. Jacinto Nunes e Fran Paxeco, foi enorme a controvérsia sobre a qual concelho deveria Tróia pertencer. O primeiro chegou a publicar uma declaração n' *O Século*, onde de forma praticamente intransigente defendeu a manutenção de Tróia na freguesia de Melides, prosseguindo com a publicação de vários outros artigos em jornais nacionais, entre eles um artigo publicado n' *O Século* do dia 19. O segundo, contrariamente, dizia-se claramente defensor dos interesses de Setúbal. Sobre a polémica registe-se ainda a publicação de um artigo no *Diário de Lisboa* no dia 18. Esta controvérsia ocupou n' *O*

Setubalense várias páginas e mereceu muitas vezes honras de primeira página, chegou mesmo a ocupar no dia 21 de Abril toda a primeira página e uma parte da página 8.

Esta questão não se ficou por aqui, vários outros artigos dão conta da sua continuidade. Por exemplo, a 19 de Janeiro de 1949 surge publicada uma carta do pastor⁵³ Pereira Martins, onde foca várias questões sobre Tróia e faz uma referência a um artigo anteriormente publicado, no qual era pedido o empenho do presidente da câmara de Setúbal e mais individualidades para que a península voltasse para Setúbal, em vez de Grândola.

Os artigos que após o início da década de 60 se podem classificar como Ordenamento do Território surgem directamente relacionados com o ordenamento turístico, por esse motivo, e para não perderem enquadramento histórico, apresentam-se no momento de referir a categoria Turismo.

Tróia (geral) – Cobre uma gama de aspectos não possíveis de serem catalogados pelas restantes categorias e que por si só seria exagerado incluir numa categoria distinta. É esse o caso, nomeadamente, de três agrupamentos de notícias: as referentes às instalações militares, algumas curiosidades e algumas notícias que apontam para a instalação de indústrias em Tróia. O primeiro agrupamento poderia ser incluído na categoria Ordenamento do Território, uma vez que condiciona a ocupação humana, mas por opção foi incluído nesta outra, pois muitas dessas notícias são apenas possibilidades de instalação de uma estrutura militar. A primeira destas notícias data de 5 Junho de 1928, com o título "*Uma base de aviação marítima na Tróia – E porque não?*", e surge dias após o rio ter sido utilizado por alguns aviões para amarrar, por isso sugere a possibilidade de em Tróia se instalar uma base de aviação marítima. A 16 de Novembro 1966 uma outra notícia dá conta das obras de infra-estruturação da Estação de Desmagnetização de Navios na Península de Tróia, cuja publicação no *Diário do Governo* do dia 10 do Decreto-Lei n.º 47 307, autoriza a Comissão Administrativa a efectuar.

⁵³ Elemento curioso dessa carta é o seguinte extracto: "Todos os que estudámos, geografia superior sabemos que essa antiga cidade imperial estava ligada a Setúbal, junto ao actual Sanatório. Era o caminho imperial e a foz do Sado, fazia-se pela Comporta" (O Setubalense, 19 Janeiro 1949). Apesar do citado pastor afirmar que esta ligação de Tróia a Setúbal se encontrava nos manuais das escolas, sem enjeitar essa possibilidade os mapas encontrados não a confirmam.

Por coincidência, a notícia que encabeça a base de dados foi classificada como *curiosidade*. Esta notícia, relativa a 2 de Agosto de 1919, menciona as festas que no dia seguinte se realizariam em Tróia, para onde o vapor «Machado II» faria diversas carreiras fluviais, festas que contariam com várias diversões e o produto líquido reverteria a favor da secção da Cruz Vermelha em Setúbal. Outra das *curiosidades* foi publicada no dia 28 Setembro de 1931, e dá conta da eleição da «Miss Tróia» desse mesmo ano, numa altura em que estava prestes a terminar mais uma época balnear. Um outro artigo, publicado a 15 de Agosto de 1939, é um anúncio de arrendamento de uma casa, e refere que se encontrava bem situada e tinha um poço com boa água. No mesmo ano e no mesmo mês, desta feita a 21, um novo artigo dá conta do que fizeram por malvadez a um poço existente na Tróia, propriedade do José Torto, no qual foram descobertas latas com creoline, inutilizando as águas. Uma outra curiosidade foi publicada em 1 de Setembro de 1947 e refere-se aos grilos em Tróia como uma epidemia, pois trepavam por barracas, metiam-se nos cestos com comida e na roupa.

Num outro enquadramento surge uma notícia já na sequência da Revolução de Abril de 1974, publicada a 22 de Novembro desse ano, e que dá conta da reunião no dia 20 entre o secretário de Estado do Trabalho, Dr. Carlos Carvalhas, e uma numerosa delegação de trabalhadores da construção civil de Tróia.

O último dos grandes agrupamentos da categoria Tróia (geral) começa com um acontecimento em Lisboa. O texto publicado pelo *Setubalense* a 24 de Setembro de 1949 tem por base um artigo publicado a 11 de Setembro no *Diário de Lisboa*, e que aludia para o que seria a explosão de um petroleiro em Cabo Ruivo. A partir desse episódio o *Setubalense* refere-se às indústrias perigosas, como as de combustíveis, em redor de Lisboa, propondo Tróia para a sua instalação, embora sem saber se os seus proprietários, a Sociedade Agrícola, estariam de acordo, até porque tinham feito importantes melhoramentos. A esta notícia seguiram-se outras duas sobre a mesma temática (a 26 de Setembro e a 5 de Outubro), ambos a apoiarem a instalação da indústria petrolífera em Tróia.

Pesca / Caça - A pesca e caça surgem reunidas na categoria *Pesca / Caça*, quer porque se tratam de actividades similares, no tocante ao que retiram da natureza, embora em habitats distintos, quer porque os registos existentes não justificariam a

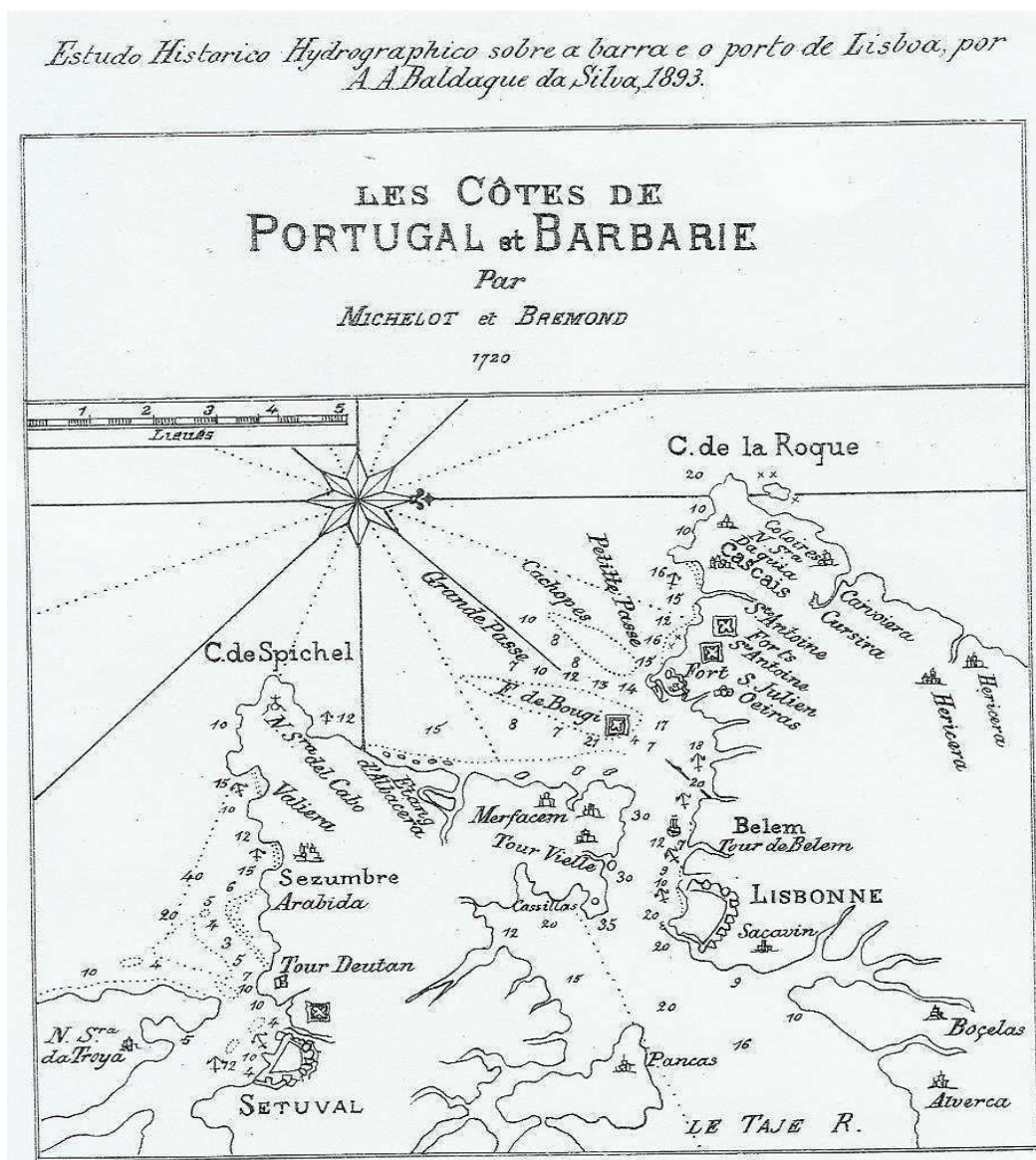
separação destes dois usos da natureza (apenas 3%). Apesar dos registos recolhidos não permitirem chegar a muitas conclusões sobre a pesca directamente associada a Tróia, provavelmente a pesca teria no Estuário do Sado uma importância equivalente à importância que a Agricultura teria em terra, mas no caso da Agricultura os poucos relatos e dados existentes confirmam⁵⁴ mais em concreto a sua predominância. Mesmo assim a pesca não deixa de estar devidamente testemunhada, veja-se ainda hoje o caso da manutenção de uma pequena comunidade piscatória na área da Caldeira, embora praticamente colocada de fora das decisões sobre o futuro, e veja-se o caso das Ruínas Romanas, de que se falará mais tarde, um claro testemunho da pesca enquanto uso da natureza predominante no período romano. Idêntico testemunho está bem presente no "espírito" da procissão da Nossa Senhor de Tróia, realizada em Agosto, basicamente uma procissão de pescadores a evocar os seus deuses para que protejam e tornem abundantes em peixe as águas do estuário e do mar.

Algumas notícias, mesmo assim, dão conta da pesca em Tróia. Uma delas, de 11 de Agosto de 1939, deixa antever que em Tróia se apanhava facilmente berbigão à mão, o que na altura estaria a ser impedido pelo facto de estar impregnado de petróleo, motivo de queixa para algumas pessoas que por lá estavam em veraneio. Uma outra, publicada pelo *Setubalense* em 1 de Fevereiro de 1954, junta exactamente a pesca e a caça em Tróia, embora com maior ênfase sobre a pesca. Após considerar a zona da Caldeira como zona de pesca de mariscos e de afirmar que toda "a gente sabe que a península de Tróia é um manancial soberbo de mariscos", descreve um episódio de alguém que numa batida às raposas, as quais não foram encontradas, embora "lá se acoitem", deixou a descoberto enormes quantidades de crias de marisco, com poucos momentos de vida, classificando o episódio como um verdadeiro crime. Por isso solicita ao Capitão do Porto de Setúbal que consiga das autoridades uma lei que proíba tais práticas. Um outro artigo, este de 1 Junho de 1966, aborda a questão da câmara de Grândola não autorizar a instalação de estabelecimentos de piscicultura ou concessões ostreícolas na Caldeira de Tróia ou proximidades.

O mapa da página seguinte reforça a importância que as festividades religiosas têm assumido ao longo dos séculos. Foi extraído do trabalho que Baldaque da Silva publicou em 1885, com o título *Estudo histórico hydrografico sobre a barra do porto*

⁵⁴ A mesma prova obtém-se a partir de uma notícia do jornal O Século de 1925 e que dá conta da instalação em Tróia de uma Estação Baleeira pela Sociedade Portuguesa de Pesca de Cetáceos.

de Lisboa, Tomo II – Atlas (1883), da qual fazem parte um conjunto de mapas de séculos precedentes onde se pode ver a península de Tróia. O mapa a seguir apresentado é da autoria de Michelot et Bremond, com o título "Les Côtes de Portugal et Barbarie", e é demonstrativo dessa importância da Nossa Senhora de Tróia, que por isso aparece identificada. De referir que por opção não foram incluídas na pequena base construída as notícias relativas às festas religiosas.



Mapa 1 – Mapa de Tróia a Lisboa de 1720 incluído no Estudo histórico hidrográfico sobre a barra do porto de Lisboa de Baldaque da Silva (1883)

Sobre a caça assinalam-se alguns artigos. Logo a 18 de Agosto de 1920 surge um deles sobre caça, a contar que para Tróia foram dias antes 15 caçadores, que numa boa caçada capturaram 5 coelhos. A proibição de caçar efectuada pelo novo proprietário

em 1922, Joaquim Sottomayor, de que mais tarde se falará em pormenor, deixa adivinhar que a península seria um local de eleição para os caçadores, de um regime mais ou menos livre, facto que o novo proprietário deseja mudar.

Um artigo de 5 de Outubro de 1966 assinala a abertura da época da caça e faz especial menção ao facto da administração da Soltróia deixar alguns caçadores setubalenses inaugurarem a época de caça na Herdade de Tróia. Mas o artigo de maior alcance na categoria *Caça* data de 13 de Dezembro de 1971 e envolve a ida para Tróia do almirante Américo Tomás, para uma das suas caçadas, numa data, em que, como a devida altura se poderá comprovar, a península vivia os seus mais gloriosos momentos.

2. Usos associados ao património construído

A partir do Património Construído tem início uma leitura mais exaustiva das principais categorias, pretende-se que a análise a efectuar seja capaz de traçar as grandes tendências dos usos da natureza característicos de determinado período ou mesmo de todo o vasto período a que se refere este estudo. Deve assinalar-se desde já que o peso ilustrativo das longas e exaustivas descrições, à semelhança do que a seu tempo foi mencionado, nunca se divorcia duma dimensão conceptual, que coloca o homem na sua interacção com os restantes e com o meio ambiente circundante.

Assumem aqui papel de destaque os usos da natureza, entendidos numa formulação genérica, e as questões relativas à posse ou não de propriedade. Mas também o ordenamento e economia do território, dimensões em que entram a agricultura e a floresta, e o turismo. No que se adiciona o simples usufruto do espaço natural enquanto espaço de lazeres e de recreio, contexto em que se situam os denominados *Banhos* na praia da Tróia, de que muito ainda se falará. Em jeito de primeira síntese ficam patentes os usos meramente instrumentais da natureza e a comum fruição em espaço natural, associada à contemplação da paisagem. Estas vão ser algumas das principais questões que a partir daqui se procuram ver reflectidas nas descrições previstas, efectuadas a partir de uma minuciosa investigação às fontes escolhidas. Embora numa abordagem que se pretende sociológica não deveremos esquecer que a história, quando interrogada, se encarrega de nos esclarecer os acontecimentos e as matizes em que decorreram, e de nos permitir a transversalidade e interdisciplinaridade que se pretende concretizar neste estudo, que como se referiu nas primeiras páginas partiu da sociologia e será a partir dela que reivindica a colaboração

de outros saberes. Num esforço a ser concretizado sempre que possível com o recurso ao maior número de fontes possível, privilegiando mesmo assim uma delas – *O Setubalense*.

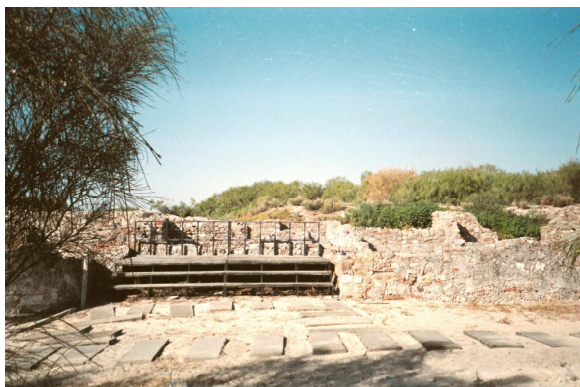
Sobre a primeira destas categorias, a categoria Património Construído, cabe dizer que obteve apenas 5% dos registos das notícias, mais de metade dos quais concentrados no triénio 1957-1959 (**Gráfico 1**). A concentração neste triénio deve-se ao facto de nele decorrerem escavações em Tróia e em Setúbal. Os resultados destes trabalhos foram apresentados no I Congresso Nacional de Arqueologia, através de dois conjuntos de comunicações: uma do Dr. Marques da Costa, com o título "*Novos elementos para a localização de Cetóbriga*"; a outra de Fernando Castelo Branco, "*O problema da localização de Cetóbriga*", fruto de uma investigação levada a cabo por outros investigadores. No debate destas duas comunicações interveio o Prof. Manuel Heleno, catedrático que orientou várias investigações nas ruínas de Tróia, da sua intervenção assinala-se a hipótese que deixou, a de ser preciso pôr a sério a hipótese da localização de Cetóbriga no local onde é Setúbal.

Como se pode ver, desde já, a riqueza arqueológica de Tróia tem conduzido a várias intervenções, principalmente, ao longo dos últimos cerca de 150 anos. A pequena faixa de território, com cerca de 18 km de comprimento e 1,5 km de largura, a separar o Estuário do Sado do Oceano Atlântico, que tem a Noroeste a Serra da Arrábida e a Sueste o litoral alentejano, tem, de facto, uma história longínqua. É esta história que as Ruínas, conjuntamente com outros vestígios, testemunham.

As referências quase se perdem na imensidão dos séculos. A pequena faixa de território foi durante os séculos da sua história ocupada por vários povos. Os vestígios encontrados, embora em alguns casos envoltos em controvérsia, apontam para a presença fenícia e romana⁵⁵ – na altura Tróia era uma ilha do delta do Sado chamada Alcalá. A estes vestígios juntam-se os relatos históricos que estes povos nos deixaram, sendo que aos usos da natureza na península não é indiferente a sua história, assim como os povos que a ocuparam e as actividades a que se dedicaram. Esse conjunto de dimensões manifesta o carácter inconfundível da relação mantida com a terra e com o mar, sobretudo testemunhada pelas Ruínas Romanas. Tal como assinalado nos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, as Ruínas são só por si testemunhos da presença

do Homem na Terra e uma página sublime do grande livro da humanidade (Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana, 1851).

A respeito das Ruínas Romanas de Tróia, dentro das várias temáticas que se podem abordar, quatro questões principais podem ser retirados dos estudos até à presente data efectuados, a seguir apresentadas em simultâneo com uma fotografia panorâmica das ditas ruínas.



- Quem primeiro ocupou Tróia - fenícios ou romanos?
- Coincide ou não Tróia de Setúbal com Cetóbriga romana?
- Para que usos da natureza apontam os vestígios encontrados?
- Qual o fenómeno associado à submersão das ruínas?

Foto 2 – As Ruínas Romanas de Tróia

A estas questões vários estudos procuram dar respostas, entre esse vários estudos assinalem-se: as investigações dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*; a referência de Pinho Leal no seu *Portugal Antigo e Moderno*; o manuscrito de 1924, com o título *Apontamentos sobre a Península de Tróia*; os trabalhos de Carlos Tavares da Silva e Mateus Gonçalves Cabrita; e as investigações de Fernando Castelo-Branco. Através destes estudos e de vários relatos ainda mais antigos ficamos a saber que o nome de Tróia surgia já referido nos escritos de Cláudio, Ptolomeu, Alexandrino, e também de Plínio, Strabão e Avieno. No tempo dos fenícios Tróia seria, porventura, uma colónia ou feitoria. E durante o tempo dos romanos era ainda povoada, chamando-lhe Cetóbrica, ou então Caetobrix, Catobrica e Castobrix

Um acontecimento ocorrido em 1814 permite comprovar a presença fenícia na península. No Inverno desse ano uma forte queda de chuva provocou o desmoronamento de uma ribanceira, em consequência do qual ficou a descoberto um caixão de chumbo, que depois de examinado foi classificado como fenício (Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana, 1851; Pinho Leal, 1874; Soares, 1980).

⁵⁵ Joaquina Soares recupera os trabalhos de Manuel Heleno para nos dar conta da provável presença árabe em Tróia, testemunhada por alguns fragmentos de cerâmica árabe com inscrições (Soares, 1980: 29).

A discussão em redor da origem da actual Tróia corrobora, em larga medida, essa sua origem fenícia. Pinho Leal afirma o seguinte ao referi-se à localização de Tróia:

"Na ourella boreal d'esta faxa, em frente de Setúbal (que fica na margem direita do Sado) existem as ruínas da antiquíssima cidade phenicia, chamada pelos seus fundadores Cetobriga, e vulgarmente Tróia, mencionada por Cláudio Ptolomeu Alexandrino e por outros muitos auctores" (Pinho Leal, 1834).

Os autores de que nos fala Pinho Leal estão já acima referidos, mas não é demais voltar a referi-los, pois, segundo o mesmo Pinho Leal, faziam remontar a fundação de Tróia ao ano do mundo 3200, ou seja, ao ano 804 antes de Cristo.

Também para Castelo-Branco tudo indica que Tróia corresponda de facto à localização de Cetóbriga romana, por isso nos diz:

"Concluindo, temos que não só Tróia satisfaz, como nenhuma outra estação arqueológica, as condições indispensáveis par a sua identificação com a Cetóbriga romana, mas ainda que diversos e bem importantes argumentos de diferentes tipos entre si corroboram duma forma impressionante essa hipótese" (Castelo-Branco, 1966).

Mas Castelo-Branco terá mais argumentos para apoiar a tese da coincidência de Tróia com Cetobriga romana, pois em Maio de 1957 ao serem levadas a efeito obras de saneamento na área urbana de Setúbal são descobertos importantes vestígios da ocupação romana da cidade. Estes vestígios uma vez estudados por José Marques da Costa revelaram que, à semelhança de Tróia, a actividade principal da cidade seria a indústria de salga de peixe. Assim se concluindo que a península pode muito bem ser o prolongamento da Setúbal romana. (Tavares da Silva e Gonçalves Cabrita, 1966: 12; Soares, 1980: 10). Em suma, não só se conclui que Tróia coincide com a Cetóbriga romana, como também se constata que, de algum modo, as duas localidades estariam ligadas. Pormenor que, no entanto, não esclarece a questão da identificação, durante a ocupação romana, com a ilha de Alcalá.

Sobre a ocupação fenícia da península pouco se pode acrescentar, sobretudo no que aos usos da natureza se refere, embora seja de equacionar que estes fossem o

reflexo da sua localização estuarina e Atlântica. Em contrapartida constata-se, a partir dos vestígios deixados, que a colonização romana incidiu especialmente sobre a exploração, fabrico, transformação e exportação dos recursos marinhos (Tavares da Silva e Gonçalves Cabrita, 1966: 3; Soares, 1980: 3).

Esta ocupação pelos romanos terá visto o seu início por volta do séc. I a. C. e terá terminado no séc. VI d. C. As ruínas romanas foram sendo colocadas a descoberto ao longo dos últimos cerca de 150 anos. Os primeiros relatos de autores portugueses, e que se prolongam até ao presente, surgem com André Rezende, apontado como o primeiro descobridor de Tróia e, posteriormente, com Gaspar Barreiros e João Batista Lavanha. Gaspar Barreiros, em 1561, fala dos tanques de Tróia como "salgadeiras em que se curava peixe" e João Batista Lavanha, em 1622, referia a existência na antiguidade, defronte da vila de Setúbal, de uma povoação chamada Cetróbriga (Robert Etienne *et al*, 1994, Soares, 1980: 6).

Além das referências de Gaspar Barreiros são de igual monta as escavações realizadas por ordem da futura rainha D. Maria I, na segunda metade do séc. XVIII. São elas que colocam a descoberto uma importante rua do aglomerado habitacional existente, que por causa do empenho da princesa passou a designar-se como Rua da Princesa. Na mesma ordem de importância estão as escavações realizadas a partir de 1850, pela entretanto formada Sociedade Arqueológica Lusitana – aliás, a Sociedade Arqueológica Lusitana deve a sua fundação ao empenho colocado nessas escavações das ruínas⁵⁶.

A partir dos vários estudos assim se conclui que da história da península faz parte um aglomerado de origem romana junto da praia fluvial. Segundo vários registos o agregado populacional que existiu durante a ocupação romana dedicou-se principalmente à pesca, e ao fabrico e exportação de conservas de peixe. No **Quadro 1** são identificáveis quatro domínios principais de ocupação, são eles: Área habitacional, Balneário, Zonas de enterramento, Núcleo religioso e Núcleos industriais. A estas infra-estruturas acrescentam-se edifícios destinados à habitação e armazenamento, um balneário (termas) e as ruínas de um *columbarium*. Dentro desse conjunto é também importante o aspecto religioso, o qual apresenta vestígios da prática dos cultos pagãos e cristãos e é um dos raros locais em Portugal onde se praticou o culto Mitra. Embora não

fossem alvo de uma recolha sistemática para a construção da base de dados, por não nos conduzirem aos usos da natureza, as festas religiosas são ainda mantidas na actualidade, quando durante no mês de Agosto se realiza a festa da Nossa Senhora de Tróia.

Pelo que acima se refere, relativamente aos usos da natureza adstritos a estas áreas e às zonas envolventes, não é de ignorar, desde logo, a dedicação dos romanos à pesca. Para tal terá, certamente, contribuído a riqueza em peixe do Estuário do Sado, a sua posição face ao Atlântico, e as condições do estuário, que para além do peixe forneceria o sal necessário à sua salga.

Área habitacional	Ruínas com várias infra-estruturas, nas mais luxuosas existia piscina e balneário com vestíbulos, no exterior os quarteirões eram separados por ruelas
Balneário	Termas – com vários níveis, desde água quente a água fria
Zonas de enterramento	Columbário – contém necrópoles de vários tipos, embora tenham sido retiradas as ossadas, para evitar serem vandalizadas
Núcleo religioso	Basílica paleo-cristã de naves – culto mitraico e cristianismo
Núcleos industriais	Tanques de salga (cetárias) mais poços para fornecer água para salmoura. Principal actividade: pesca e conservas de peixe para exportação

Quadro 1 – *Núcleos das Ruínas Romanas de Tróia*

Paralelamente à importância da área habitacional, as ruínas do núcleo industrial permitem equacionar, no tempo longo, que usos tiveram e retirar conclusões sobre a importância histórica da península no contexto do Império Romano e, especificamente, sobre a pesca e a transformação do peixe, que depois iria abastecer esse vasto Império. Ganham assim maior importância os vestígios das cetárias de peixe ou tanques de salga de pescado, os quais permitem prever que este terá sido um importante povoado industrial, possuindo uma volumosa indústria de conservas de peixe, enquanto seria também um importante centro piscatório.

Segundo Tavares da Silva e Gonçalves Cabrita o agregado populacional que existiu em Tróia de Setúbal durante a ocupação romana entregou-se principalmente à pesca e ao fabrico e exportação de conservas de peixe. Prova disso está na existência de grande número de *cetarie* reunidas em grupos. (Tavares da Silva, Gonçalves Cabrita, 1966). Idêntica opinião é sustentada por Castelo-Branco, para quem a cidade industrial

⁵⁶ Foi o conjunto de questões colocadas em redor das ruínas que levou ao surgimento da Sociedade Archeologica Lusitana, em 9 de Novembro de 1849, cuja sessão solene ocorrida em Setúbal foi presidida pelo Duque de Palmela.

que existiu em Tróia devia a sua prosperidade à exportação das conservas que ali eram fabricadas. Ao que tudo indica este terá sido um dos mais importantes centros de salga de peixe do Mediterrâneo Ocidental, prática testemunhada pelas ruínas dos tanques rectangulares e quadrangulares (Castelo-Branco, 1966: 94).

Também Robert Etienne *et al.* não se afastam muito destas teses, quase indo ao encontro do que se pretende com este estudo. Assim, no estudo que efectuam, não se ficam pelo sector industrial, qualificado como fábrica de *garum*, entendem que uma fábrica de salga de peixe ou de *garum* comporta diversos outros sectores, como sejam o da produção propriamente dita, com um ou mais tanques de salga; o sector de armazenamento, onde é colocado o sal e as ânforas; um sector comercial e administrativo (Robert Etienne *et al.*, 1994).

Tróia seria, por conseguinte, um importante entreposto e um importante núcleo piscatório do Império Romano. As primeiras investigações conduzidas pela Sociedade Archeologica Lusitana testemunham, através da descrição dos achados, a sua riqueza. Em algumas dessas investigações foram descobertas várias moedas e um mealheiro. As descrições da dita Sociedade vão no sentido de serem tantas as riquezas que não haveria ninguém em Portugal que não tivesse com elas enriquecido (Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana, 1851).

Até aqui vimos os principais factores impulsionadores da permanência romana na península, bem como os principais eixos da ocupação e, nessa sequência, os principais usos que os romanos deram à península e aos territórios, terrestres e marítimos, adjacentes. Seguidamente cabe fazer referência a outros aspectos, com destaque para as actividades subsidiárias. No final terá lugar a discussão em redor do desaparecimento das ruínas.

Assinalem-se dois registos quanto ao primeiro dos aspectos, onde surgem, inevitavelmente, as actividades subsidiárias anexadas à pesca e à transformação do peixe. O destaque vai em primeiro lugar para o fabrico de ânforas, impulsionado pelo facto das salgas produzidas serem enviadas para centros de consumo do Império. O fabrico ocorria na margem direita do Sado em fornos localizados em vários locais identificados, com destaque para a Quinta da Alegria, a Herdade do Pinheiro, no Monte a Enchurrasqueira e o Monte do Bugio.

Não são apenas as ânforas testemunhos de usos da natureza centrados no meio marinho. Sobre o meio terrestre, em concreto para Tróia, não se identificaram

objectivamente estes usos, supondo-se o aproveitamento agrícola das áreas adjacentes. A pesca surge documentada, para além do documento representado pelas próprias cetárias e pelas ânforas, através de vestígios de anzóis, quase sempre em bronze. Também foram encontradas algumas agulhas de cozer redes, o que testemunha a pesca com utilização de redes. Margarida Ribeiro, num breve estudo que efectua nos anos 70, afasta a hipótese da produção de anzóis por fundição, pois Tróia parece não corresponder a uma produção desta natureza, dadas as muitas dúvidas quanto à hipótese de fundição oferecidas pelos exemplares analisados⁵⁷ (Ribeiro, 1970).

Como se referiu anteriormente, por volta dos séculos V a VI d. C., de um momento para o outro, Tróia *desapareceu*⁵⁸. Mas já no séc. IV d. C. o complexo industrial se encontrava em profunda crise, prova disso está no abandono de algumas fábricas e na posterior reutilização do local para funções funerárias e religiosas. Mais tarde terá, então, ocorrido o seu *desaparecimento* definitivo, para tal contribuíram factores como a desagregação do Império Romano, a decadência económica da península e a ocorrência de um qualquer fenómeno natural responsável pela submersão das actuais ruínas.

Se é certo que a decadência do Império, com a consequente decadência económica da península, contribuíram para o fim do seu apogeu, não é certo que só por si tenham levado ao seu desaparecimento. Ao que tudo indica um fenómeno natural terá sido responsável pelo soterrar de grande parte de Tróia, motivo pelo qual do anterior aglomerado apenas restam vestígios – as *Ruínas Romanas de Tróia*.

A submersão de que se fala terá ocorrido pelos anos 420 a 425 d.C., colocando-se a questão de como desaparecera, sendo de considerar a possibilidade de ter ocorrido um fenómeno de transgressão marítima. Sobre esta questão Pinho Leal diz-nos o seguinte:

"Suppõe-se que esta cidade foi subvertida (coberta com as areias que o mar sobre ella arroujou) pelos annos 420 e 425, de Jesus Christo (...). Pelas camadas de

⁵⁷ Talvez por isso nos diga que "Não é descabido aceitar, pelo menos provisoriamente, que a pesca com anzóis seria exercida em Tróia em função da auto-suficiência da família e em função da produção do *garum*, em cuja composição entravam, além da cavala, fígados de grandes peixes e peixes de rio". Embora acabe por ir mais longe, ao afirmar que somos levados a crer que o anzol, dado que a pesca à linha estaria ultrapassada pelas técnicas industriais em uso, constituiria "uma parte de um aparelho de pesca de profundidade" (Ribeiro, 1970: 229).

despojos marinhos, de carvão meudo e outras materias, suppõe-se que não foi submergida de uma vez, mas por diferentes invasões do mar" (Pinho Leal, 1874).

Embora sem que se tenham certezas definitivas sobre o fenómeno da submersão das Ruínas, pelo leque de possibilidades apresentados, pelos argumentos apresentados e pelas garantias dadas pelos seus trabalhos, assumem grande importância as teses expressas por Tavares da Silva e Gonçalves Cabrita. Estes autores, após apresentarem as teses de André Resende, Carlos Ribeiro e A. I. Marques da Costa, apontam 3 conjuntos de explicações para o fenómeno que terá ocorrido em Tróia: a) inundação provocada por vagas sísmicas; b) acção erosiva do Sado; c) submersão por um fenómeno de transgressão motivado por um fenómeno de transgressão marinha (a hipótese que mais satisfaz) (Tavares da Silva e Gonçalves Cabrita, 1966: 6)

3. A importância da agricultura na Tróia

Com alguma certeza nos últimos a agricultura corresponderá a um dos principais usos da natureza associados a Tróia, aliás, à semelhança da ocupação romana, embora não mais tenha recuperado a posição ocupada enquanto complexo de salga de peixe, capaz de abastecer o vasto Império Romano. Mesmo assim a península tem-se assumido como um território da maior importância, talvez por isso alvo de disputas pela sua posse, assumidamente privada (exceptuando as áreas pertença do Domínio Público Marítimo), ou mesmo pela sua administração territorial.

No conjunto dos dados recolhidos, apresentados no **Gráfico 1**, a agricultura somente obteve 2% do total dos registos das notícias, contudo essa percentagem não exprime, com rigor, a importância da agricultura no total dos usos da natureza em Tróia. A análise ao conteúdo dos artigos permite verificar que no "interior" da península o uso predominante foi durante várias décadas a Agricultura e a produção florestal, usos complementares aos usos ribeirinhos e Atlântico, predominantemente associados aos *banhos* nas praias, e porventura também à pesca e à produção de sal, a seu tempo referida Este aspecto não será de estranhar caso se tome em consideração o facto das áreas litorais pertencerem ao designado Domínio Público, enquanto isso, o intitulado "interior" da península era propriedade privada, por isso, os usos dependiam em muito

⁵⁸ Quando aqui se fala em desaparecimento de Tróia não se fala, pelo menos os elementos encontrados não apontam nesse sentido, no total desaparecimento da actual península de Tróia, refere-se, isso sim, à

da iniciativa privada. Por tal motivo ganha maior importância a relação usos da natureza / posse da propriedade da Tróia, responsável pela gradual alteração dos usos no período correspondente à recolha de dados, pelo que é essencial proceder à identificação dos principais proprietários e dos usos que davam à península.

Até ao primeiro quartel do séc. XX a propriedade pertenceria ao Morgado Cabral, e posteriormente aos seus herdeiros, ao longo desse tempo o uso predominante parece ter sido a Agricultura, isso mesmo se pode comprovar através dos *Apontamentos sobre a Península de Tróia* e de vários artigos d'*O Setubalense*. Carece de confirmação a venda da propriedade em 1875 à Sociedade Anónima das Investigações Arqueológicas de Cetóbriga⁵⁹, embora *O Setubalense* a ela se refira em 1940. Ainda mais porque a venda é de novo noticiada em Agosto de 1922, numa altura em que a propriedade passaria por uma fase de algum abandono, pelo menos não estaria a ser convenientemente aproveitada. Da sua compra e transformação dá conta a edição do dia 29 de Agosto de 1922 do mesmo jornal, data que contraria a de 28 de Julho de 1922 apresentada por Jaime Pinho *et al* em *Entre urzes e camarinhas. As festas da Arrábida e de Tróia* (Jaime Pinho *et al*).

Em notícia publicada nesse dia, com o título "*Uma cidade que vai ressurgir?... / Tróia: as suas ruínas e a sua riqueza agrícola*", são expostos os novos usos a dar pelo novo proprietário. Joaquim Sottomayor, um industrial da Figueira da Foz que tinha enriquecido na pesca do bacalhau na Terra Nova, adquiriu os cerca de 3.250 hectares de terreno à família do falecido morgado Cabral. Após a compra o novo proprietário manda para Tróia o regente florestal Sr. Manuel Alberto Rei efectuar vários estudos e traçar o plano de exploração agrícola da propriedade, que em linhas gerais consistiam no seguinte:

- 1.^a - Prevê "(...) grandes culturas de pinheiros mansos e bravos, e de outras árvores, como eucalyptos, acácias, plátanos, ulmos, choupos, nogueiras pretas, etc.; cultura nas

perda da sua importância económica e ao *desaparecimento* do aglomerado urbano e industrial.

⁵⁹ Fica sem confirmação a notícia que dá conta da venda da península de Tróia em 1875, embora uma notícia do *Setubalense*, de 18 de Setembro de 1940, dê conta dessa venda à *Sociedade Anónima das Investigações Arqueológicas de Cetóbriga*, fundada em França no ano de 1875, e que terá comprado Tróia ao Morgado Cabral por 38 contos de réis, após o qual o gerente M. Blin dirigiu em Setúbal os trabalhos de exploração arqueológica e comercial dos terrenos da península, procedendo a escavações, e à plantação de vinhedo e laranjais, assim como ao estabelecimento de piscinas na lagoa. É ainda de tomar em conta o que nos dizia em 1876 Ramalho Ortigão, vejamos as suas palavras: "As ruínas de Tróia, ultimamente explorados por uma companhia francesa, estão dando lugar às escavações mais úteis para a história da civilização romana em Portugal", acrescentando, "Tróia fica a um pequeno passeio da praia" (Ortigão, 2002: 147).

terras mais baixas e conforme a natureza do terreno, de batata, feijão, vinha, etc., criação e engorda de peixe, aproveitamento para este fim, depois das obras necessárias, do lago que existe ao norte da propriedade; construção de um viveiro para criação de plantas exóticas, que se devem dar ali bem em virtude do clima local; criação de gado, sobretudo cavalos, para o que se fará a aquisição de alguns magníficos exemplares para reprodução";

- 2.^a - Para apoio indispensável à exploração agrícola, previa várias obras, entre elas: construção de casas para habitação de pessoal, abertura de poços e reconstrução doutros, visto ali abundar água doce, sobretudo nas regiões mais baixas e a pouca profundidade; construção de salinas;
- 3.^a - Previa começar rapidamente o aproveitamento do carvão vegetal, aproveitando todas as cepas existentes e que já não produzissem uvas, bem como as raízes dos arbustos que na propriedade abundavam;
- 4.^a - Mostra a pretensão em reconstruir a capela e o palácio, e desentulhar as areias das ruínas.

A compra acaba por se ver reforçada quando a 8 de Setembro o mesmo *Setubalense* publica um aviso, segundo o qual o novo proprietário proíbe a caça em Tróia a partir daquele momento, salvo especial autorização deste, mesmo assim somente concedida para os terrenos não arborizados nem semeados. O aviso adverte os infractores com processos criminais e apreensão do material. Fica assim comprovada, quer a mudança de proprietário, quer a aposta na agricultura. Toma também visibilidade a prática da caça na península⁶⁰.

Provavelmente, durante algumas décadas a península terá permanecido na família Sottomayor. A primeira notícia da sua venda no período após a presença da desta família, ao que tudo aponta por 1800 contos, data de 15 de Dezembro de 1939, mas não obtém total confirmação. O próprio *Setubalense* não a confirma, apenas se limita a deixar no ar que a não confirmação da venda não quer dizer que os proprietários não a queiram vender, advertindo no final que se fosse para o estrangeiro teria de ser consultado o Governo.

⁶⁰ Dúvidas restem são comprovados pelo anúncio publicado nos dias 13 e 17 de Janeiro de 1923, com o título "*Matta florestal da Tróia / Prevenção ao commercio*", na qual Joaquim Sottomayor anunciava publicamente não se responsabilizar por delitos contraídos em seu nome, logo que os mesmos não fossem feitos por requisições devidamente formuladas em papel timbrado da propriedade de Tróia.

Será por volta de 1942 que Tróia terá conhecido novo proprietário⁶¹, isso mesmo esclarece a fonte que aqui se utiliza de forma privilegiada em resposta a uma carta de uma leitora, publicada no dia 18 de Maio desse ano. A leitora tinha questionado o jornal quanto à compra da Tróia e à intenção dos novos proprietários ali pretenderem fazer campos de arroz, motivo que a leva a questionar-se sobre se iriam ser proibidos os banhos. *O Setubalense* responde que a área da praia estava subordinada à Capitania do Porto, facto que impediria essa proibição. Mas no esclarecimento que efectua não deixa de demonstrar alguma preocupação quanto a essa questão, nas suas palavras, ao afirmar que se fossem criados campos de arroz os banhos na Tróia ficariam condenados, pois os mosquitos se encarregariam de afugentar os banhistas.

Posteriormente, um artigo de 17 de Julho de 1944 relata que após muitos anos de quase ao abandono Tróia tinha sido adquirida por um grupo de pessoas que a estavam a transformar em propriedade agrícola. Dessa transformação dá depois conta um outro artigo, do dia 25 de Setembro do mesmo ano, ao falar sobre as iniciativas que a empresa proprietária tinha então em desenvolvimento, entre elas um extenso pinhal, do qual dizia que, com vários anos, poderia ser um dos mais importantes da região. Facto curioso ou não, afirmava que seria interessante que se construíssem no vastíssimo pinhal moradias de Verão. Embora sem total confirmação, nesta altura a península já seria propriedade da Sociedade Agrícola de Tróia, por algum motivo acima se refere a uma empresa proprietária e não a um proprietário individual. Seja como for, 4 anos mais tarde a península era propriedade desta Sociedade, isso mesmo dá conta o artigo publicado a 18 de Outubro de 1948, com o título "*A Tróia não é só uma praia de banhos*". O conteúdo deste artigo identifica os diferentes usos da natureza na época, sobre o que afirma que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, a península não serve só para se tomar banho. No prosseguir do texto e no desenrolar das explicações sobre os restantes usos refere-se aos proprietários – Sociedade Agrícola de Tróia - e ao trabalho desenvolvido, quer na criação de gado quer ainda na expansão pomícola – com vinho de cepa, uvas, pêras e marmelos, e com a produção de madeira de pinho e outros produtos.

O ano de 1962 marca o fim da exclusividade da Agricultura e das florestas no "interior" da península. Com a notícia da venda da propriedade à Sociedade Soltróia,

⁶¹ Segundo *O Setubalense* de 17 de Fevereiro de 1971 a propriedade foi comprada em 1942 por José Narciso, futuro administrador da Soltróia, à família Sottomayor, novo proprietário que em 1949 plantou eucaliptos. Será ainda este proprietário que depois vai incumbir o Arq.º João Caetano de elaborar o

sociedade luso-brasileira que se propunha transformar Tróia numa importante zona de turismo, tem início uma mudança fundamental nos usos da natureza, pelo facto da nova Sociedade pretender trocar a Agricultura, que tinha feito a fama da Sociedade Agrícola de Tróia, pelo Turismo, na sequência do qual algumas das áreas outrora cultiváveis cediam, progressivamente, o seu lugar a urbanizações turísticas.

A constituição da Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, no dia 6 de Agosto de 1962, com o objectivo da compra, urbanização e revenda de propriedades imobiliárias e quaisquer actividades ligadas ao turismo, designadamente a hotelaria e de diversões desportivas, altera definitivamente aquela que seria a vocação original da península para a faixa menos litoral (O Setubalense, 6 e 11 de Agosto 1962). Uma alteração depois tomada definitiva com a entrada da Torralta na exploração turística da Ponta do Adoxe, tal como a seguir será falado.

4. Dos banhos na Tróia ao projecto de uma cidade turística

Os pontos anteriores deste Capítulo II deixam antever várias questões, algumas delas já referidas, por exemplo, as questões associadas à posse de propriedade, relacionadas com o usufruto público ou o usufruto privado de um espaço natural como o que aqui está a ser tratado. Questões de algum modo articuladas a temáticas tão vastas como a estratificação social, quer dos usos da natureza quer dos lazeres. Aspectos determinantes nos dois pontos que a seguir se apresentam, sobre o usufruto das praias que, apesar de alguns episódios conflituantes, tem sido um privilégio público, e sobre a actividade turística. O último caso, e mais tarde ficará bem patente, trata-se de um actividade ligada a determinado modelo de desenvolvimento e essencialmente caracterizado como uma actividade da iniciativa privada, e que implica recursos financeiros por parte do cidadão para deles poder usufruir.

Ainda um outro aspecto, primeiro com a *Praia* e depois com o *Turismo* Tróia foge da mera expressão local e regional, sendo-lhe conferido de vez, através destes novos usos, expressão nacional e mesmo ibérica. Também não mais indiferente aos olhares dos interesses político-económicos da região e do país, e em alguns momentos internacionais. São estas e outras temáticas a serem apresentadas e discutidas nos dois pontos seguintes.

projecto turístico, após o qual surgiu um grupo financeiro brasileiro capaz de o financiar, presidido pelo banqueiro Moreira Sales.

4.1.Os banhos na Praia da Tróia

Durante décadas as águas das praias da Tróia, ribeirinhas e oceânicas, foram procuradas pelas suas qualidades medicinais, para fins terapêuticos e de lazer. Provavelmente tal já aconteceria no século XIX, isso mesmo se constata através das palavras de Ramalho Ortigão, numa obra expressiva da importância dos *Banhos* e dos lazeres neste século – *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante* –, obra em que apresenta várias praias do país e descreve algumas das características de cada localidade. Nas duas páginas que guarda para Setúbal, em que se refere também a Tróia, diz o seguinte sobre as praias e os banhos nesta região.

“Conquanto não seja propriamente uma terra de banhos, mas uma terra muito industriosa e muito comercial, a praia de Setúbal é actualmente bastante frequentada pelos banhistas da província do Alentejo e da Estremadura espanhola”
(Ortigão, 2002: 147).

Mas foi no decorrer do séc. XX que as praias da península se foram enchendo gradualmente de uma multidão de banhistas, portugueses e espanhóis, que com as suas famílias para lá se dirigiam em Agosto e Setembro, e que por vezes por lá permaneciam em barracas ou então ficavam por Setúbal e para lá deslocavam, principalmente aos domingos. É da reconstituição histórica de algumas idas para a Tróia que este capítulo trata, justamente até ao momento em que a actividade turística substituiu a mera fruição nas praias.

Apesar do alinhamento dos usos da natureza no período 1919-1974, nada se sabe sobre as principais tendências em momentos históricos específicos, pelo que uma leitura mais pormenorizada permitirá obter novas e preciosas informações. Podem-se analisar vários períodos, contudo, porque parecem marcar as grandes tendências, a opção recai por uma leitura de dois períodos principais, dando atenção, sempre que se justifique, a acontecimentos que pela sua relevância sejam merecedores de um especial destaque.

Foram escolhidos dois períodos para uma análise em separado dos registos, de forma a obter alguns termos de comparação entre eles, os dois períodos escolhidos foram os seguintes:

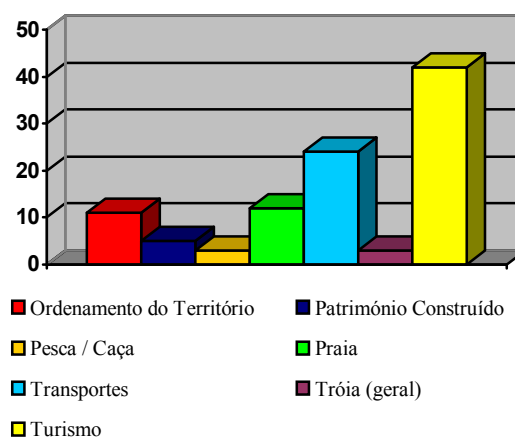
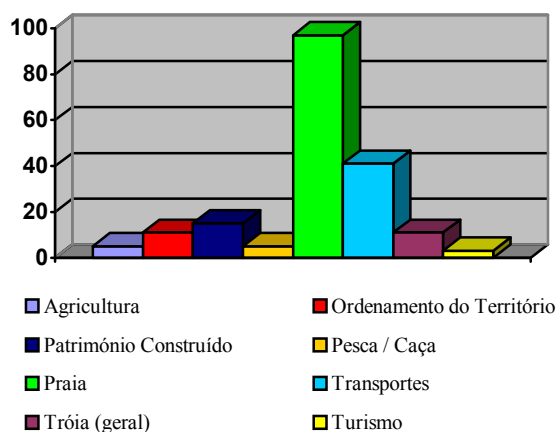
- 1919-1960 – Embora seja um longo período, como se pode ver pelos ANEXOS II – A e II – B, cada década acentua os usos da natureza potenciados pela anterior;
- 1961-1974 – Um intervalo menor mas que marca um novo rumo para Tróia.

A escolha do início da década de 60 para fim do primeiro intervalo e início do segundo tem justificação. O início da década de 60 foi marcado por uma profunda alteração, quer dos usos da natureza, quer dos proprietários de Tróia, com a aquisição da propriedade pela Soltróia, uma aquisição que substituiu a Agricultura pelo Turismo. Não parece justificar-se uma análise tipo por décadas, pois em alguns períodos as frequências obtidas pouca informação acrescentariam, daí que a divisão em dois grandes blocos de algum modo se justifique, embora possa ser admitida uma subdivisão de cada bloco, mas em vez dessa subdivisão a opção recai por uma análise ao pormenor de cada bloco.

Através da comparação dos **Gráficos 2 e 3**⁶² é possível verificar que a Praia tipificou os usos da natureza no primeiro período considerado – 1919-1960 (gráfico da esquerda), acumulando 51% dos registos, contra os 21% dos Transportes, 8% do Património Construído, 6% do Ordenamento do Território e Tróia (geral), 3% Pesca / Caça e Agricultura, e apenas 2% do Turismo. Do gráfico da direita dá-se conta mais adiante.

Gráficos 2 e 3 – *Usos da natureza nos períodos 1919-1960 e 1961-1974, respectivamente, à esquerda e à direita*

⁶² Ao contrário do anterior gráfico, cujos assuntos estão representados pela ordem decrescente da sua frequência, neste caso de modo a facilitar a comparação de cores os assuntos surgem nos gráficos por ordem alfabética.

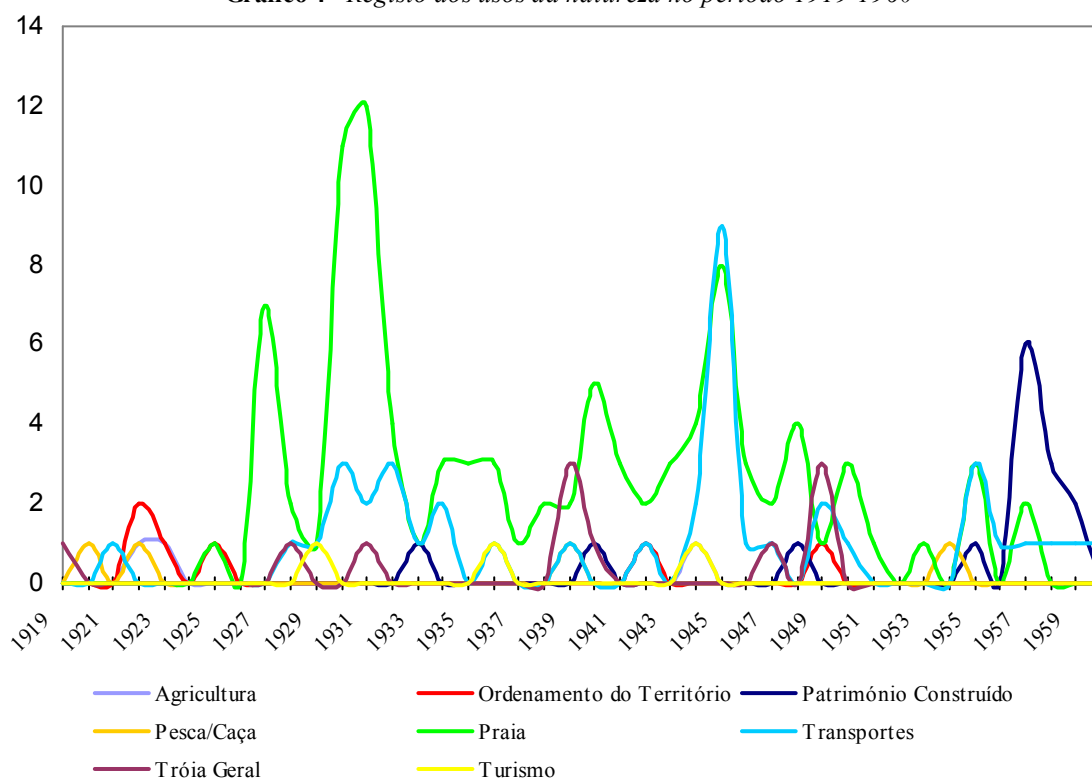


Pelo que foi até agora possível verificar a partir da recolha efectuada parecem exageradas as palavras de Pinho *et al*, quando nos é dito que nos "anos 20 a afluência de banhistas não seria muito grande, condicionada que estava a poucas carreiras de barco" (Pinho *et al*, 1992: 67). De facto, a afluência a Tróia durante os anos 20 não seria ainda muito elevada, contudo a partir da segunda metade da década de 20 aos domingos as praias da península começam a rivalizar na afluência com as praias de Setúbal - da Av.^a

Luísa Todi, do Outão, da Maria Esguelha, Galapos, Arrábida e principalmente Albarquel. Por volta de 1926 / 1927 Tróia possuía já uma instalação balnear da empresa de Pedro Ramos, com barracas de lona, bufete e um salão de recreio por onde passavam vários grupos musicais. Em 1927, por exemplo, a inauguração da época balnear contou com a presença da Sociedade Musical Capricho.

Tem razão Pinho *et al* quanto às dificuldades nos transportes. Sendo certo que, nas décadas seguintes, o gradual aumento e melhoria dos transportes foi um dos principais factores impulsionadores da ida de multidões às praias de Tróia. Os registos encontrados dão conta do início das primeiras travessias com um carácter quase regular precisamente por volta de 1926-1927. Anos antes o transporte era assegurado por barcos de pesca, que deixavam a sua actividade piscatória no rio durante a época balnear de modo a assegurarem as travessias do Sado.

Gráfico 4 - Registo dos usos da natureza no período 1919-1960



O **Gráfico 4** apresenta os registos das notícias no período 1919-1960, através dele é possível perceber quais as grandes tendências no que aos usos da natureza se refere. Ao longo deste período verifica-se o domínio da categoria *Praia*, embora na fase final demonstre uma gradual quebra. Como se poderá comprovar em gráficos posteriormente apresentados, à categoria *Praia* associa-se a categoria *Transportes*, associação compreensível dada a necessidade de ser transposta a barreira física correspondente ao Sado. (O ANEXO II - B apresenta um gráfico com a totalidade de registos analisado – 1919-1974).

Em 1928 a travessia foi feita pelo rebocador «Activo», com uma média de 5 viagens diárias em cada sentido, muitas destas viagens ligavam directamente ao serviço de «autobus» Cacilhas-Setúbal-Cacilhas, facto que deixa antever a ida de alguns lisboetas para as praias de Tróia ao fim de semana. Sem esquecer que existia já desde o século anterior ligação ferroviária entre Setúbal e o Barreiro, via Pinhal Novo. Dados que se comprovam nos anos seguintes com o surgimento de outras empresas de banhos, responsáveis, ao que parece, também pelas travessias do Sado.

A partir de 1929 um factor veio mudar o futuro de Tróia - a legalização da Comissão de Iniciativa de Setúbal, que incluía também Sesimbra e Palmela. A constituição desta Comissão veio, em parte, diluir a polémica relativa à pertença de Tróia a Setúbal ou a Grândola, principalmente pelo seu papel em prol do turismo na região. E especialmente porque encetou uma primeira tentativa, falhada, de concentrar nas praias de Tróia todos os veraneantes locais e visitantes, prescindindo de várias praias de Setúbal⁶³. Numa acção em que veio a encerrar, por falta de condições, a praia da Saúde. Ora, estas acções resultaram certamente num gradual aumento do interesse por Tróia, por via da propaganda que recebeu. No ano seguinte, as tentativas falhadas junto do proprietário de Tróia para que este consentisse um plano de larga envergadura, de modo a transformá-la numa estância balnear, não fizeram desanimar a dita Comissão, procedendo à construção de uma ponte de embarque / desembarque, infra-estrutura que constituía uma melhoria importante para as carreiras fluviais, que muito deviam ao serviço inventado pelo Mestre José Pereira, o conhecido Zé Torto.

Polémicas à parte, é um facto que toda a propaganda, directa e indirecta, conduziu na década de 30 milhares de pessoas às praias, fluvial e oceânica, sobretudo ao fim de semana, ao domingo em particular. Gradualmente, as novas empresas de banhos melhoravam o serviço, enquanto era melhorado o transporte, o que, paralelamente às iniciativas de propaganda, passou a levar a Tróia várias famílias setubalenses, lisboetas, alentejanas e mesmo espanholas. Enchendo as praias com um vai e vem de vapores pelo Sado, quase a fazer esquecer a Grande Depressão dos anos 30.

Mas mesmo sem interposição da Comissão de Iniciativa muitas das praias de Setúbal foram deixando de o ser, pois, algumas delas, com destaque para as da Av.^a Luísa Todi⁶⁴, não conseguiram aguentar o impacto do desenvolvimento industrial, quer pelo facto de roubar as margens ao Sado para construir edifícios para fábricas, quer pela

⁶³ Essa decisão foi responsável por enorme polémica, considerando os contestatários que o que a Comissão queria era transformar Tróia numa praia para os mais ricos, pois ao serem fechadas as praias em frente de Setúbal os mais pobres viam-se privados do acesso à praia. Para mais pormenores sobre essa polémica *O Setubalense* de Fevereiro de 1930 constitui um documento indiscutível.

⁶⁴ Segundo *O Setubalense* de 6 de Fevereiro de 1936 Setúbal possuía anos antes diversas praias, que anualmente eram muito concorridas por dezenas de famílias. Nesses tempos a Av.^a Luísa Todi, à noite, era um local quase intransitável pela aglomeração de pessoas. Contudo, com o desenvolvimento da indústria de conservas e a fundação de edifícios para fábricas, construídas nas proximidades do rio, as praias foram desaparecendo e aos banhistas ficaram reservadas as praias de Albarquel e da Ajuda.

poluição gerada, sobretudo restos de peixe da indústria conserveira⁶⁵ a partir dos anos 30. Deste modo, Setúbal viu forçosamente reduzido o número de praias. Por outro lado, como o acesso à Arrábida carecia de uma estrada, a opção centrou-se entre Albarquel e Tróia. Como Albarquel se via reduzida a uma pequena faixa, Tróia viu aumentado o interesse por parte dos banhistas. Assim prosseguindo em toda a década de 30 e assim viu melhorados os serviços na década de 40, apesar do Mundo viver um clima de Guerra, enchia-se de banhistas na época balnear, concentrada nos meses de Agosto e Setembro.

O ano de 1945 não é apenas o ano do fim da II Guerra Mundial, constitui para Tróia mais um momento de viragem. Nesse ano dois homens adquirem o gasolina pertencente ao falecido José Torto, transformando-o de modo a efectuar carreiras regulares ao fim de semana no percurso Setúbal-Tróia-Setúbal. Assim surgiu o «Fernando Garcia», o qual, apesar da velha ponte de embarque / desembarque não oferecer condições de segurança, transportou durante alguns anos milhares de pessoas, muitas vezes a abarrotar. No que foi acompanhado no ano seguinte pelo «Vicentino» e em 1950 Agostinho Albino acrescenta mais uma embarcação, o buque «Praia da Tróia», com capacidade para 400 pessoas, com a viagem a demorar 8 a 10 minutos. Entretanto, 10 anos após as primeiras críticas, a Junta Autónoma do Porto de Setúbal arranja finalmente a ponte de embarque / desembarque, pelo que surgem novas embarcações a efectuar a travessia do Sado, o «Expresso» e o «Rápido», que aos domingos somente paravam o corrupio com a ausência de mais passageiros.

A partir daqui as praias de Tróia viram melhoradas as suas infra-estruturas e viram aumentado o número de visitantes, e gradualmente aos banhistas juntaram-se os campistas. Sobretudo aos fins-de-semana, Tróia era invadida aos sábados por legiões, que regressavam a Lisboa ou a Setúbal no final da tarde de domingo ou na manhã de segunda. Aqui tem início a corrida em massa a estas praias, que veio resultar em situações de falta de higiene, dada a ausência de estruturas sanitárias de apoio à praia,

⁶⁵ Como se assinala na nota anterior as praias ribeirinhas de Setúbal parecem ter sido gradualmente abandonadas à medida que o processo de industrialização avançava, principalmente o processo de industrialização ligado à indústria de conserva de sardinha, o qual tinha sido despoletada ainda durante o séc. XIX com a vinda para Setúbal de capitais franceses ligados ao ramo, que se tinham visto a braços com a escassez da sardinha na Bretanha e que encontravam aqui sardinha em, abundância. No período de 1921-1935 Setúbal contribuiu com cerca de 4255 do total de exportações nacionais do sector, contudo a década de 30 mostra os primeiros sinais de ruptura do sector, em larga medida resultante do excesso de capturas de sardinha, que passa então a rarear (Faria, 1981: 45-48).

mas também em situações de desordenamento do território, resultantes da construção anárquica de barracas.

4. 2. A viragem para o Turismo – o projecto de uma cidade turística

O fulgor posto na recuperação do pós-guerra, a generalização do transporte individual e a melhoria do transporte colectivo e das infra-estruturas de comunicação, paralelamente ao estabelecimento de um período de férias para os trabalhadores assalariados, estão entre os factores responsáveis pela intensificação, primeiro do movimento de excursionistas, depois do incremento da actividade turística. A todo esse movimento e à escolha dos destinos de modo nenhum foi alheia a importância crescente dos valores naturais, com reflexos no alargamento da oferta e da procura turística, que fora dos contextos urbanos passaria pela expansão do termalismo, pelo turismo de montanha e depois pelas estâncias balneares, ambos os produtos turísticos com uma grande importância medicinal.

Aos factores acima apresentados junta-se, internamente, o incremento dado pelo Estado Novo ao turismo e à valorização do património. Na altura, numa lógica decorrente de outras actividades e iniciada anos antes, cujo objectivo passava pelo evitar da saída de capitais para o estrangeiro, foram promovidas várias iniciativas em vários locais do país. Muita dessa promoção ficou a dever-se ao trabalho de António Ferro e à Sociedade de Propaganda Nacional, mas também às Comissões de Iniciativa local e, posteriormente, às Comissões de Turismo. Sem ignorar o papel na promoção do lazer e turismo da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, actual INATEL. Nessa propaganda não deve ser menosprezada a intervenção da imprensa, tanto nacional, de que é exemplo *O Século*, e regional e local, com *O Setubalense* a prestar-se a tal tarefa. O desejo de transformar Tróia numa importante estância balnear, semelhante ao Estoril e às belas estâncias europeias, vinha já do início do século, reforçada com o surgimento da Comissão de Iniciativa do concelho.

Ao contrário do primeiro período analisado (1919-1960), no período seguinte - 1961-1974, retomem-se os **Gráficos 2 e 3** (veja-se agora o gráfico da direita) - verifica-se uma profunda alteração nos usos da natureza, como se pode verificar após a construção da base de dados sobre notícias relativas a Tróia publicadas pelo *Setubalense*

de 1919 a 1974. No segundo intervalo verifica-se que o Turismo obtém 42% das notícias, contra apenas 12% da Praia. Neste período os Transportes obtêm 24% dos registos, o Ordenamento do Território e o Património Construído obtêm, respectivamente, 11% e 5%, e a Pesca / Caça e Tróia (geral), ambos 3%.

Tal como já se referiu, agrupar os dados recolhidos em dois grupos, limitados pela década de 60, nada tem de inocente, pois é nessa década que se verifica o grande incremento da actividade turística em detrimento dos clássicos banhos. *O Setubalense* possui um conjunto de artigos desse momento que exemplificam isso mesmo, é esse, sobretudo, o caso de vários artigos publicados a partir de Setembro de 1961 com o título comum de “*Do turismo regional: Tróia – A bela adormecida*”, ou comentários a esses artigos. Coincidência ou não, esses títulos conduzem-nos à venda de Tróia pela Sociedade Agrícola da Tróia à Sociedade Soltróia, noticiada pela primeira vez a 6 Agosto de 1962, confirmada por dois artigos de primeira página e mais pormenorizados no dia 11 do mesmo mês. A partir desses textos ficamos a saber que no dia 6 foi constituída em Lisboa, sob a forma de sociedade anónima, a Soltróia - Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, "cujo objectivo é a compra, urbanização e revenda de propriedades imobiliárias e quaisquer actividades ligadas ao turismo, designadamente a hotelaria e de diversões desportivas", tal como é dito. Na altura foram designados para o conselho de administração os Srs. Dr. Homero de Sousa e Silva (presidente), Joaquim Pereira Ruivo (vice-presidente), Dr. Hélio Rodrigues e Dr. Mário Pais de Sousa (vogais).

Outra notícia é uma carta dirigida ao Director do jornal, que começa por referir as notícias que dão conta da existência de um grupo financeiro com interesse na península de Tróia, para se referir a quem nos últimos anos tem ido para as suas praias e sobre qual será o futuro destas pessoas, por isso deixa a seguinte questão: "Não haverá nesta cidade um lugar para os que possuem menos condições económicas?". Com o objectivo de defender os interesses dos milhares de pessoas que iam para as praias aos domingos e das centenas que tinham lá casas surge noticiado o envio de uma petição ao Governador Civil.

A venda de Tróia à Sociedade Soltróia foi também noticiada na imprensa especializada nacional, o próprio *Setubalense* recupera alguns artigos publicados na imprensa nacional. É esse o caso do artigo publicado no *Jornal Português de Economia*

& *Finanças*, relativo à compra de Tróia, para ser transformada numa zona de turismo, considera que para atrair turistas não basta construir 2/3 edifícios. Neste artigo é feita referência à necessidade de ser elaborado um plano de conjunto, capaz de tomar em conta a industrialização de Setúbal e "a defesa da praias contra a sua excessiva popularização, com hotéis e divertimentos (...) piscinas, cinemas, campos de ténis e de golfe".

Uma outra notícia publicada a 7 de Agosto de 1962 no *Diário de Notícias* dá, exactamente, conta da venda da península de Tróia a uma Sociedade luso-brasileira com 2 000 000 contos de capital, que se propunha lá instalar uma importante zona de turismo. Esta noticia não se fica pela constituição da Sociedade Soltróia, cuja escritura teria sido assinada dias antes, menciona a possibilidade da nova Sociedade ter entre os seus projectos o aproveitamento turístico de toda a região da costa atlântica até Melides. Menciona ainda as intenções de uma firma de Setúbal, ligada ao desenvolvimento da construção civil na cidade, de levar a efeito a construção de um hotel, à margem da estrada do Outão (*Diário de Notícias*, 7 Agosto, 1962). Curiosamente no dia seguinte este mesmo jornal anuncia o arranque da construção da ponte sobre o Tejo, a actual Ponte 25 de Abril.

O surgimento da Soltróia chamou de novo à discussão uma questão tantas vezes debatida em vários artigos ao longo de décadas – a da jurisdição sobre Tróia –, a par da questão sobre o usufruto das praias por pobres e ricos, que o aparecimento da Soltróia poderia estar a modificar. Esta preocupação veio a confirmar-se quando a 9 Janeiro de 1963 a Soltróia intimou as pessoas que possuíam casas de veraneio na península de Tróia a desocuparem-nas até ao dia 15 desse mês, intimação que apenas abrangeria a área onde a empresa pretendia construir ainda nesse ano. O argumento para essa intimação era a recepção e alojamento de turistas nacionais e estrangeiros. Foi então que em defesa dos seus interesses os abrangidos tentaram alargar o prazo, para o efeito realizaram várias reuniões e constituíram uma Comissão, a qual esteve depois envolvida no processo de negociação entre os representantes dos cerca das 5 mil pessoas que ali se fixaram e a Soltróia, para evitar o desmantelamento das numerosas casas de veraneio da praia de Tróia. Mas também efectuou várias diligências, sobretudo no início de 1963, com algumas entidades oficiais. Entre as várias pretensões registe-se o seu desejo quanto a uma saída escalonada ao longo dos anos.

O Verão de 1963, embora sem conseguir resolver todos os problemas do anterior, caracterizados por falta de higiene e pelo mau aspecto das barracas, foi já marcado por algumas alterações. Mesmo assim, segundo os relatos, havia canas, pedaços de carvão, lixo e mato que por lá se tinham amontoado durante anos. Sequencialmente, em 1964 tem início uma nova fase – a urbanização de Tróia –, com a confirmação da notícia da aprovação do anteprojecto geral de urbanização da península, cuja efectivação previa a sua transformação "na mais cosmopolita zona turística portuguesa". Tal anteprojecto, a ser levado a cabo em 1500 hectares, era da autoria de uma equipa de técnicos chefiada pelo arquitecto F. Keil do Amaral e seria executado por etapas. Na altura, além da empresa proprietária, o empreendimento pretendia chamar a Tróia outras iniciativas, que podiam resultar na aquisição de férias, fins-de-semana e até de residências permanentes.

Numa primeira fase da urbanização estavam previstos 4000 apartamentos, cerca de 1000 moradias, 17 hotéis (totalizando 1500 quartos), 3 parques de “roulottes” e 4 parques para campistas, 30 cafés-restaurantes, diversos “dancings” bares, cerca de 300 estabelecimentos comerciais, 1 mercado, 1 grande edifício para escritórios, 1 escola para a população permanente, 2 igrejas, 1 clínica, 1 museu arqueológico, 1 galeria para exposições, 1 cinema-teatro, 1 pavilhão para desportos e mais 6 pequenos clubes locais, 1 doca natural com cerca de 160000 m² para barcos de recreio, instalações para pequenas indústrias de manutenção, sub-estação para a transformação e fornecimento de energia eléctrica, estações de tratamento de esgotos, captações e depósitos de água e parque de estacionamento para cerca de 5000 automóveis, conjunto de estruturas que iria chamar a Tróia uma população, flutuante e permanente, de cerca de 30 mil habitantes, que com o alargamento do projecto chegaria aos 50 mil habitantes. Estava também projectada a ligação por ferry-boat para transporte de passageiros e veículos (O Setubalense, 12 Fevereiro 1964).

Em Março de 1965 a câmara de Grândola aprova o projecto da primeira fase dos trabalhos para a urbanização de Tróia, no que se refere à construção de vestiários, balneários e esplanadas. A acrescentar ao projecto inicial o presidente da autarquia pedia aos autores do projecto a inclusão de bebedouros públicos. Datam de Abril 1965 os primeiros relatos das obras de construção de vestiários, balneários e esplanadas.

Paralelamente ao processo de construção a presença da Soltróia na península voltou a ser marcada por algumas situações conflituais entre esta empresa e quem estava

até aqui habituado a usufruir de Tróia. Um conflito visível nos anúncios publicados pela Soltróia em Outubro e Dezembro de 1965, com o título "*Tróia: aos utentes das barracas*", nos quais avisava os utentes das barracas para entrarem em contacto com esta empresa, "com vista a uma perfeita identificação" das barracas. Mas o azedume para com a Soltróia não termina aqui, no ano seguinte esta Sociedade colocou uma placa à partida de Setúbal para a travessia do Sado para Tróia em que avisava: "*É proibido acampar, pernoitar ou fazer lume na Tróia*".

Tróia, tal como hoje se conhece, recebeu um enorme impulso no dia 29 Agosto de 1969, data em que os jornais nacionais noticiaram o novo empreendimento turístico da Ponta do Adoxe. Essa data parece, no entanto, carecer de algum rigor, embora O *Setubalense* diga ter sido no dia 29 de Agosto que os jornais nacionais noticiaram o novo empreendimento turístico da Ponta do Adoxe, verificou-se que o jornal *O Século* publica de facto dois anúncios sobre a constituição da nova sociedade, mas no dia 30 de Agosto, tal como se pode verificar no ANEXO III.

Os anúncios do Século não se tratam de meros anúncios de jornal, como se pode verificar assumiram importância não apenas local, mas expressão nacional, por outro lado, marcaram definitivamente os usos da natureza na Tróia de Setúbal. Reforça-se aqui o que para muitas vozes é a vocação turística de Tróia, num primeiro momento lançada com o surgimento da Sociedade Soltróia. Mas, vocação ou não, a todo o processo não é alheia a presença do que viria a ser um dos maiores grupos económicos, do sector turístico, do país no período anterior ao 25 de Abril de 1974, nem são alheias as suas relações com o poder político. A esse empreendimento associava-se a Torralta, empresa na altura creditada pela projecção das suas realizações turísticas no Algarve. Uma carta enviada ao Director d'*O Setubalense* pela Sociedade Turística da Ponta do Adoxe assinada pelo Arq.º Conceição Silva, publicada a 13 Setembro 1969, confirma essa associação. É dela que se extraem as seguintes palavras:

"Impulsionados por uma mesma convicção, a qualidade natural da península, procuraremos recuperar Tróia, valorizando as suas excepcionais potencialidades, transformando-a em centro de atracção turística, tanto para o interior como para o exterior, ao nível dos melhores. Queremos dar a Tróia o que é de Tróia".

A carta dedica ainda algumas palavras à descrição dos projectos previstos, entre eles, um primeiro núcleo a construir com 200 apartamentos, restaurante, piscinas,

parques infantis, campos de jogos. O mencionado projecto foi entregue à câmara de Grândola para aprovação, vindo esta, ao que tudo indica em Agosto desse ano após apreciação do estudo, a dar parecer favorável, embora com reserva no que se refere ao plano de urbanização, sistemas rodoviários, redes de água, saneamento básico e electricidade. As obras arrancaram quase de imediato, de tal modo que em 1970, já com um restaurante e com um bar a funcionar, é lançada em Lisboa uma campanha com cartazes publicitários que tinha como lema "*Tróia – O Algarve a 40 quilómetros da capital*".

Na sequência desta campanha realizou-se no dia 7 Novembro de 1970 no restaurante Tróia-Mar uma recepção à imprensa, nacional e estrangeira, para divulgação do plano de urbanização previsto, que contou com inúmeros jornalistas estrangeiros, com destaque para os representantes do Herald Tribune. Na conferência de imprensa surgem as três empresas associadas ao projecto – a Torralta, de quem Agostinho Silva era administrador; a Sociedade Turística da Ponta do Adoxe; e a Sociedade de Construções, S.A. – projecto que previa para 1974 o surgimento de um grande empreendimento turístico na Ponta do Adoxe.

Da primeira fase do projecto, da autoria do Arq.º Conceição e Silva, com um custo estimado em 1 milhão e meio de contos, faziam parte um conjunto de apartamentos com 284 fogos e zonas comerciais, um Clube Hotel com 350 camas. Numa segunda fase estava prevista a construção de restaurantes, parques de jogos e parques para crianças, zonas desportivas e diversos conjuntos de piscinas. O projecto, a realizar em 4 anos, teria uma capacidade para 8 mil pessoas, entre os seus 2 mil apartamentos, um grande número de blocos com 13 pisos, teria também boites, escolas primárias e pré-primárias, previa ainda a aquisição de dois barcos tipo hovercraft. Um destaque especial vai para o processo do seu financiamento, recorria às pequenas economias, com a venda de títulos de ocupação, que podiam ir de 10 dias a 1 mês, e que davam direito a uma ocupação anual e outras regalias.

A importância do empreendimento ficou bem patente em várias iniciativas oficiais, a primeira delas foi a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Clube Hotel, em que esteve presente o Director-Geral do Turismo em representação do Secretário de Estado da Informação e Turismo⁶⁶. Mas as iniciativas oficiais não se ficam

⁶⁶ Com o título "Valorização da Península de Tróia: Um hotel de 16 pisos e uma cidade para oito mil pessoas iniciativas da Torralta dadas a conhecer ao director geral de Turismo" o *Diário de Notícias* de 16

por aqui, aconteceram cada vez mais e com mais empenho dos próprios governantes, um dos maiores exemplos foi a inauguração do hovercraft - Torralta, destinado às carreiras rápidas entre Setúbal-Tróia-Sesimbra, em Junho de 1971, e que contou com a presença do Chefe do Estado, almirante Américo Tomás. Este seria também mais um importante momento no turismo de massas que a cada dia se impunha, que para além dos novos navios contava com a mudança do cais de atracagem dos barcos das carreiras Setúbal-Tróia e vice-versa, que passavam a atracar no novo cais situado no prolongamento da Estrada Comporta-Tróia, por sua vez os hovercrafts atracariam no antigo remodelado. A acrescentar a essas mudanças estava prevista ainda a entrada em funcionamento das carreiras de ferry-boats entre as duas margens, nesse mesmo ano. No final do 1971 o Chefe de Estado haveria de voltar a Tróia (e à Comporta), numa das suas caçadas, mas a visita que mais impacto mediático terá tido foi a da inauguração das piscinas do Complexo da Galé, a que posteriormente será dado destaque.

Naturalmente, tamanhas mudanças arrastariam multidões para Tróia. Com algum exagero, depois contestado, *O Setubalense* publica um artigo a 16 de Agosto de 1971 que aponta para 40.000 o número de pessoas que no dia anterior (domingo), tinham estado em Tróia. Se esse Verão registou verdadeiras enchentes nas praias de Tróia o Inverno marcaria em muito a dimensão nacional de Tróia, pois foi da península que a RTP transmitiu a noite de passagem de ano. Segundo é dito, com o slogan «Tróia 72», adoptado pela Torralta, Tróia viveu durante 3 dias um ambiente de "festa rija" no novo restaurante Bico das Lulas. Antes da transmissão em directo a RTP passou um documentário sobre Tróia.

A par dessas iniciativas de promoção prosseguiram as obras, entre elas as do Hotel Clube de Tróia, a concluir em 1973, projectado para ter 172 quartos, 30 dos quais com piscina privativa. Aumentava, também, o destaque que Tróia assumia na imprensa

de Fevereiro de 1971 dá conta da visita do Director-Geral de Turismo a Tróia e menciona os aspectos mais importantes do plano previsto para a península, do qual se destaca a construção de um hotel de 16 pisos. Dois pontos da notícia devem ser mencionados: a referência ao empreendimento como possuindo "grande interesse para a economia nacional" e posição estratégica de Setúbal e Tróia, como atractivo turístico. Sobre o último aspecto assinalem-se as seguintes palavras: "À luz das realidades de um futuro muito próximo – em que avulta a vizinhança do nosso grande aeroporto internacional que servirá Lisboa e todo o país – Setúbal e Tróia são o natural complemento do circuito que terá Lisboa como principal pólo de atracção ou ponto de irradiação e em que as zonas de Sintra e Cascais continuarão a ter o papel de relevo que de há muito conquistaram no nosso turismo" (*Diário de Notícias*, 16 de Fevereiro de 1971). O extracto demonstra claramente a importância do factor transportes, ao mesmo tempo que coloca Tróia junto com os destinos privilegiados do turismo português.

e no panorama nacional, mais uma vez aumentado por uma nova iniciativa. Em Março de 1972 a Torralta recebeu as candidatas ao concurso «*Miss Portugal 72*», em mais uma campanha de promoção turística da península.

Entretanto, os planos da empresa previam para 1972 a ocupação de 200 camas nos blocos de apartamentos, e o aproveitamento e organização da praia do Bico das Lulas, tudo com vista ao surgimento de uma nova cidade. Esta nova cidade, segundo palavras transcritas do Relatório do Conselho de Administração da Torralta de 1971, respeitaria o ambiente turístico, de modo a facilitar a fixação da avultada população que iria residir na área da península de Tróia, na altura avaliada em não menos de 30000 habitantes. Coincidência ou não, estava prevista para 1973 a entrada em funcionamento do estaleiro da Setenave e o novo Aeroporto Internacional em Rio Frio estava previsto para entrar em funcionamento em 1978.

A cerimónia de inauguração do Conjunto da Galé, de que faziam parte diversas piscinas, um anfiteatro e um self-service com 3 pavilhões, ocorrida no sábado dia 26 de Maio, foi presidida pelo Presidente da República, Américo Tomás. Tal como se referiu anteriormente, a visita do Chefe de Estado com maior impacto mediático terá sido a ocorrida aquando da inauguração desta infra-estrutura, visita que confirma o empenho do próprio Estado no projecto previsto para Tróia, empenho bem traduzido nos títulos das próprias notícias. A seguir expõem-se em breve síntese as notícias dos principais jornais diários nacionais da altura - 27 de Maio de 1973 -, alusivas à inauguração ocorrida no dia anterior.

O *Diário de Notícias* apresenta na sua primeira página uma fotografia do Chefe de Estado a presidir à inauguração do Conjunto da Galé. É enorme a ênfase que o mesmo jornal atribui ao acontecimento, ao guardar as páginas 8 e 9 para o relato do evento. A página 8 começa com o que tem sido afirmado, o Estado através dos seus mais directos representantes deu um grande impulso no sentido de em Tróia ser constituída uma cidade turística. Veja-se o título que a toda a largura de página faz referência à presença do Chefe de Estado em Tróia e às declarações que proferiu: “*O Chefe do Estado na Torralta: ‘Numa época em que tudo anda depressa a Torralta prova que quer andar ainda mais depressa’ – afirmou o almirante Américo Tomás, na Península de Tróia, o imponente Conjunto da Galé*”. Entre as afirmações do Chefe de Estado registe-se a seguinte: “A obra que a Torralta está realizando em Tróia é, sem

dúvida, digna de todos os nossos encómios". O apoio directo do Chefe de Estado ao projecto saiu reforçado com as condecorações que atribuiu aos que considerava serem "a alma da Torralta" - Agostinho da Silva e José da Silva, a quem atribuiu as comendas da Ordem de Mérito Industrial e que eram na prática "sobretudo, o reconhecimento da própria Nação, ali representada pelo seu mais alto magistrado", tal como é dito.

A página 9 tem como título principal: "*A Torralta não pára e não descansa e faz tudo quanto pode para valorizar a terra portuguesa e servir os interesses do povo português*" – disse o almirante Sarmiento Rodrigues ao discursar, em Tróia, perante o Chefe de Estado". Esta página dedica-se sobretudo à apresentação das infra-estruturas inauguradas e a referências sobre o futuro (Diário de Notícias, 27 de Maio de 1973).

O Século não atribui tanta importância às afirmações do Chefe de Estado, aliás, não chega a destacar nenhuma das suas declarações. Na página 6 o título principal é o seguinte: "*Obra da Torralta em Tróia: o almirante Américo Tomás inaugurou o Conjunto da Galé*". Nesta página dá conta da localização privilegiada de Tróia e das suas belezas - "*Um verdadeiro paraíso a escassos quilómetros de Lisboa*" - e faz uma síntese do projecto da Torralta, da responsabilidade do Arq.º Conceição e Silva. A página 7 menciona os discursos de circunstância, prossegue com a descrição do projecto e refere a condecoração atribuída pelo Chefe de Estado aos irmãos Agostinho e José Silva – a Comenda de Mérito Industrial (*O Século*, 27 de Maio de 1973).

Nesse mesmo ano de 1973 a Torralta e Tróia parecem não ter ficado indiferentes à crise petrolífera, ao verem-se afectados todos os sectores da economia do mundo dito desenvolvido ou em vias de desenvolvimento. A crise petrolífera não veio só, a seguir a ela veio a Revolução de Abril de 1974, a qual terá tido fortes repercussões sobre a península, com um primeiro processo de intervenção estatal e a posterior desintervenção. Mas se a Torralta viveu desde então momentos atribulados a opção turística por si iniciada perdurou ainda durante várias décadas, não sem antes conduzir ao estado de abandono de algumas infra-estruturas, mas também não sem conduzir ao desespero os pequenos investidores que tudo tinham acumulado em poupanças no empreendimento e sem levar ao desemprego muitos trabalhadores.

O jornal *Expresso* do dia 13 de Setembro de 1975 dá conta exactamente da conjugação dos factores acima apontados. Com o título "*Torralta: Mantêm-se problemas de pequenos investidores*" o artigo fala sobre a Torralta – Club Internacional

de Férias, SARL, empresa que, tal como é dito, representou antes do 25 de Abril um dos casos típicos do empreendimento privado, aproveitando a onda especulativa no sector do turismo. E constituindo uma das maiores formas de captação de pequenas poupanças, baseando todo o seu crescimento na venda de títulos de férias. A notícia a que se faz alusão confirma que com a crise de Outubro de 1973 surgem as primeiras dificuldades no esquema de captação de poupanças e que com o 25 de Abril de 1974 o modo de financiamento da empresa sofre uma enorme quebra. Em resultado desses dois processos agrava-se o pagamento do reembolso e dos rendimentos dos títulos de férias e são praticamente nulos novos investimentos. Ao que se juntam irregularidades na gestão da empresa detectadas em 1974.

O início da década de 80 é marcado pelo acentuar dos problemas financeiros da Torralta e pela continuação, apesar da situação financeira, de alguns investimentos. Um outro artigo do *Expresso*, do dia 5 de Janeiro de 1980, revela o carácter paradoxal dessa situação. Com o título "*Torralta: consolidar 6 milhões de contos de passivo e construir 100 mil m² / ano*", diz-nos que a Torralta esperava nessa data poder em breve assinar um contrato de viabilização, em preparação desde o fim da intervenção do Estado em meados de 1978, que lhe permitiria "transformar, em 10 anos, passivos de curto em médio e longo prazo, com taxas de juro bonificadas de 3 anos de diferimento do início da amortização". Numa altura em que as dívidas dos bancos ascenderiam a 4,8 milhões de contos. Apesar da situação de crise vivida na península na década de 80 mencionem-se três importantes infra-estruturas: o Parque de Turismo de Tróia, ou seja, o conhecido Parque de Campismo, cujo regulamento data de 1981; e a aprovação da zona de jogo de Tróia, em 1980; e o Campo de Golfe.

Na década de 80 um outro protagonista entra em Tróia e que por isso merece ser mencionado, quando em 1983 o grupo iraquiano da família do milionário Al Khedery adquire a maioria do capital da Soltróia. O novo proprietário da Soltróia procura implementar gradualmente o loteamento, urbanização e localização de várias infra-estruturas, na altura mais com a preocupação de projectar loteamentos com densidades habitacionais propícias às exigências do mercado. Nas intenções do novo proprietário do empreendimento turístico estava a sua abertura para o mercado externo e a hipótese de construção para segunda residência. Sobre a Soltróia cabe ainda afirmar que, à semelhança da postura assumida durante os primeiros anos da sua presença na península

tem potenciado nos últimos anos alguns focos de conflitos com os veraneantes, encetando mesmo algumas tentativas de vedar a praia ao usufruto público.

Mas as décadas de 80 e 90 foram basicamente marcadas por divergências entre os investidores, sobretudo entre pequenos e grandes, mas também pelas tentativas de recuperação da Torralta e pela luta dos trabalhadores pelos salários em atraso. Sobre o último aspecto se mencionam dois artigos publicados no *Diário de Notícias* em 1985. O primeiro deles de 2 de Julho, com o título "*Pessoal da Torralta paralisa de novo*", anuncia para os dias 11 e 21 do mesmo mês uma greve dos trabalhadores das infra-estruturas turísticas da Torralta. O segundo deles, de 11 de Julho, com o título "*Reivindicados salários em atraso / Paralisação na Torralta – Tróia por um período de três dias*", é publicado no primeiro dia da greve, convocada por um período de três dias como manifestação de protesto pelos salários em atraso.

4. 3. Os Transportes e os usos da natureza

Se nos momentos anteriores estiveram em causa, genericamente, questões como a posse ou não de propriedade, o usufruto privado ou público de um tão importante espaço natural, aspecto este último sucessivamente ligado à problemática da pertença social, cabe neste último ponto sobre a história do ambiente da península de Tróia dar a devida importância ao factor transportes. Assumindo desde já que as acessibilidades se consubstanciam como o factor chave no usufruto da península, no passado e certamente no seu futuro.

A partir dos dois períodos a seu tempo considerados outro tipo de análise pode ainda ser feita. Retenha-se primeiro a proposta de Orlando Ribeiro quantos aos factos por que exprime principalmente na paisagem a presença do homem, a saber:

- *Factos de ocupação económica* ou apropriação da natureza para de qualquer forma retirar dela as forças ou produtos materiais requeridos pelas necessidades da Civilização;
- *Factos de povoamento* ou apropriação do território para nele instalar as habitações e seus anexos;
- *Factos de circulação*, que comparticipam de um duplo carácter, tanto servem para a ligação dos grupos de habitações, como para a permuta de produtos (Ribeiro, 1936 e 1986: 61).

Esta referência introduz na história dos usos da natureza da península de Tróia a variável Transportes, que constam já dos gráficos anteriores.

Deixar para o fim a alusão a esta categoria não equivale a menosprezar a sua real importância, bem pelo contrário. Na verdade trata-se de uma categoria estruturante, sobretudo da Praia e do Turismo. No período analisado podemos verificar que os transportes foram, e devem continuar a ser, um elemento fundamental nos usos da natureza na península.

Como assinalado inicialmente, não alheio aos usos da natureza identificados, teremos de tomar em boa conta a construção de diversas infra-estruturas, neste caso ligadas aos transportes. É, nomeadamente, esse o caso da construção e manutenção da ponte da Tróia, que durante décadas foi motivo para diversas notícias, principalmente devido ao seu mau estado, mas também por ser um importante impulsionador da intensificação do usufruto da península. Não à margem do problema da referida ponte e do cais do lado de Setúbal, outras referências surgem ou estão implícitas.

Não alheia à questão dos transportes em Tróia surge a questão dos transportes em toda a região, motivo para que alguns exemplos se devam mencionar. Entre eles a linha de caminho de ferro entre o Barreiro e Vendas Novas, com ramal para Setúbal, obra que vem encurtar a distância entre os estuários do Tejo e do Sado. Mas não é só a construção da nova via ferroviária que aproxima Setúbal e as zonas limítrofes da capital do país e de outros destinos. O séc. XX, também neste caso, é o século das mudanças⁶⁷. O surgimento do automóvel e o estabelecimento de carreiras regulares entre os mais importantes centros urbanos e industriais veio facilitar a deslocação de pessoas e mercadorias. Ganham assim importância, principalmente, as carreiras de autocarros entre Setúbal e Lisboa, mas também entre Setúbal e Sines, e entre Lisboa e Sevilha.

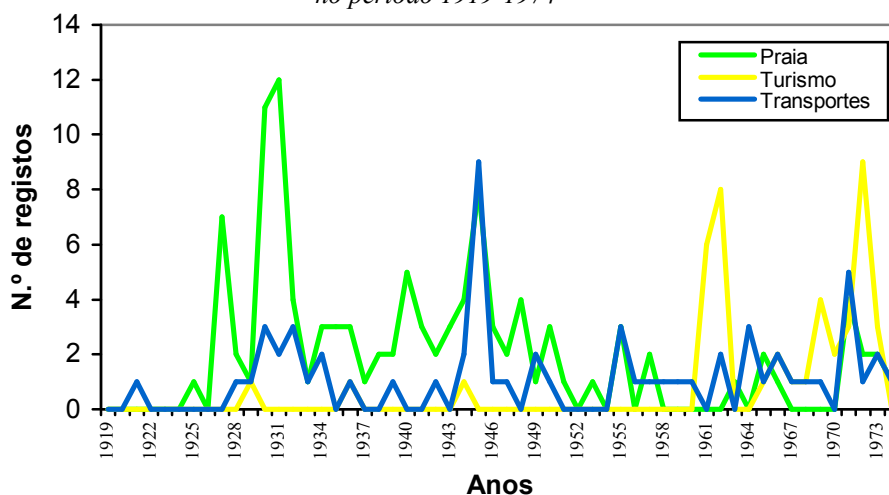
O exemplo que menciona a inauguração em Maio de 1936 das viagens bi-diárias efectuadas pela Transportadora Setubalense entre Cacilhas e a fronteira do Caia (Espanha), é porventura um importante contributo à futura captação de banhistas espanhóis para as praias da península de Setúbal. A estes exemplos devem acrescentar-se outros de enorme importância para a região, em geral, e para Tróia, em particular. Não deve ser omitida a importância da provável construção de um aeroporto

⁶⁷ Uma outra menção a Ramalho Ortigão permite concluir que os transportes tinham já conhecido substanciais melhorias no século anterior, senão vejamos o que nos diz: “Setúbal fica a sete léguas de Lisboa. A viagem faz-se atravessando o Tejo e tomando o caminho-de-ferro de sueste. Pode-se fazer a ida e volta no mesmo dia” (Ortigão, 2002; 148).

internacional em Rio Frio, nem tão pouco a importância funcional da construção, primeiro que a Ponte 25 de Abril conferiu à península e depois da ponte Vasco da Gama, aproximando toda a península de Setúbal de Lisboa e do resto do mundo. Mas vejamos algumas das principais alterações nos transportes.

O **Gráfico 5** junta as categorias Praia, Turismo e Transportes, no período analisado, 1919-1974. Os registos das notícias das três categorias, conjugada com a análise dos Anexos II – A e II – B, tornam possível verificar a existência de quatro picos, ou momentos em que os registos das notícias sobre determinada ou determinadas categorias "dispararam em flecha", regressando posteriormente para uma posição mais estável. Os quatro momentos são apresentados após o **Gráfico 5**.

Gráfico 5 - Registos das categorias Praia / Turismo / Transportes no período 1919-1974



1.º Momento (1928-1934): Por volta da terceira década do séc. XX alguns barcos de pesca largavam a faina durante a época balnear, correspondente aos meses de Agosto e Setembro, e efectuavam o transporte dos veraneantes para a Tróia, com poucas ou nenhuma condições e sem horários regulares. Relativamente à regularidade de horários um anúncio publicado em 16 de Julho de 1928 deixa já antever alguma regularidade, tanto nas carreiras como na articulação das travessias do Sado com o horário dos «autobus» de ligação de Cacilhas a Setúbal, e vice-versa. Esse anúncio dá conta dos horários das carreiras do rebocador «Activo», entre Setúbal-Tróia e Arrábida, mencionado o respectivo horário, as ligações ao citado «autobus», o preço, que na altura era de 5\$00 ida e volta, sendo que cada portador de bilhete podia fazer-se acompanhar

gratuitamente por uma criança até 10 anos, e o serviço de bufet, a cargo do Hotel Esperança.

Apesar da Grande Depressão de 1929 prosseguiram nos domingos de Verão os passeios combinados entre a Empresa de Transportes Seixalense, Lda., os proprietários do Hotel Esperança e a empresa fluvial, ensaiados nos anos anteriores. Embora as notícias recolhidas não se refiram directamente a esse facto deve assinalar-se também, quanto aos transportes, a melhoria das ligações ferroviárias entre Setúbal e várias localidades, entre elas o Barreiro, inaugurada em Fevereiro de 1861, e Alcácer do Sal, estabelecida em Maio de 1920, a linha do Vale do Sado, com ligação à linha do Algarve⁶⁸ (Faria, 1981: 51).

O surgimento da Comissão de Iniciativa e a discussão sobre a praia de Tróia no início da década de 30 impulsionaram a construção de uma ponte de madeira na praia de Tróia, obra indispensável ao embarque / desembarque dos passageiros, cujo concurso público para a sua construção foi aberto a 16 de Abril de 1930 e a inauguração realizou-se logo em Agosto do mesmo ano. A importância da obra é facilmente reconhecida através da presença na sessão inaugural de representantes do Conselho Superior de Turismo. Ao surgimento da Comissão de Turismo não será indiferente a passagem de Setúbal à categoria de distrito em 1926, pelo Decreto 12 870, de 22 de Dezembro. Vieira de Faria permite concluir isso mesmo quando nos diz que esse "acto administrativo não deixou de significar uma certa emancipação e a projecção de Setúbal como capital do distrito, ao mesmo tempo que permitiu um alargamento dos serviços administrativos de acordo com as suas novas funções" (Idem: 50/1).

A construção da ponte de madeira foi apenas um primeiro passo, gradualmente outros foram sendo dados. Num momento seguinte, em 1931, a firma Jerónimo Rodrigues Durão & Filhos adquiriu o vapor «Almadense» para efectuar as travessias para Tróia e para a Arrábida, travessias que sofreram algum atraso, o que não impediu que no ano seguinte a afluência à península tenha diminuído, pelo contrário terá sofrido um aumento, com muitos veraneantes a deslocarem-se de Lisboa. Mas, muito embora esse aumento substancial, persistia a falta de regularidade nas travessias e quando a

⁶⁸ Esta ligação à linha do Algarve, segundo Carlos Vieira de Faria, "iria permitir a saída dos produtos agrícolas e mineiros do Baixo Alentejo", cuja ligação ao porto de Setúbal em 1935 iria dar um grande impulso. Mas não são apenas os transportes ferroviários a sofrerem maior incremento após o primeiro quartel do séc. XX, também os transportes motorizados acusaram grande incremento, sobretudo com a empresa de camionagem J. Cândido Belo, a qual, tal como a Palmelense e a Seixalense, assegurava as ligações frequentes com Lisboa, Ribatejo, Alentejo e Algarve (Faria, 1981: 51).

havia era por vezes quebrada em favor de outras carreiras. Alguns artigos do final de Agosto de 1932 dão conta de um episódio no qual o gasolina que num dos domingos fazia o transporte para Tróia foi transferido para um passeio ao Portinho, obrigando quem necessitava de atravessar o Sado de Tróia para Setúbal a esperar até altas horas, episódio que deu origem a vários protestos.

Em poucos anos a ponte de madeira construída pela Comissão de Iniciativa foi-se degradando, por isso vários artigos publicados ao longo dos anos seguintes têm como tema principal a reconstrução da ponte, por questões de segurança e como melhoria das acessibilidades. É justamente a falta de segurança nos embarques e desembarques, assim como a falta de comodidades, o respeito e segurança pelos banhistas tantas vezes transportados com lotações excedidas, um dos responsáveis pelo pico dos registos das notícias sobre a categoria Transportes em 1934. Algumas situações foram, entretanto, nos anos seguintes alvo de algumas melhorias, por exemplo, em 1942 nos bilhetes das carreiras passou a constar a hora do regresso, pormenor que pretendia evitar o regresso dos passageiros apenas na última carreira.

2.º Momento (1944-1949): Durante a II Guerra Mundial Tróia não perdeu o seu fulgor, mas foi no período imediatamente a seguir que ganhou parte do seu esplendor, sobretudo devido ao empenho colocado nos transportes. Em Agosto e Setembro de 1944 era ainda uma embarcação de pesca, no caso o vapor de pesca «O Benfíca», que procedia ao transporte dos que iam para banhos. Porém, a partir de 1945 registam-se mudanças substanciais nas carreiras. Ao que parece todo esse processo coincide com o envio de uma carta para *O Setubalense*, publicada a 29 de Maio de 1945, onde uma família a residir no Alentejo, mas que desejava ir a banhos a Setúbal, colocava duas questões principais: se haveria casas para alugar para a temporada, e "se se realizam carreiras diárias para Tróia". *O Setubalense* considera a resposta a estas questões algo difícil. Quanto a casas dizia que havia famílias que após negociações poderiam ceder partes da moradia, quanto às carreiras não tinha resposta, dependeria da Casa dos Pescadores colocar, como no ano anterior, um barco à disposição dos banhistas.

Cerca de um mês depois, a 23 de Junho de 1945, o mesmo *Setubalense* dá a boa nova: dois homens de iniciativa tinham adquirido o gasolina do falecido José Torto, embarcação que após beneficiações iria assegurar as carreiras entre as duas margens. Sem que a Junta Autónoma do Porto tenha procedido aos devidos arranjos da ponte a

viagem inaugural do «Fernando Garcia», nome do gasolina, ocorreu em Julho de 1945, na altura a viagem de ida ou volta custava 1\$50. Gradualmente terá sido ajustado o horário às necessidades dos veraneantes, o qual no final de Agosto passa a contemplar sete viagens para Tróia, a primeira às 09:00 e a última às 21:30 horas, e igual número de viagens para Setúbal, a primeira às 7:15 e a última às 20:00 horas.

A época balnear seguinte prova que após a década de 40 Tróia não voltaria a ser como antes, um lugar de difícil acesso. Em Julho de 1946 as notícias dão conta das carreiras do «Fernando Garcia», mas nesse ano o «Vicentino» reforçava as ditas carreiras. Nota negativa nesse processo de melhoria dos transportes eram uma vez mais os problemas do embarque na Tróia, pese embora o facto da Junta Autónoma lá ter efectuado reparações na ponte eram ainda insuficientes, faltavam sobretudo duas escadas laterais, problemas que persistiriam nos anos seguintes.

3.º Momento (1955-1962):

Do terceiro momento fazem parte dois picos no registo das notícias da categoria Transportes, o primeiro dos quais é fundamentalmente caracterizado por um reforço dos meios identificados no segundo momento. Os gasolinas de Agostinho Albino, «Fernando Garcia» e «Vicentino», apesar das dificuldades da acostagem, continuaram a efectuar as carreiras regulares durante vários anos. No início da época balnear de 1950 um novo barco de passageiros – «Praia da Tróia» – inicia as carreiras para Tróia, sem que tenha sido resolvido o problema das pontes, aliás numa notícia de Abril de 1955, de resposta a uma carta de um leitor, *O Setubalense* referindo-se ao problema das pontes afirma que "continua como sabemos" (*O Setubalense*, 20 de Abril de 1955).

Apesar dos constrangimentos causados pela ponte a empresa de Agostinho Albino coloca ao serviço novas embarcações, em 1955 já o «Expresso» efectuava carreiras para Tróia e no ano seguinte as carreiras fluviais contavam também com o «Rápido». Estes barcos asseguraram as carreiras nos anos seguintes, sendo feitos gradualmente alguns ajustes nos horários e tudo indica que nos preços. Por exemplo, em 1957 o preço era 2\$00 para os adultos e de \$50 centavos para as crianças. No ano de 1958 o barco «Mira – Sado» efectuou também carreiras.

O segundo pico no registo das notícias do terceiro momento será marcado pela mudança de usos da natureza da península, impulsionada pela venda da propriedade da Tróia à Soltróia. Deste período destaca-se o lançamento à água no dia 5 Junho de 1962

de um novo barco, o «Mar e Sol», do armador Casimiro Augusto Tavares. A nova embarcação, com uma capacidade de transporte para 400 passageiros, pretendia fazer serviço de transporte de passageiros no rio Sado, juntando-se aos já existentes: ao «Mira Sado» e «Rio Belo», do mesmo armador, e ao «Rápido» e ao «Expresso», da empresa de Transportes Fluviais de Tróia.

No período intermédio entre o terceiro e o quarto momento, relativamente aos Transportes, não deve ser esquecida a referência à criação de duas novas carreiras rodoviárias entre Santiago do Cacém-Tróia e Grândola-Melides, pela empresa «A Transportadora Setubalense», no dia 21 Dezembro de 1970.

4.º Momento (1971-1974):

O quarto momento é, sem dúvida, marcado pela presença da Torralta em Tróia. Publicidade da Torralta publicada no dia 26 de Junho de 1971 anuncia a ligação a Tróia através de hovercrafts, a partir de Julho, apenas em 5 minutos, em carreiras regulares Sesimbra-Setúbal-Tróia. Cujas viagens inaugurais mereceu a presença do Chefe do Estado, almirante Américo Tomás, e que a Sociedade Ponta do Adoxe, S.A.R.L. colocou ao serviço do público a partir do dia 15 de Julho.

Mas as novidades não se ficam por aqui, outras iniciativas são concretizadas ou planeadas, entre elas está a da mudança do cais de atracagem dos barcos das carreiras Setúbal-Tróia e vice-versa, que passariam a atracar no novo cais situado no prolongamento da Estrada Comporta-Tróia, entretanto os hovercrafts veriam o seu lugar antigo remodelado. Adicionalmente, é projectado o início das carreiras de ferry-boats entre as duas margens e no ano seguinte uma notícia d'*O Setubalense* aponta o novo Aeroporto Internacional em Rio Frio, para entrar em funcionamento em 1978, como factor vitalizador da região (*O Setubalense*, 15 Abril de 1972).

Enquanto tal não é decidido, nas ligações entre Setúbal e Tróia e vice-versa, entra no serviço regular, a 15 de Maio, um novo barco – o «Rio Azul» –, com uma lotação para cerca de 722 pessoas e com maior velocidade e segurança que qualquer outro. Em contrapartida, a construção e colocação ao serviço dos ferry-boats sofre um atraso, a cerimónia de lançamento à água foi sendo adiada, ao que tudo indica devido ao atraso no acabamento dos cais de acostagem. Vindo a ocorrer o lançamento do primeiro deles, o «Rápido», com uma capacidade para 200 passageiros e 30 automóveis, a 31 de Julho de 1973. No entanto, as carreiras entre as duas margens do «Rápido» e do

«Expresso» apenas se iniciaram a 18 de Maio de 1974, em plena Revolução dos Cravos. Em jeito de última nota cabe referir que qualquer uma destas embarcações deste quarto momento são as embarcações que têm ao longo das últimas décadas efectuado as carreiras regulares para Tróia, mantendo-se o «Rio Azul», no Cais da Ribeira da Ajuda, e os ferry-boats no Cais das Fontainhas.

Em termos de registos um outro conjunto de gráficos pode ser inserido, retomando a divisão em dois períodos anteriormente proposta, precisamente a partir da aceitação da proposta de Orlando Ribeiro sobre os *factos de circulação*. Assim, dando primazia aos usos da natureza que mais tipificaram cada um dos períodos, obtêm-se dois gráficos centrados, respectivamente, nos binómios Praia – Transportes e Turismo – Transportes.

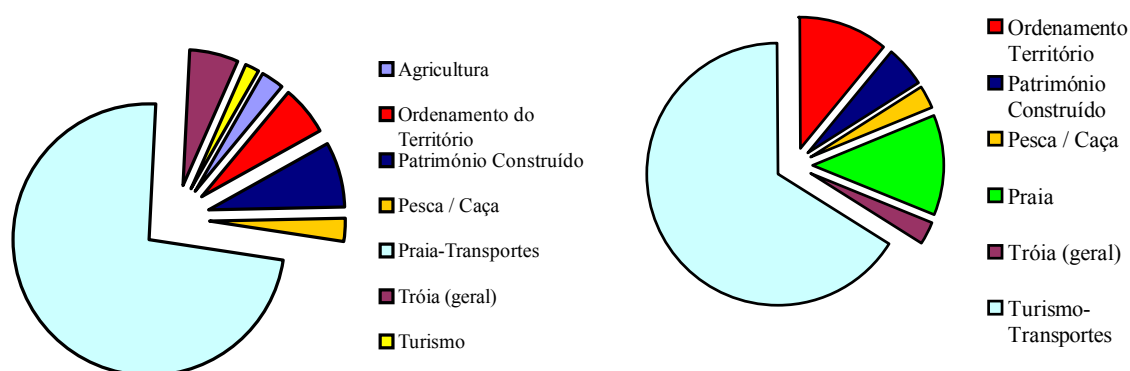


Gráfico 6 e 7 – Categorias *Praia – Transportes: 1919-1960, e Turismo – Transportes: 1961-1974*

Em suma, as categorias Praia, Turismo e Transportes, com 75% das frequências, são um eixo incontornável da história de Tróia e tudo aponta para que assim permaneçam. Os **Gráficos 6 e 7** tornam visíveis os contornos desse trinómio. Através de uma leitura conjunta destes dois gráficos e dos **Gráficos 4 e 5** conclui-se que, em qualquer dos casos, os Transportes acompanharam o gradual aumento no usufruto das praias, num primeiro período, e o processo de implementação da actividade turística, num segundo momento, impulsionando-os e tornando-se um dos seus principais sustentáculos. Complementarmente, o desenvolvimento desses usos da natureza terá também contribuído fortemente para a melhoria dos Transportes.

Sobre a questão dos transportes dá para respirar de alívio só de pensar que a proposta de ligação através de uma ponte rodoviária entre Setúbal e Tróia não se efectivou, dadas as novas possibilidades de usos da natureza e do seu aumento de

escala. Ainda assim, no final do último dos momentos propostos merece menção obrigatória a possibilidade de ser construída essa ponte sobre o Sado. Dessa possibilidade dá conta a notícia do *Expresso* de 24 de Dezembro de 1981, com o título "*Pontes sobre o Sado / Projecto poderá avançar muito em breve*". A qual faz referência ao arranque das obras do projecto da ponte sobre Sado, da autoria do Eng.º Edgar Cardoso, que ligaria a auto-estrada de Setúbal à Comporta e cujos trabalhos preparatórios foram lançados pelos primeiros governos constitucionais.

Em jeito de remate do Capítulo II será de todo pertinente identificar alguns dos tópicos que mais o identificam. Por uma questão meramente cronológica a primeira menção cabe ao património construído, que tal como ficou exaustivamente apresentado é dos factores determinantes em Tróia, não apenas da sua história mas, também, do seu futuro, caso ocorram intervenções capazes de promoverem a sua valorização e estudo.

Sobre a agricultura, como ficou demonstrado em longas descrições, ligou-se durante várias décadas às questões da posse da propriedade, motivo que por vezes facilitou importantes alterações aos usos da natureza. Muito provavelmente a agricultura terá sido a actividade predominante, principalmente, na primeira metade do séc. XX, muito embora os registos tenham deixado transparecer uma acentuada importância dos *Banhos*, os quais se caracterizam por serem acontecimentos duplamente fixados: por um lado, no tempo – nos meses de época balnear –; por outro lado, no espaço – na faixa litoral, estuarina e oceânica. Pelo que deixavam à agricultura a permanência ao longo do ano e na faixa mencionada como “interior”, por contraposição à litoral.

A agricultura e os banhos sugerem as primeiras discussões sobre o usufruto público ou o usufruto privado da península, e a sua articulação com outras temáticas, como sejam a estratificação social, tanto dos usos da natureza como dos lazeres. Dimensões que a venda da propriedade à Soltróia veio acentuar, quer porque impunha, exactamente pela posse da propriedade, novos usos a dar à península, quer porque possuía um projecto para todo o território, porventura capaz de colidir com as vontades dos veraneantes, habituados que estavam a transpor o Sado e a instalarem na outra margem as suas barracas. Para mais contando a Soltróia e depois a Torralta com expresso apoio dos poderes públicos. Aliás, sem este apoio o gigantesco projecto de uma cidade turística não teria tão pouco avançado, mas muito provavelmente o Estado Novo também necessitaria da sua concretização, caso contrário deixaria de infra-

estruturar uma região tão intervencionada, relembre-se o exemplo da Setenave e do projecto do Aeroporto de Rio Frio, e acrescente-se o projecto de Sines.

Para terminar o presente capítulo, tal como foi assinalado no devido tempo, a última nota vai para os transportes, sem os quais usos da natureza como a praia e o turismo não teriam possibilidades de uma exploração continuada nem de um consumo alargado potencialmente a todos os cidadãos. Sobre o ordenamento do território ficou visível, no período considerado, uma quase ausência de preocupações, talvez até facilitada pelo apoio dos poderes públicos às iniciativas que os vários proprietários foram prevendo e realizando em Tróia. Relativamente à pesca pena é que um estudo como o que aqui se desenvolve tenha algumas limitações, caso contrário seria de toda a pertinência tentar obter mais elementos, no caso de existirem e de serem facultados ao investigador.

Capítulo III

Que futuro para a península de Tróia?



1. Limitações à intervenção humana

A análise de um longo período da história de Tróia não serve apenas de mera curiosidade ao sociólogo, entre múltiplas possibilidades permite conhecer o passado e a partir daí impulsionar a discussão sobre o futuro, a que não será alheia a relação mantida com a natureza ao longo dos tempos e os modos de a encarar. Neste cenário, ignorar a discussão da criação de áreas protegidas⁶⁹ e do seu papel seria ignorar a própria história de Tróia, para mais trata-se de um domínio em que a intervenção humana se pretende limitada.

Ao contrário do capítulo anterior que examinou um longo período da história da península, no presente capítulo a finalidade é examinar as decisões do presente, as quais se assumem como fundamentais para o futuro, sem que com isso se afaste dos objectivos inicialmente propostos. Os objectivos continuam a passar pela identificação dos principais usos da natureza, bem como pela identificação de qual ou quais os factores que impulsionaram a alteração de uso ou usos e pela identificação dos principais protagonistas responsáveis por essa alteração. A diferença é que o presente capítulo não é o exame do processo histórico, em vez disso recorre mais à abordagem sociológica para melhor perceber os processos de decisão do presente e as condições capazes de impulsionarem a alteração dos usos e melhor perceber o papel dos protagonistas envolvidos. Ainda nesse impulso procura perceber as lógicas inerentes às tomadas de decisão e as relações dos poderes públicos com alguns dos grandes grupos económicos, neste caso basicamente nacionais.

Na eventualidade de no futuro ser reconstruída a história de Tróia poderá acontecer que o que nesta secção se toma para reflexão será apenas um entre muitos episódios. Aqui se apresenta o episódico e será a partir dele que se descrevem as posições dos principais protagonistas, no preciso momento em que ocorre a sua intervenção, por isso procura descrever as suas intenções, confrontando-os precisamente em face da diversidade de intenções. Para o fazer recorre de modo prioritário aos documentos oficiais tornados públicos ou então facultados à investigação, e mais uma vez ocorre o recurso a alguns artigos publicados na imprensa escrita.

⁶⁹ Aristides Leitão vê uma área protegida como um conjunto de valores e de recursos naturais, que pela sua importância e representatividade carece de cuidados, medidas e instrumentos especiais por parte da Administração (Aristides Leitão, 1988: 18).

1.1. As áreas protegidas como restrições aos usos da natureza

Em termos sumários a criação de áreas protegidas tem associada uma perspectiva conservacionista da natureza, onde o homem praticamente não pode intervir, e uma perspectiva dita de sustentável, em cuja acção humana terá de se pautar por critérios de sustentabilidade, de forma a garantir a continuidade do processo. Desta última exige-se, portanto, a implementação de políticas de intervenção sobre o território adequadas, e a monitorização e minimização dos impactos sobre o meio ambiente e sobre o meio socio-económico envolvente. Estes vão ser alguns dos aspectos em evidência neste ponto, onde convém que se diga desde já que seria demasiado pretensioso reconstruir o percurso histórico da maioria dos movimentos de protecção e conservação⁷⁰ da natureza, assim como do movimento ecologista, no mundo e em Portugal, como tal apenas se vão apresentar alguns exemplos.

Tal como se pode presumir, a história da consciencialização ambiental tem um longo e esforçado percurso. Para trás ficam os primeiros naturalistas, que ao estudarem o meio ambiente ávidos de novos conhecimentos descobriram novos mundos e um Planeta que abarcava uma diversidade biológica desconhecida. Num momento seguinte, o desenvolvimento tecnológico proporcionou ao ser humano êxitos relevantes, ao mesmo tempo que provocou problemas ambientais com resolução difícil. Por exemplo, diariamente tem lugar a extinção de várias espécies, que o Planeta levará milhares ou milhões de anos a recuperar.

Tal como diversas vezes tem sido afirmado neste estudo, o homem desde a sua presença na Terra é uma espécie a juntar a tantas outras, contudo esse mesmo homem desde os primórdios tem sido a única espécie com capacidade para intervir na natureza, o que o distingue das outras espécies. Por obra dessa sua capacidade de transformar o mundo, mais que os outros seres vivos, provocou mudanças e danos como nenhuma outra espécie.

Apesar do seu efeito sobre a natureza apenas a partir no séc. XIX o homem tomou consciência da sua importância, desde então eclodiram diversos movimentos na

⁷⁰ Em jeito de síntese Mónica de las Heras afirma que para os conservacionistas existem quatro razões fundamentais que justificam a protecção da natureza, sem os quais nem se falaria em meio ambiente: pilar económico, pilar científico, pilar estético e pilar ético (Heras, 1997: 21). De forma similar, para Pedro Castro Henriques a conservação da natureza articula-se em torno de 3 acções: investigação, protecção e educação (Henriques, 1988).

história das preocupações ambientais. Os naturalistas dos séculos precedentes, que sacrificaram animais para o seu estudo, deram lugar a correntes proteccionistas ou preservacionistas, cujas ideias primavam pela protecção da natureza face à acção do homem. Surgem depois os conservacionistas⁷¹ com uma preocupação já pelo ecossistema, defendendo que é nos habitats que se desenvolve a fauna e a flora, por isso o conservacionismo vai mais longe do que a protecção das espécies dos primeiros movimentos. A sua acção exerceu-se sobre os grupos políticos e começa a ser executada com o recurso à realização de trabalhos científicos, que depois servem de suporte fundamentado à sua acção de lobby sobre os meios políticos.

A ideia de proteger juridicamente áreas naturais no mundo nasce com a declaração do primeiro parque nacional - Yellowstone (EUA), a 1 de Março de 1872, que à semelhança dos zoos era ainda proteccionista, ao querer salvaguardar um dos recantos naturais mais importantes dos EUA. Num país ainda jovem e que se queria desenvolver surge a ideia da conservação de um património natural, naquele momento ainda longe de estar ameaçado. Surge o conceito de Parque Nacional, como um símbolo altruísta do pensamento humano e como um desejo de proteger áreas naturais da sua transformação, com o objectivo do local ser protegido para as gerações futuras o poderem contemplar e sobretudo para poderem satisfazer necessidades imateriais, tais como o deleite e a contemplação da beleza do lugar. Anos antes, a França no tempo do seu Império, em 1853-1861, viu surgir a primeira reserva natural do mundo, embora pequena, constituída por um grupo de pintores que conseguiu a protecção de 624 hectares numa floresta de Fontainbleau. Exemplo que ilustra a raiz romântica e estética da natureza.

Demoraram apenas alguns anos para que nos EUA fosse fundada a primeira associação conservacionista do mundo, a Audubon Society, em 1886, e que em 1905 se converteu em associação nacional. Em 1892 o naturalista John Muir formou na cidade de São Francisco outra das mais emblemáticas instituições do conservacionismo

⁷¹ Gonçalo Ribeiro Telles distingue os conceitos de conservação da natureza e protecção da paisagem. Entende a conservação da natureza como um conceito exclusivamente científico "portanto limitado de sentir, contemplar e observar", na sua opinião, esta visão científica transforma-se numa visão romântica, numa ideia "panteísta do Mundo traduzida em termos filosóficos e numa ideia mecanicista do universo e do progresso da Humanidade." Em contrapartida, a protecção da paisagem assenta "mais num conceito estético e cultural, integrado e não analítico e por isso, ecológico". Mas para Ribeiro Telles estes dois conceitos na prática não se podem isolar "da visão contemporânea do mundo, dum certo materialismo dogmático e dum modelo de desenvolvimento e sociedade baseados no crescimento ilimitado e no consumo" (Ribeiro Telles, 1989: 71).

americano, o Sierra Club, o seu objectivo principal era a protecção dos espaços naturais. Antes dessas datas morria Henry David Thoreau (1817-1862), em cujos trabalhos deixou não apenas uma visão sacramental da natureza, ao reportar os fenómenos naturais com um particular rigor, deixou também reportada uma parte significativa do imaginário da relação do índio americano com a natureza. Posteriormente, com Aldo Leopold, de quem já se falou várias vezes ao longo deste estudo, o conservacionismo deu um importante passo em frente, Leopold não raramente é considerado como o filósofo do conservacionismo americano.

Mas é o início do séc. XX que corresponde ao despontar da consciência da necessidade dos espaços naturais serem declarados como protegidos, de forma a conservar ecossistemas representativos da nossa biosfera. No prosseguir do século a consciência pela defesa dos espaços naturais afirmou-se, com a crescente evidência da degradação do meio ambiente, tarefa que contou definitivamente com a explicação científica das repercussões que esta pode acarretar sobre o futuro, principalmente das comunidades humanas. Aliás o aparecimento da ecologia enquanto ciência correspondeu na prática a um complemento da referida consciência, até pela sua visão sistémica e pela demonstração da necessidade de serem protegidos os ecossistemas.

Em pleno séc. XXI os Parques Nacionais apresentam-se como unidades de conservação, como elementos integrados em grandes redes ou sistemas que pretendem preservar o Património Natural de cada país, na sua qualidade de património de todo o Planeta. Neste cenário inserem-se alguns *santuários* naturais, entretanto classificados pela UNESCO como Património da Humanidade, classificação que as vinhas do Douro obtiveram recentemente. Um dos grandes objectivos da criação das áreas protegidas é, conjuntamente com a gestão conservacionista dos recursos vivos, impulsionar o desenvolvimento socio-económico das comunidades ou grupos humanos do seu meio.

O processo de que se fala teve início décadas antes. Na Europa no final da década de 70 a actual UE com a Directiva Aves (Directiva 79/409/CEE, de 2 Abril de 1979⁷²), deu o primeiro passo legislativo no sentido da preservação do ambiente natural, num momento em que a atenção internacional estava já virada para o ambiente, sobretudo pela expressão dos danos crescentes sobre os ecossistemas. Desde esse momento a UE tem atribuído uma crescente importância às questões ambientais, para o

⁷² Pela mesma altura, em 1980, é apresentada pela UICN (União Mundial para a Conservação da Natureza) a Estratégia Mundial da Conservação.

efeito criou novos instrumentos para a salvaguarda do meio natural, num quadro coerente em todos os Estados-Membros. Segundo a Directiva Aves os Estados-Membros são responsáveis pela designação de zonas de protecção especial (ZPE) e pela preservação das aves migratórias.

Uma outra Directiva constitui um dos textos mais importantes da UE sobre a conservação da natureza, a Directiva Habitats (Directiva 92/43/CEE, de 21 de Maio de 1992). Esta Directiva identificou espécies e habitats ameaçados e por isso a necessitarem de protecção em cada um dos Estados-Membros. Espécies ameaçadas sobretudo devido à perda dos seus habitats naturais, resultante da crescente artificialização do meio, com o objectivo de servir as diversas actividades humanas, responsáveis pela degradação de ecossistemas mais sensíveis. Segundo a mesma Directiva a cada Estado-Membro cabe designar zonas especiais de conservação (ZEC), precedidas da elaboração da Lista Nacional de Sítios. A 15 de Maio de 1997 o Conselho de Ministros português aprovou o diploma que transpõe a Directiva Habitats para a legislação portuguesa.

Em conjunto, as ZPE e as ZEC, formam a denominada Rede Natura que segundo a UE é a pedra angular da política de protecção da natureza, em que os Estados-Membros são responsáveis pela avaliação científica das necessidades nacionais de conservação e pela elaboração de uma lista de sítios nacionais a proteger (SIC), com base em critérios comuns. (Comissão Europeia / Direcção-Geral do Ambiente, 2002). Embora tardiamente, Portugal acompanhou a preocupação internacional no tocante à conservação de diversas áreas, sobretudo na sua qualidade de Estado-Membro, constituindo a *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, de Setembro de 2001, mais um passo rumo ao futuro.

Vários episódios ocorridos no país na primeira metade do séc. XX manifestam claras preocupações, primeiro, preservacionistas, depois, timidamente, conservacionistas. São disso exemplo: a Festa da Árvore, com enorme participação pública e popular, com maior expressão por volta da década de 20; o derrube das árvores pela Câmara de Viseu na estrada de Povolide, em 1925, e que gerou enorme controvérsia pública em todo o país⁷³; pela mesma altura, a atribuição do título de

⁷³ A 13 Abril de 1925 O Século publica a "Desafronta dos beirões", manifesto em cujos signatários - Aquilino Ribeiro, F. de Almeida Moreira, Samuel Maia - se insurgem contra o corte de árvores na estrada de Povolide pela câmara de Viseu. Como abaixo se verifica a sua defesa vai mais além do próprio local e da circunstância, senão vejamos. Antes de classificarem os autores como "reprobos inimigos da Beira

"utilidade pública" à Associação Protectora da Árvore, favorável à arborização das estradas; também sensivelmente na mesma data a talvez mais empenhada iniciativa cujo propósito central era a fauna, mas também a flora, e que na prática terá sido um misto da obra dos primeiros preservacionistas com os pressupostos conservacionistas, trata-se da Expedição Venatória ao Gerês, organizada pelo *Século* através das suas diversas edições, sobretudo o *Século Agrícola*. O seu objectivo era múltiplo, o principal era verificar se ainda existia no Gerês algum espécime da cabra montês ou cabra do Gerês. Paralelamente, porque na expedição seguiam desde caçadores, naturalistas ou meros amantes da natureza, o objectivo era não só caçar mas também identificar espécies ainda não catalogadas, obra de verdadeiros preservacionistas. Na década seguinte, em 1938, ocorre a arborização da serra do Monsanto. Daqui para a frente, exceptuando a criação da Reserva Ornitológica no Mindelo na década de 50, são poucos os exemplos de defesa da natureza.

Apenas em 1971 foi criado o primeiro e até agora único Parque Nacional do país - o Parque Nacional da Peneda-Gerês -, reflexo directo do Ano Europeu da Conservação do Ambiente. Ainda no mesmo ano foi criada a Reserva Natural nas Ilhas Selvagens. Mas foi no 25 de Abril que a criação de áreas protegidas da acção humana ganhou um aliado, uma criação nos últimos anos largamente induzida pela presença do país na actual União Europeia. Nos últimos anos, principalmente como reflexo da inserção nesse espaço comunitário, tem sido crescente a preocupação com a preservação e conservação dos valores naturais e patrimoniais, preocupação que tem dado lugar ao surgimento de diversas áreas protegidas da intervenção do homem.

A criação destas áreas protegidas tem como objectivo manter, da forma mais próxima da integral, as características de espaços naturais de grande valor, de modo a conservar as suas aptidões e a manter, sempre que possível, o equilíbrio ténue entre os elementos de cada ecossistema. Em idêntico quadro se apresenta a adopção de restrições humanas quando se trata de defender o património cultural e as áreas associadas. Nesse

Alta" e posteriormente a terem deixado claro que se tratava de uma verdadeira afronta aos beirões e ao país tecem os seguintes comentários sobre os autores: "Estes homens são indignos da nossa confiança, porque atraçoaram o mandato de zelar os bens comuns, a nossa dignidade e nome colectivo. Desvalorizaram o nosso património, destruindo a beleza da região, admirada pelos naturais e estranhos e envergonharam-nos no conceito alheio, pois nos sujeitam a sermos todos feridos pelo seu valor mental". No que acrescentam: "Vêde o insulto e humilhação a que nos sujeitaram e compenetrai-vos da indignação que deveis conservar na desafronta". Nos dias seguintes o manifesto foi motivo de assunto à porta das

contexto surgem as áreas protegidas e surgem na tripla tarefa, tal como acentuado no *1.º Congresso de áreas Protegidas* realizado em 1987, de componente da política de ambiente, de instrumento da Conservação da Natureza e de figura do Ordenamento do Território. Em qualquer um dos casos a sua implementação exige a elaboração e o cumprimento dos respectivos planos de ordenamento e de gestão.

Como acima ficou assinalado, para o futuro está em aberto o contributo dado pela *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade*, de Setembro de 2001. Trata-se de um documento que pretende não apenas cumprir o que legislativamente estava previsto a nível nacional, visa, igualmente, dar sequência ao compromisso internacional assumido pelo nosso país no quadro da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Os seus princípios fundamentais vão de encontro a muitas das questões debatidas no Capítulo I deste estudo, sobretudo as noções de responsabilidade humana, princípio da precaução e da prevenção, desenvolvimento sustentável e risco. Em todo caso, e porque se tratam apenas de princípios, a maior preocupação deve ir para a sua concretização.

Num cenário como o que foi traçado será justo que se coloquem várias questões, entre elas: *Que ou quais as restrições à ocupação humana das áreas protegidas? E quais os critérios subjacentes à sua desanexação?* Estas e outras questões vão permanecer sem resposta, enquanto isso actualmente em Portugal, segundo os dados revelados pelo Instituto da Conservação da Natureza e pelo Atlas do Ambiente, existem 32 Áreas Protegidas, divididas entre Parques (1 Parque Nacional e 8 Parques Naturais), Áreas de Paisagem Protegida (5), Reservas Naturais (8) e Sítios Classificados (10). A seguir se apresentam as principais restrições à ocupação humana e algumas das suas vicissitudes para o caso concreto da península de Tróia.

1.2. Áreas protegidas na península de Tróia

A diversidade paisagística e a especificidade da península de Tróia foram nos últimos 20/30 anos, e assim se esperam que continuem, responsáveis pela interdição de algumas áreas à acção humana, interdições que a gestão e o planeamento do território devem assumir. Através destas interdições ficam regulados os usos e estabelecidos os critérios que possam permitir o não ultrapassar dos eventuais limites que um

livrarias do Chiado e motivo para uma subscrição, com o apoio do Século, cujo objectivo era a replantação das árvores, feito que conseguiram posteriormente alcançar.

ecossistema tão frágil pode suportar, quer no tocante à infra-estruturação dos espaços quer na sua vocação mais adequada.

No **Quadro 2** apresentam-se as principais áreas onde é proibida ou condicionada a intervenção do homem, de que são exemplos principais as Ruínas Romanas de Tróia, com a sua zona de protecção e a área *non aedificandi*; a área pertencente à Reserva Ecológica Nacional (REN); a área da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), com a sua Zona Exterior de Influência; e os condicionalismos impostos pela inclusão no Domínio Público Marítimo.

Principais restrições à ocupação humana em Tróia

Reserva Ecológica Nacional (REN) - proíbe "acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal." (DL n.º93/90, de 19 de Março)

Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) - coloca restrições nas áreas da RNES e na sua Zona Exterior de Influência, onde é "proibido o lançamento de águas residuais urbanas, industriais ou agrícolas que degradem a qualidade da água no interior da RNES", obriga a submissão ao processo de AIA todas as acções localizadas nesta zona que possam afectar significativamente o Ambiente. (DL n.º430/80, de 1 de Outubro)

Domínio Público Hídrico (Marítimo) - as obras a realizar devem ser submetidas à aprovação da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, nas áreas com interesse portuário (DL n.º468/71, de 3 de Novembro), e da Direcção Regional do Ambiente (DL n.º46/94, de 22 de Fevereiro).

Servidão das Ruínas Romanas de Tróia - a Estação Arqueológica é composta por uma zona *non aedificandi*, zona vedada à construção e definida como zona especial de protecção (Portaria n.º40/92, de 22 de Janeiro).

Quadro 2 – Principais restrições à ocupação humana em Tróia

As áreas em referência assumem várias interdições, sem que se fixem unicamente na necessidade de salvaguarda dos valores naturais. A par dos valores naturais o património construído da península, identificador da sua própria história, assume-se como um dos componentes a cuidar e legar às gerações futuras. O património é uma imagem viva da intervenção do homem sobre a paisagem, por isso e porque guarda a história de vários povos deve ser protegido. Para que sejam respeitadas as interdições impõe-se a existência de regulamentos que condicionem ou interditem a intervenção do homem e sejam, na prática, implementadas as medidas consideradas necessárias para fazer face à degradação actualmente vivida.

Neste caso particular, o património de que se fala remonta à época romana, dessa época existe um conjunto de vestígios constituídos por uma série de estruturas arqueológicas, constituindo as Ruínas Romanas da Península de Tróia. A estação arqueológica de Tróia está classificada como monumento nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910. Por sua vez a Portaria n.º 40/92, de 22 de Janeiro, definiu a zona especial de protecção e a área *non aedificandi* da estação arqueológica – área onde não é possível haver construções que alterem substancialmente o património existente –, encontrando-se a área envolvente delimitada como zona de protecção especial. No momento da realização do Plano de Urbanização de Tróia o Decreto-lei n.º 117/97, de 14 de Maio, e o Decreto-lei n.º 120/97, de 16 de Maio, estabeleciam as competências sobre as Ruínas do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

A classificação das Ruínas de Tróia como monumento nacional tem, no entanto, sido insuficiente para evitar a sua constante degradação. As intervenções até agora ocorridas mais não foram no seu conjunto do que iniciativas pontuais ou meras expressões de intenções, sem a necessária sequência. As preocupações pela preservação do património e pelo seu uso enquanto potencial produto turístico não são de hoje. Em Setembro de 1988 uma iniciativa da responsabilidade do departamento de arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, com o apoio da Torralta, dos fuzileiros e da Câmara de Grândola, apontava já para o facto das Ruínas, embora integradas numa importante zona turística, não terem sido objecto de uma intervenção global criteriosa.

Impunha-se, na altura como agora, para sustentar a degradação da Estação e para o público as poder visitar em condições, uma intervenção no sentido da sua *salvaguarda e valorização*. Do conjunto de intenções de 1988 ressalta a implantação no local de um espaço museológico, inserido numa lógica de devolução às Ruínas da sua importância enquanto estação arqueológica. Também já nessa altura era reconhecida a importância da Estação como pólo de atracção turístico-cultural e adiantada a necessidade de se cuidar do seu futuro, o que seria conseguido pela congregação de esforços de várias entidades (*Património Cultural*, 1988).

A iniciativa de 1988 é muita idêntica ao que se projecta para o futuro. Muito se espera do protocolo assinado pela Imoaria e pelo IPPAR, a 13 de Julho de 1999, no sentido de em conjunto promoverem a *salvaguarda e valorização* das Ruínas Romanas de Tróia, através da sua conservação e valorização. Essa tarefa conjunta, segundo as

intenções do protocolo, passará pela possibilidade de desenvolver a investigação do sítio arqueológico e pela musealização do complexo das referidas ruínas, que no futuro poderiam muito bem ser pólos de atracção turística.

A riqueza da península tem fundamentado a importância da necessidade da sua salvaguarda através da criação de diversas destas áreas protegidas. À semelhança do que acontece em outras áreas sensíveis do país Tróia faz parte da Reserva Ecológica Nacional⁷⁴. Mas numa área tão rica ambientalmente a REN não é a única restrição ambiental existente, a influência directa do Estuário do Sado, com a sua especificidade em termos de vegetação, levou à criação da Reserva Natural do Estuário do Sado, através do Decreto-lei, n.º 430/80, de 1 de Outubro. A RNES prevê, igualmente, para a sua Zona Exterior de Influência alguns condicionalismos à intervenção. O PDM de Grândola, no seu Artigo 32º, ponto 2, alínea a), menciona quais as acções efectuadas na RNES a serem submetidas a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental e quais as acções localizadas nestas zonas que possam afectar significativamente o ambiente, nomeadamente empreendimentos turísticos ou industriais, vias de comunicação ou outras infra-estruturas.

Estas são em síntese as principais áreas protegidas da península e as principais restrições à intervenção humana. Na sequência da estrutura definida para o presente estudo a seguir apresenta-se o ordenamento do território como o principal instrumento capaz de condicionar ou facilitar nos dias de hoje determinado uso da natureza.

2. O ordenamento de território como instrumento de regulação dos usos da natureza

Na sequência da inventariação efectuada no Capítulo II o presente capítulo passa também ele pela identificação dos principais protagonistas e, neste caso, pela identificação das propostas de usos da natureza a promover por estes no presente com

⁷⁴ A REN foi criada pelo Decreto-lei n.º 321/83, de 5 de Julho, "com a finalidade de possibilitar a exploração dos recursos e a utilização do território com a salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais". Por sua vez, segundo o reafirmado pelo Decreto-lei n.º 93/90, de 19 de Março, a REN, a par de outros instrumentos, é uma "parte da rede fundamental de protecção das potencialidades biofísicas e culturais do território e, portanto, um instrumento de ordenamento da maior importância". O Artigo 10º obriga à demarcação das áreas nela integradas e das áreas sujeitas ao regime transitório em todos os instrumentos de planeamento que definam ou determinem a ocupação física do solo, designadamente planos regionais de ordenamento do território, planos directores municipais, planos de urbanização e planos de carácter sectorial.

visibilidade no futuro. Sendo certo que no decorrer deste processo, praticamente em simultâneo às intervenções mais centradas sobre o problema da Torralta, se assiste à entrada em vigor de vários instrumentos de ordenamento e gestão do território em várias escalas. São esses os casos, principalmente, do Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano, adiante designado por PROTALI⁷⁵, do Plano de Urbanização de Tróia, neste estudo designado PU de Tróia ou apenas por PU. O primeiro é um instrumento de gestão do território da responsabilidade da administração central, a responsabilidade do segundo é basicamente da Câmara Municipal de Grândola, para aquele que no futuro será o principal instrumento de planeamento e gestão daquela faixa de território.

O PROTALI é um instrumento de ordenamento do território de ordem superior, sucessivamente ao Plano Director Municipal de Grândola e ao Plano de Urbanização de Tróia, é nessa sequência que a seguir se apresentam algumas das suas repercussões. Aliás o seu surgimento deve-se à necessidade do território a que se refere dispor de uma visão estratégica e integrada, de forma a compatibilizar os interesses de âmbito nacional, regional e local, numa dupla perspectiva: do correcto ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável.

Ao pretender traduzir-se numa estratégia articulada de salvaguarda do ambiente e dos seus recursos naturais o PROTALI pretende dar uma especial atenção à sensibilidade biofísica do litoral, e às pressões no sentido da urbanização e da construção a que está sujeito, paralelamente ao desenvolvimento turístico da península. A execução de tais objectivos passa pelo observar do ordenamento e valorização do património natural e paisagístico, mas também pelo controlar da poluição e da degradação em geral, pelo orientar e pelo ordenar o desenvolvimento da actividade turística. Apenas o respeito por estes aspectos permitirá promover o ordenamento e a valorização do património cultural em articulação com o desenvolvimento da actividade turística, no que pressupõe a optimização da localização das actividades humanas e o aproveitamento racional dos seus recursos.

⁷⁵ Previsto pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/89, de 27 de Fevereiro, a qual alertava para o facto do litoral de Portugal estar particularmente ameaçado, considerando já comprometidas grandes extensões por uma ocupação intensa, a exemplo dessa situação no Alentejo afirma: “A faixa litoral do Alentejo - da ponta de Tróia à ribeira de Odeceixe - é, de entre as áreas litorais nacionais, a que apresenta menor ocupação e maior grau de preservação. Têm-se verificado, no entanto, fortes pressões para a implantação de projectos turísticos e de outra índole, que convirá analisar num enquadramento global que permita compatibilizar os aspectos de desenvolvimento com os de conservação dos valores naturais e culturais.”

Talvez por isso o seu surgimento decorra da necessidade de ver regulamentada a ocupação, uso e transformação do solo. E da necessidade da promoção adequada das potencialidades de cada área, bem como de ser estabelecida uma disciplina de edificabilidade capaz de promover a preservação tanto dos valores patrimoniais e urbanísticos como dos valores paisagísticos. Para dar continuidade a esses objectivos o Artigo 40º estabelece para o litoral alentejano várias unidades de ordenamento (UNOR), constituídas "por áreas que, pela sua complementaridade biofísica, social e urbana, requerem um planeamento conjunto e integrado para efeitos de delimitação das áreas de desenvolvimento" (PROTALI, art.º 40).

A partir da conjugação destes instrumentos a capacidade máxima em termos populacionais ou de camas turísticas resulta da conjugação de critérios de natureza distinta, nomeadamente biofísica, físico social, económica e cultural, e corresponde ao limite máximo de ocupação a considerar para as áreas de desenvolvimento turístico (ADT's). No caso que mais nos interessa, o da regulação dos usos da natureza na área de Tróia, correspondente à UNOR1, é atribuída uma capacidade máxima de 10 000 camas turísticas.

Ainda relativamente ao PROTALI e a Tróia especial menção merece o Artigo 56º, através do qual ficam salvaguardadas eventuais alterações. O regime de excepção que esse artigo cria acaba por se revelar como uma peça fundamental sobre as opções para o futuro, especialmente quando colocada em paralelo com as alterações introduzidas por outros instrumentos, ao permitir a alteração dos critérios relativos ao número de camas, conseguida posteriormente através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/97, de 17 de Agosto.

A Resolução atrás mencionada teve não só um importante contributo no processo de recuperação da Torralta, a quem se destinava, como alterou os critérios no que à ocupação turística diz respeito, ao considerar a pressão sobre o ambiente em normal utilização das camas de segunda residência marcadamente inferior às camas turísticas. No seu texto pode ler-se que a capacidade de camas turísticas, em acréscimo às anteriormente construídas e aprovadas, atinge um máximo de 2017 ou, neste limite, qualquer combinação de camas turísticas e de segunda residência. Vindo a considerar que a pressão ambiental média destas últimas 40% inferior às camas turísticas e um ajustamento marginal necessário à viabilização das camas turísticas existentes até ao limite de 294 camas turísticas.

Ora, estas medidas de excepção vão acabar por influenciar todo o processo de recuperação da península, ao definirem os usos a dar àquele território e ao estabelecerem os critérios de ocupação, com reflexos directos e imediatos na concepção do Plano de Urbanização de Tróia. Medidas que funcionam na prática como impulsionadoras de uma nova alteração dos usos da natureza, ao facilitarem a ocupação permanente da península com residências por troca com infra-estruturas unicamente vocacionadas para o turismo.

A elaboração do PU por parte da câmara de Grândola surge na sequência, principalmente, da entrada em vigor do PROTALI e da posterior suspensão da elaboração do Plano de Pormenor da ADT de Tróia no segundo semestre de 1996, segundo é dito, de modo a ser formalizado um projecto turístico de natureza estruturante. Em face destes constrangimentos o PU de Tróia não é apenas mais um instrumento de planeamento e gestão do território, é também um documento de compromisso, na medida em que resultou basicamente de um compromisso entre as entidades envolvidas na recuperação da Torralta.

Não se quer com isto dizer que não se assuma de vital importância para a região, sobretudo quando entre os seus principais objectivos estão a salvaguarda dos recursos naturais e a valorização do património natural, como também a qualificação e diversificação da oferta turística e funcionalidade do conjunto, com a convicção que será o atingir destes objectivos a conferir uma identidade própria à imagem da península. Na prossecução desses vectores derivam as suas estratégias de intervenção, no que dá seguimento ao estabelecido no PROTALI e na RCM n.º 173/97, de 17 de Outubro, no respeitante, nomeadamente, à definição de uma tipologia de ocupação, à definição das áreas a preservar, aos espaços de lazer e recreio, aos transportes e respectivas vias e às áreas com restrições, prosseguindo "uma proposta de ocupação que promova condições de desenvolvimento a partir de uma visão de conjunto do território abrangido e que, assim sirva de quadro e concretização de processos de uso e de transformação dos solos" (PU de Tróia - Relatório)

É para dar sequência a essas linhas que a UNOR1, isto é, a península de Tróia, se apresenta organizada em 9 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UNOP's), correspondentes, segundo assinala, a objectivos e critérios de intervenção urbanística definidos em função das características específicas de ocupação do solo actuais e da necessidade de adopção de soluções específicas de planeamento e gestão urbanísticas

para a sua transformação ou manutenção (PU de Tróia, Artigo 35º). A seguir se apresentam em síntese os usos da natureza propostos para essas 9 UNOP's, as primeiras 4 unidades correspondem ao Projecto de Investimento da Imoareia, a UNOP5 corresponde aos terrenos do Grupo Pestana e as 4 últimas unidades correspondem ao empreendimento Soltróia, aspectos de propriedade de vital importância.

UNOP1 – Núcleo Urbano

Contempla 2906 camas existentes distribuídas pelo Hotel Casino, Aparthotéis Rosamar, Magnóliamar e Tulipamar, e os Apartamentos Turísticos (Bandas). O PU prevê, para além das camas existentes, 1288 novas camas nos Apartamentos Turísticos (Novos) e 700 camas de primeira residência. Prevê "uma ocupação com características fortemente urbanas, determinando uma consolidação da malha através das necessárias operações de reabilitação" (art. 37º).

UNOP2 – Núcleo Urbano-Turístico

Dele fazem parte 306 camas já existentes de um Loteamento Urbano, mais 930 novas camas distribuídas por um aldeamento turístico e por moradias turísticas, num Núcleo destinado "a empreendimentos turísticos, nomeadamente moradias e aldeamentos turísticos, implicando a renovação da área não residencial" (art. 38º).

UNOP3 – Núcleo do Golfe-Hotel

Para além do campo de golfe existente destina-se à localização de um estabelecimento hoteleiro com 600 novas camas, localizado a sul do campo de golfe e irá ocupar a área do antigo parque de campismo.

UNOP4 – Parque Científico e Cultural

Destina-se "à fruição turística da zona das ruínas romanas de Tróia e da zona da Caldeira e sua envolvente" (art. 40º). Por conter as áreas de maior valor paisagístico e patrimonial somente será permitida a instalação de actividades e equipamentos que a valorizem e assegurem a preservação da sensibilidade no seu conjunto, equipamentos confinados à área potencial de ocupação turística. É proposta a localização de um aldeamento turístico ecológico em área a desafectar à zona non aedificandi das Ruínas Romanas com a capacidade para 700 camas turísticas.

UNOP5 – Núcleo Turístico Central

Destina-se a uma ocupação exclusivamente turística, com uma extensa área verde, cuja ocupação passa pelo surgimento de 955 novas camas distribuídas por um hotel com 300 camas e dois aldeamentos turísticos. Essa área, pela sua proximidade ao novo porto de atracagem para veículos, conta com uma denominada Área de Comércio e Serviços, na qual está prevista a instalação de vários equipamentos.

UNOP6 – Loteamento Soltróia

Corresponde aos terrenos da Soltróia, de que fazem parte 3600 camas de segunda residência, que conta ainda com um Núcleo de Recreio Náutico com capacidade para 80 amarrações.

UNOP7 – Núcleo Turístico Sol-Norte

Destina-se a uma ocupação exclusivamente turística, com um aparthotel e dois aldeamentos turísticos, num total de 1420 novas camas turísticas, além de uma área de comércio e serviços e diversos tipos de áreas verdes de recreio e lazer.

UNOP8 – Núcleo Turístico Sol-Sul

Destina-se a uma ocupação exclusivamente turística enquadrada numa área orientada para o desenvolvimento dos produtos turísticos ligados à natureza e ao ambiente, embora

dela façam parte um aparthotel e dois aldeamentos turísticos, num total de 1902 novas camas turísticas.

UNOP9 – Campo de Golfe

Destina-se "predominantemente à prática do golfe e a uma utilização direccionada para a fruição ambiental com zonas de reserva zoológica para as aves aquáticas e refúgios da vida selvagem, devendo compatibilizar o desenvolvimento das actividades e equipamentos com o equilíbrio do ecossistema estuarino" (art. 45°).

Relativamente ao número de camas os valores obtidos seguem os critérios de atribuição previstos no PROTALI para a UNOR1 - 10000 camas turísticas⁷⁶. Neste valor incluem-se as 3706 aprovadas/construídas na Torralta, o que deixa somente 6294 a dividir por todos os proprietários -, ao que se junta a RCM n.º 173/97, de 17 de Outubro, da qual resulta a fixação da capacidade urbanística da península.

O **Quadro 3** apresenta a distribuição prevista do número de camas turísticas, por cada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão e por cada promotor.

Unidade Operativa de Planeamento e Gestão	N.º de camas	Promotor
UNOP1	4194	Imoareia
UNOP2	930	Imoareia
UNOP3	600	Imoareia
UNOP4	700	Imoareia
UNOP5	955	Grupo Pestana
UNOP7	1420	Soltróia
UNOP8	1902	Soltróia
Total de camas turísticas =	10701	

Quadro 3 – Distribuição prevista do número de camas turísticas, por cada UNOP e por cada promotor

De modo similar, o **Quadro 4** apresenta a distribuição prevista do número de camas residenciais, por cada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão e por cada promotor.

Unidade Operativa de Planeamento e Gestão	N.º de camas	Promotor
UNOP1	700	Imoareia
UNOP2	306	Imoareia

⁷⁶ Camas turísticas é um conceito que se refere a lugares (por pessoa) em estabelecimentos hoteleiros e em meios complementares de alojamento turísticos previstos no Decreto-lei n.º167/97, de 4 de Julho.

UNOP6	3600	Soltróia
Total de camas residenciais =	4606	

Quadro 4 – Distribuição prevista do número de camas residenciais, por cada UNOP e por cada promotor

Pela leitura conjunta dos **Quadros 3 e 4** contabilizam-se 10701 camas turísticas e 4606 camas de 2ª residência, totalizando 15307 camas, um valor claramente superior às 10 mil camas previstas pelo PROTALI para a UNOR 1.

A este número de camas acrescem várias infra-estruturas, que no caso de serem equipamentos de utilização pública passam pela construção de alguns edifícios de apoio, ligados à saúde, ensino, desporto, prevenção e segurança pública. Mas podem também ser equipamentos turísticos, como é o caso, no empreendimento Torralta, do casino e da construção de um núcleo de recreio náutico (UNOP1), bem como de um centro ambiental e um centro de pesquisa arqueológica (UNOP4), a que se junta o campo de golfe previsto para terrenos sob a jurisdição da RNES (UNOP9).

Para além de todos estes equipamentos o PU prevê uma profunda alteração da rede viária, com destaque para a desclassificação da E.N. n.º 253-1 e a sua adequação a via urbana. Prevê, igualmente, a implementação de meios de transporte capazes de permitirem o acesso das populações aos equipamentos e às praias. Projectada fica ainda a mudança do cais de embarque para veículos, a localizar na margem nascente da península, a montante das instalações da Marinha e a jusante do porto de recreio da Soltróia, com a manutenção do cais para passageiros.

Depois de apresentadas as UNOP's, as servidões e as restrições, e antes de ser concluída a apresentação síntese do PU de Tróia, importa referir que todos os projectos estão sujeitos à elaboração de Plano de Pormenor (PP), tal como estabelecido no Artigo 41º do PROTALI, na sua proposta o PU deixa em aberto a questão de quais os projectos condicionados a uma Avaliação de Impacte Ambiental (**Quadro 5**).

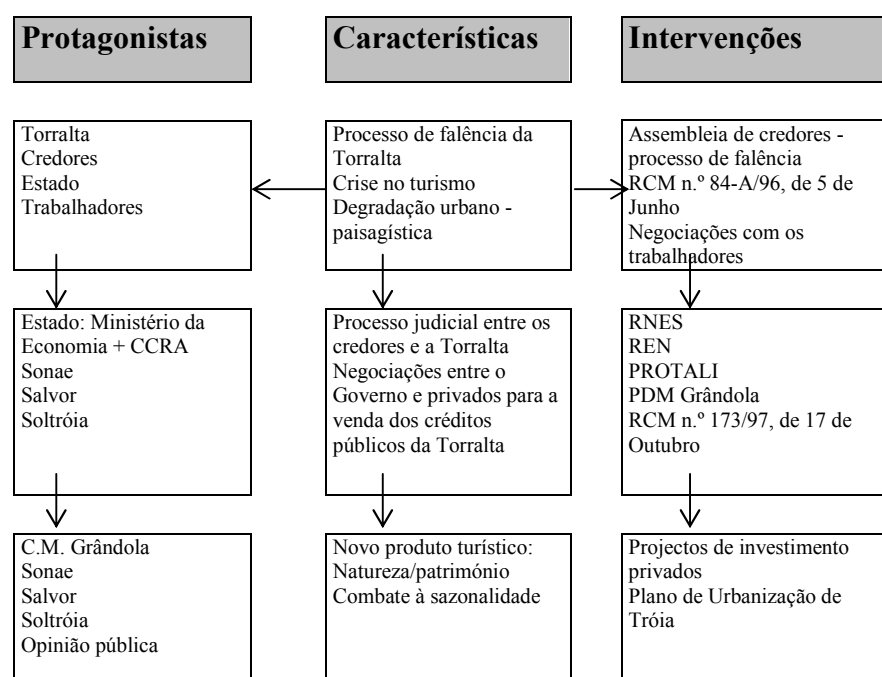
Projectos sujeitos a AIA (PU de Tróia, art. 46º)

- Projectos de natureza turística localizados na UNOP4 – Parque Científico e Cultural, devendo ser, no âmbito da AIA, enquadrada toda a unidade operativa de planeamento e gestão.
 - Projectos de natureza turística localizados na UNOP9 – Núcleo de Golfe, devendo ser, no âmbito da AIA, enquadrada toda a unidade operativa de planeamento e gestão.
 - Cais de atracagem para veículos.
-

- Núcleo de recreio náutico.
- ETAR, remodelação e ampliação das estruturas existentes.
- Quaisquer outros projectos que, nos termos da legislação em vigor, pela sua natureza, localização ou dimensão, se considerem susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente.

Quadro 5 – *Projectos sujeitos a AIA segundo o Plano de Urbanização de Tróia*

No final desta breve descrição das principais questões em destaque na península de Tróia pode resumir-se o processo através do **Esquema 2**, onde se insere o Plano de Urbanização de Tróia como o momento final de um longo processo, no que pretende ser um elemento de viragem. Repare-se no papel preponderante da Torralta na primeira fase do processo e o papel preponderante dos novos promotores privados nas fases seguintes, nas quais se assinala, entretanto, a capitalização do factor ambiente na promoção do turismo, à semelhança do proposto no **Esquema 1**.



Esquema 2 – *Do processo Torralta às novas propostas de ocupação para a península de Tróia*

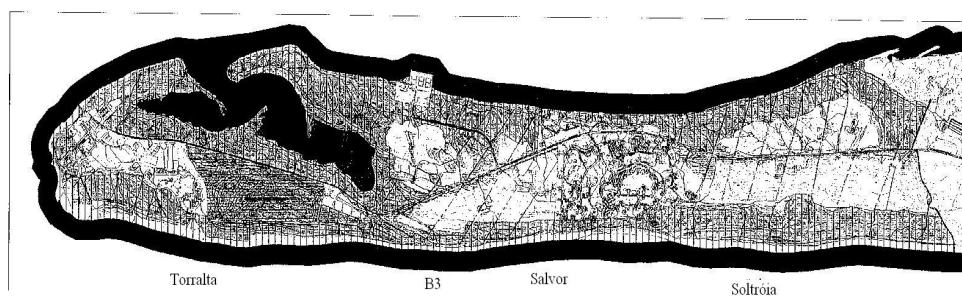
Através do **Esquema 2** ficam identificados os principais protagonistas do processo de recuperação de Tróia e as suas principais intervenções. Após uma maior incidência nas intervenções da administração central e local a seguir apresenta-se em pormenor a intervenção dos principais protagonistas privados. Desde já se conclui, tal

como no Capítulo II, que as questões da posse da propriedade se apresentam directamente ligadas aos novos usos a dar à península.

3. A recuperação de Tróia e os projectos de investimento

O Plano de Urbanização de Tróia não surge espontaneamente, surge no decurso do processo de recuperação da Torralta, embora alargue o seu âmbito a todo o território. Como a seguir se verá, o futuro de Tróia terá necessariamente de passar pela articulação entre os investimentos a realizar e a intervenção reguladora dos poderes públicos em matérias tão importantes como sejam a actividade turística, a sua gestão e planeamento, o ordenamento do território e as áreas protegidas. Ou seja, o futuro de Tróia terá de passar pelo compromisso entre os protagonistas privados, os poderes públicos e a vontade das populações.

No momento em que surgiu o PU identificavam-se vários protagonistas privados e outros tantos conjuntos de empreendimentos. O mais representativo dos empreendimentos equivale à antiga Torralta, correspondente à zona Poente da E.N. n.º 253-1, com uma parte da sua área Nascente correspondente à zona da Caldeira e sua envolvente. Este empreendimento conta já com um total de 3706 camas turísticas e é administrado pela Imoarea depois de ter sido resolvida a recuperação das áreas da citada empresa. Dois outros empreendimentos, denominados propriedade B3 e Salvor, sem quaisquer construções, pertencem ao Grupo Pestana. Por último, o empreendimento Soltróia apresenta-se dividido em duas grandes áreas. A primeira é o denominado Loteamento Soltróia, com 3600 camas de segunda residência. A segunda está subdividida em duas partes, dela fazem parte uma denominada Zona Nascente à EN n.º 253-1, sujeita à jurisdição da RNES, e uma área denominada Zona a Poente à EN n.º 253-1 (**Mapa 2**).



Mapa 2 – Os actuais empreendimentos de Tróia (Fonte: Plano de Urbanização de Tróia)

Fazem parte destes empreendimentos inúmeros imóveis e equipamentos, alguns em estado de degradação ou obsoletos, no que se acrescenta a excessiva volumetria de alguns deles, o que torna mais visível a sua degradação. Destacam-se: 5 torres de apartamentos, 2 deles inacabados; 8 bandas de apartamentos de 3 andares; 7 restaurantes, vários *snacks*, cafetarias, bares e discoteca; um campo de golfe, 3 campos de futebol relvados, 12 campos de ténis, piscina oceânica e olímpica, salas de cinema e de congressos, supermercado e salão de jogos; centro hípico; hotel inacabado e um terreno abandonado para onde estava projectado o casino; 160 ha não explorados pertencentes à empresa Soberana (Grupo Torralta); assim como, o Loteamento Soltróia e os respectivos equipamentos (e o porto de recreio da Soltróia); e, contíguo ao campo de golfe, o parque de campismo desactivado.

O Grupo Pestana, embora não directamente envolvido no processo de recuperação da Torralta, assume, tal com os restantes protagonistas privados, enorme importância no processo de recuperação de toda a península. Na verdade, como atrás se refere, qualquer eixo de intervenção no sentido da valorização e recuperação terá de ser fruto de um esforço conjunto que envolva os promotores, o poder central e local, e as populações que tradicionalmente usufruem daquele espaço natural, assim como os proprietários individuais. Não está somente em causa a recuperação da citada empresa mas, isso sim, a requalificação de toda a península, que terá obrigatoriamente de passar por uma acção concertada entre as partes. Assim sendo, o investimento do Grupo Pestana apresenta-se como mais um importante impulso no sentido da recuperação e poderá funcionar, através do investimento directo que gerará, como um dos garantes da credibilidade do processo, devido à imagem do grupo e do saber fazer inerente à actividade que desempenha.

Ainda que não directamente ligado ao processo de recuperação da Torralta a presença do Grupo Pestana na península remonta a 1987, ano em que no âmbito do aumento de capital necessário ao saneamento económico e financeiro da Salvor, passou a fazer parte do património da empresa um terreno denominado Neptunus. Trata-se de um terreno anteriormente pertencente à Torralta, na sua qualidade de accionista maioritário da Salvor e para onde estavam projectadas 1314 camas.

Dois anos depois, em 1989, após a aprovação pela Direcção Geral de Turismo do conjunto turístico Neptunus a câmara de Grândola aprovou os projectos de infra-

estruturas, iniciando-se a negociação de contrapartidas para a obtenção de Alvará. Todavia, o prolongar das negociações permitiu a entrada em vigor do PROTALI e do Decreto-lei n.º 35/93, motivos mais do que suficientes para provocarem algumas alterações, entre elas o indeferimento do processo por parte do Secretário de Estado do Ordenamento. Anos depois, em 1994, tiveram início contactos com os promotores turísticos da UNOR1 e da câmara de Grândola, de que resultou um acordo relativo à distribuição percentual das camas, vistas as cargas disponibilizadas pelo PROTALI, com a seguinte distribuição em percentagens: Torralta - 17%; Soltróia - 39%; Salvor/Grupo Pestana - 19%; B3/Grupo Pestana - 25%. No início de 1996 tal acordo conduziu, quanto à distribuição percentual das camas, à apresentação do Relatório do Pré-Modelo do Plano de Pormenor, e que resultou na seguinte distribuição de camas: Torralta – 1565; Neptunus/Grupo Pestana - 805; B3/agora Grupo Pestana - 1617; Soltróia – 3302. Feitas as contas o Grupo Pestana ficava com 2422 camas.

Apesar do acordo entre os promotores a câmara de Grândola, no primeiro semestre de 1996, suspendeu a elaboração do Plano de Pormenor da ADT de Tróia, para que fosse formalizado um projecto turístico de natureza estruturante para a península. Entretanto, em 1998 o Grupo Pestana adquiriu ao Banco Nacional Ultramarino e ao Banco Pinto Sotto Mayor um terreno denominado B3, anteriormente também da Torralta. No conjunto das duas parcelas – Salvor e B3 – o Grupo Pestana conta investir, a preços de 1999, cerca de 18/20 milhões de contos, investimento responsável pela criação de 900 empregos directos. E prevê a construção de 3 hotéis – 1 de cinco estrelas – com 400 camas turísticas, 2 de 4 estrelas – com 500 camas turísticas; de um aldeamento turístico de cinco ou quatro estrelas – com 1000 camas turísticas; de um campo de golfe de 18 buracos; e de áreas de animação turística.

O empreendimento da Soltróia totaliza uma área aproximada de 466 ha, dividida em duas áreas. A primeira das áreas possui um total de 133 ha e corresponde ao denominado Loteamento Soltróia, parcela que, de acordo com os critérios estabelecidos pela já várias vezes referida RCM n.º 173/97, de 17 de Outubro, possui 3600 camas de segunda residência. A segunda área do empreendimento possui as seguintes denominações e dimensões: Núcleo Turístico Sol-Norte (98 ha), Núcleo Turístico Sol-Sul (97 ha) e Núcleo do Golfe (138 ha).

Ao loteamento Soltróia, com 3600 camas já existentes, acrescentam-se mais 1420 camas no Núcleo Turístico Sol-Norte, distribuídas por um Aparthotel (300 camas), dois Aldeamentos Turísticos (respectivamente, com 865 e 255 camas), e 1902 camas no Núcleo Turístico Sol-Sul, distribuídas por um Aparthotel (322), dois Aldeamentos Turísticos (respectivamente, com 610 e 970 camas). Totalizando estas últimas 3322 camas. As 3600 camas já existentes correspondem a camas de 2.^a residência e as 3322 a camas turísticas, totalizando o empreendimento 6922 camas.

Na apresentação esquemática dos três empreendimentos resta apresentar o empreendimento da Sonae/Imoareia, um dos principais novos protagonistas surgidos na etapa final do processo da Torralta. Será mesmo de supor que a sua entrada no processo marcará de forma incontestável o futuro do turismo e do ambiente em Tróia, nomeadamente pelo empreendimento que propõe, pelo prestígio do grupo empresarial e pela sua capacidade de investimento.

A partir do disposto no acordo Estado/Sonae⁷⁷ a estratégia da Imoareia procurará actuar de forma estruturante sobre as diversas áreas do seu empreendimento, pelo que a sua proposta de investimento prevê uma intervenção de acordo com as características específicas de cada uma das áreas. Numa postura em que pretende promover a competitividade através da diferenciação de produtos turísticos adequados aos mercados alvo, mas também através da diversificação das infra-estruturas a oferecer, do desenvolvimento de certas actividades e da componente de turismo de segunda residência.

A sua proposta para a requalificação de Tróia, nas suas dimensões económica, urbanística e ambiental, assenta num conceito que capitaliza o ambiente como factor de diferenciação e numa estratégia de ordenamento do território que visa a excelência urbanística e ambiental. Divide por isso o território onde pretende intervir em cinco áreas específicas, de acordo com as características de cada uma delas: o Núcleo Urbano, o Núcleo de Praia, o Hotel Resort, o Eco-Resort e o Campo de Golfe.

⁷⁷ A 9 de Julho de 1997 foi celebrado o acordo entre o Estado Português, representado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Fundo de Turismo e Instituto de Emprego e Formação Profissional - do lado do vendedor; e a Figest – Gestão de Participação Financeira Sociedade de Controle, S.A., a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A., a Solinca – Investimentos Turísticos, S.A., e a Pargest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – constituintes do Grupo Sonae, comprador dos créditos públicos da Torralta.

O Núcleo Urbano resulta da consolidação e requalificação da actual área de 23,3 ha, área que será mantida como área totalmente artificializada, pelo que o Projecto de Investimento da Imoareia não prevê qualquer eventual acção de requalificação ambiental. Este Núcleo surge estruturado em função dos



Foto 4 – Aspecto parcial da Torralta - Praia oceânica

seguintes pólos: porto de recreio, casino e centro de conferências, dome park (área coberta de piscinas e de entretenimento) e área de equipamentos urbanos e serviços.

Caso sejam cumpridos os objectivos de revalorização deste espaço urbano e de requalificação das suas construções, esta parte da península irá servir de zona urbana e vai concentrar as actividades próprias de um ambiente urbano, assumindo-se como pólo de interligação entre os elementos existentes e os novos elementos previstos. Para dar seguimento a tais intenções as características gerais da proposta da Imoareia apontam para uma redução do impacto do actual padrão urbanístico, a passar, designadamente, pela demolição das construções a sul do eixo traçado pelos aparthotéis Rosamar e Tulipamar, onde se incluem os aparthotéis Verdemar e Torre 04, correspondentes à demolição de 40% da área da construção bruta actualmente existente. Segundo previsto no momento de concepção do projecto, o processo de demolição decorrerá em simultâneo com o desenvolvimento de um novo padrão urbanístico de baixa densidade e com a promoção de um sistema de gestão ambiental do território englobando as fases de planeamento, projectos, construção e exploração dos empreendimentos, e dos estudos ambientais necessários. O objectivo é conjugar a intervenção na malha urbana com uma nova hierarquização, dimensionamento e perfil tipo dos arruamentos.

Entre as infra-estruturas previstas para este Núcleo destaca-se a construção do Porto de Recreio, a localizar entre o antigo cais dos hovercrafts e o actual cais dos ferry-boats, com uma capacidade prevista para cerca de 100/150 postos de amarração. A sua escolha ter-se-á ficado a dever à necessidade de minimizar o impacto ambiental e de promover uma infra-estrutura capaz de cumprir a sua função como principal pólo turístico. O porto de recreio será articulado com uma outra instalação tipo marina a instalar na margem Norte.

A outra área identificada no Projecto de Investimento da Imoareia é o *Núcleo da Praia*, localizado a Sul do Núcleo Urbano e distinto deste pelos seus parâmetros urbanísticos, caracterizado por uma menor densidade, pelos baixos valores do coeficiente de impermeabilização do solo e pelo índice de construção bruta. Estamos perante um Núcleo que se articula em 3 áreas com vocação e ocupação distintas: uma área residencial, correspondente à delimitação de 95 lotes; uma área turística, correspondente à localização de um aldeamento turístico; e os lotes já existentes. O referido Núcleo é adjacente à zona de maior extensão do sistema dunar, o que lhe confere um enorme poder de atracção paisagística, ao mesmo tempo que lhe coloca condicionamentos à construção. Envolve ainda uma área de alta sensibilidade - a lagoa.

A terceira das áreas identificadas é denominada de *Hotel Resort*, localizado a Sul do golfe ocupa uma área total de 13,3 ha, integralmente dentro do actual parque de campismo desactivado, compreendida entre a Estrada Nacional e a duna adjacente à praia. E situado na vizinhança de uma outra área especialmente vulnerável, ao ser a zona de fronteira da costa estuarina – representada pela margem da Caldeira – menos distante da linha de costa oceânica.

Na quarta das áreas identificadas está previsto um empreendimento denominado *Eco-resort*. Esta área encontra-se limitada entre a EN a Poente, o limite da REN a Norte e a Nascente, o limite de propriedade a Sul e a zona de protecção da Ruínas Romanas a Nordeste. O Eco-resort passa pela alteração na zonação actual da península, uma vez que se localiza dentro da Zona Exterior de Influência da Reserva Natural do Estuário do Sado, a sul da Caldeira e a Este da Estrada Nacional, com ocupação de um total de 70 ha da Área de Desenvolvimento Turístico. Para atenuar as incompatibilidades com a sua permanência numa área protegida, a instalação prevista passa pela sua harmonização com a paisagem, com a sua localização a estar prevista para o interior da vegetação lenhosa natural, em pequenos núcleos habitacionais dispersos e sobre-elevados em relação ao solo. Num modelo de construção que pensa recuperar para o turismo uma tecnologia de construção tradicional no estuário do Sado - as construções palafíticas - e capitalizar o património ambiental da Caldeira e o património das Ruínas Romanas de Tróia.

A quinta das áreas do empreendimento Imoareia corresponde ao campo de golfe existente, é por isso mesmo denominada de *Campo de golfe*. O promotor não deixa de considerar que o campo de golfe gera, nomeadamente, problemas de limitação da

ocupação do coberto vegetal dunar e consequentes problemas da salubridade da dinâmica associada. Problemas que acarretam ao nível do seu funcionamento e manutenção consequências de ordem hidrogeológica, dada a forte possibilidade de existirem problemas de contaminação do aquífero dunar superficial.

Segundo os elementos de 1999, no Projecto de Investimento da Sonae/Imoareia o promotor prevê investir cerca de 40 milhões de contos, numa proposta de ocupação que contempla um total de 7250 camas. Ora, tendo em conta que já possui 3706 camas turísticas, seguindo o previsto nas linhas gerais do PROTALI e da RCM n.º 173/97, de 17 de Outubro, a distribuição das restantes camas apresenta-se da seguinte forma: 2180 camas em estabelecimento hoteleiros, 1760 camas em aldeamentos turísticos, 2434 em apartamentos turísticos, 876 camas em loteamentos. Estas camas são repartidas pelo Núcleo Urbano – 4014 (Existente – 2906; Novas – 1108), Núcleo de Praia – 1236 (Turismo – 360; 2.ª residência - 570; Existentes – 306), Hotel Resort (600) e Eco-resort (1400).

Após a apresentação do seu Projecto de Investimento e da discussão pública do PU de Tróia a Sonae/Imoareia alargou a sua esfera de influência na península e na região. Ainda em 1999 enceta negociações com a Salvor/Grupo Pestana, com o objectivo de constituírem uma empresa destinada a concretizar o desenvolvimento turístico dos 100 hectares da Salvor em Tróia. Entretanto, segundo noticiado em Abril de 2001, constituiu com a câmara de Grândola a Infratróia, para a gestão de infra-estruturas. E por último adquire a maioria do capital da Soltróia, com a aquisição da parte anteriormente pertença da família Khedery.

Nesta apresentação merece ainda referência o relatório do Tribunal de Contas, do início do ano de 2001, em que adverte para uma perda do Estado com o negócio da venda dos créditos públicos da Torralta ao Grupo Sonae. Para o TC o Estado saiu a perder com esse negócio, poderia ter mais ganhos numa eventual liquidação. O TC critica, igualmente, a atribuição directa do jogo na península ao Grupo Sonae sem que tenha sido feito concurso público.

4. Da discussão pública do Plano de Urbanização de Tróia ao processo de decisão

Até agora foram apresentadas as condições de que Tróia parte para a sua recuperação, ao serem identificadas as principais condicionantes de todo o processo de

recuperação e as principais propostas para o futuro, constituindo o Plano de Urbanização e as propostas dos promotores privados um último esforço. Importa agora identificar as principais opiniões sobre o PU, referentes a um leque mais alargado de protagonistas.

Mais uma vez, agora através da apresentação dos projectos de investimento dos vários investidores, do PU de Tróia e das posições de vários protagonistas face a esse mesmo PU, o objectivo é cumprir o previsto no início deste estudo relativamente aos usos da natureza e aos principais protagonistas. Mas ao contrário da investigação efectuada no Capítulo II, que reconstitui o passado de Tróia, o PU e todo o processo de recuperação correspondem a apenas um episódio presente com repercussões no futuro. Ou seja, do tempo longo que o recurso à história nos permite ocorre uma passagem para o tempo curto, correspondente ao tempo presente, com potenciais repercussões sobre o futuro.

Do que até agora foi apresentado conclui-se que a recuperação da península está praticamente nas mãos dos poderes públicos centrais e locais (Governo e outros organismos públicos, de um lado, câmara Grândola, pelo outro lado), e de várias entidades privadas, no caso os promotores dos novos empreendimentos a realizar (Sonae, Soltróia e Salvor). Num outro vértice encontram-se as associações da sociedade civil ou mesmo cidadãos a título individual (de um lado estão as associações ditas de defesa do ambiente e do outro lado estão associações de carácter mais genérico). Neste cenário vislumbram-se três eixos.

Posteriormente, no **Esquema 3** os três eixos surgem representados, sendo ainda classificada a posição que cada protagonista atribui ao Plano de Urbanização de Tróia, variando a classificação entre Favorável, Condicionado e Desfavorável. Trata-se genericamente da classificação que se pode encontrar *no Plano de Urbanização de Tróia: Anexo I – Pareceres das Entidades*, nesse caso apenas para os pareceres das entidades com jurisdição da península (IPPAR, IPA, RNES, Ministério da Defesa, APSS, JAE), no caso do presente estudo a classificação é alargada a todo o processo e a diversos protagonistas para que melhor se conheçam as posições de grande parte das entidades e de alguns dos cidadãos envolvidos, e se situam os processos de decisão.

1.º Eixo

Para além do próprio Governo e da câmara de Grândola outros organismos públicos têm competências em Tróia e foi no exercício das suas competências que elaboraram o seu parecer ao PU. São esses os casos do Instituto Português do Património Arquitectónico, do Instituto Português de Arqueologia, da Reserva Natural do Estuário do Sado, da Administração dos Portos de Setúbal e Sines (APSS), da Junta Autónoma das Estradas, do Ministério da Defesa Nacional e da Junta de Freguesia do Carvalhal, freguesia a que pertence Tróia.

Do parecer emitido pelo IPPAR destacam-se os seguintes aspectos: adverte para o facto de não ser permitido construir na zona *non aedificandi* das ruínas; condiciona o novo cais de atracagem, os acessos e estacionamento a sondagens arqueológicas prévias, e o acompanhamento das intervenções fluviais e movimentos de terra na zona especial de protecção das Ruínas; alerta para os problemas de erosão fluvial junto às Ruínas e recomenda o estabelecimento de medidas cautelares.

O Instituto Português de Arqueologia considera que as questões de protecção, valorização e revitalização das Ruínas Romanas devem ser mais desenvolvidas e que não deve haver modificações nos limites da zona *non aedificandi*. O IPA rejeita o aldeamento turístico no Parque Científico e Cultural.

A Reserva Natural do Estuário do Sado é desfavorável à instalação do campo de golfe na UNOP9, porque acarreta alguns impactos negativos no ambiente e não se enquadra nos objectivos de conservação da natureza subjacentes ao estatuto de Reserva Natural. É contra a nova localização do cais de atracagem para veículos e a previsão da construção do aldeamento turístico Eco-resort, projectos que devem ser sujeitos a EIA. Adverte ainda para o facto do limite da RNES estar traçado de modo incorrecto na planta de condicionantes, em resultado do qual parte da UNOP8 se encontra em Área Protegida, nomeadamente em Reserva Botânica (ANEXO IV). À posição da RNES adiciona-se a posição do Instituto para a Conservação da Natureza, no qual defende que a Avaliação de Impacte Ambiental prevista para as UNOP4 e UNOP9 deveria ser alargada a todas as acções e actividades contempladas no PU.

Por sua vez, a Administração dos Portos de Setúbal e Sines levanta reservas quanto à localização do Núcleo de Recreio Náutico. A APSS considera que o número de postos de atracagem previstos não se adequa ao conceito de Núcleo de recreio e recomenda a realização de uma AIA.

O parecer de dois outros organismos públicos vai igualmente ao encontro das suas competências. A (ex-) JAE regista a proposta de desclassificação da EN n.º 253-1 e a sua passagem a via urbana e refere a necessidade de licenciamento do nó de ligação no extremo sul. O outro organismo público, o Ministério da Defesa Nacional, é da opinião que o porto de recreio previsto não deve destacar-se da orientação da linha de costa por razões de segurança da navegação.

Por último neste 1.º Eixo, no seu parecer a Junta de Freguesia do Carvalhal inventaria um conjunto de preocupações relativas à mudança do cais de embarque das viaturas, bem como ao estacionamento junto ao cais de embarque dos barcos convencionais, e aos critérios para a admissão de pessoal.

2.º Eixo

Enquanto o 1.º Eixo contempla a posição dos organismos públicos o 2.º Eixo é dedicado aos promotores, cuja vontade foi de algum modo já expressa nas suas propostas de investimento, contudo porque alguns exprimiram a sua opinião face ao PU de Tróia esta será descrita. As posições a que se faz referência são sobretudo da Imoareia e do Grupo Pestana, quanto à Soltróia parece existir uma coincidência entre a sua posição e o PU.

De uma forma geral a Imoareia é favorável ao PU, no entanto coloca algumas reticências: considera a proposta de AIA para o cais de atracagem excessiva e ilegal; esclarece que a infra-estrutura portuária a concessionar e instalar na Ponta de Adoxe é um Porto de Recreio Náutico e não um Núcleo de Recreio Náutico. A mesma Imoareia rejeita nas Ruínas Romanas a exigência cumulativa de pareceres prévios do IPA e do IPPAR, classifica mesmo a acção do IPA como redundante, dispensável e fonte de futuros conflitos de competências

Em contrapartida o Grupo Pestana contesta a solução final urbanística que consta do PU, segundo as suas palavras, por não permitir integrar uma solução de ordenamento do território equilibrada e consensual, que não inviabilize economicamente o aproveitamento turístico dos terrenos de que é proprietária. Em igual sentido acusa o presidente da câmara de Grândola de abandonar e não respeitar, nem equacionar de modo equilibrado os termos do protocolo e do contrato assinado em 1994 com os promotores e destinado à elaboração do Plano de Pormenor, antecedente do PU.

Segundo o Grupo Pestana a ampliação nos seus terrenos da área global da REN vai reduzir a sua área urbanizável, o que resulta na diminuição drástica do número de camas turísticas, com a agravante do PU ter destinado para os seus terrenos a instalação de equipamentos turísticos. A terminar, este Grupo contesta a rejeição pelo PU da sua pretensão de um campo de golfe.

3.º Eixo

O 3.º Eixo apresenta as posições das associações de defesa do ambiente, e de cidadãos a título individual e várias outras associações ou organizações, sem esquecer alguns partidos políticos. Num primeiro bloco encontramos as posições expressas pela Quercus, Geota e Cidadãos por Tróia. Num segundo bloco adicionam-se 55 observações e sugestões ao PU emitidas no decorrer do respectivo inquérito público (que decorreu entre 13 de Julho e 24 de Agosto de 1999) por vários proprietários de Tróia, ao que acresce a posição da Aprosol. Num outro quadro ganham expressão as posições assumidas por alguns partidos, num momento de pré-campanha e campanha eleitoral para as Eleições Legislativas de 1999, entre eles a Coligação Democrática Unitária (CDU) e o Bloco de Esquerda (BE).

O Geota considera positiva a elaboração do PU numa fase anterior ao grande investimento previsto para a região, contudo tece várias críticas à forma como foi conduzido o processo de discussão, que deveria permitir uma ampla participação. O Geota questiona-se sobre como compatibilizar o número de camas obtido com o PROTALI, prevê mesmo ser difícil compatibilizar o número de camas previsto com o dito Plano. Por fim, é contra a construção do campo de golfe na UNOP9 e defende a Avaliação de Impacte Ambiental ao próprio projecto.

Já para a Quercus Tróia não passará da soma de 3 grandes projectos: Imoareia, Grupo Pestana e Soltróia. Segundo esta associação de defesa do ambiente a infra-estruturação de 1/3 da área conduzirá a um excesso de ocupação, além disso as unidades a instalar vão aumentar significativamente o risco de erosão. Critica o PU por este não se referir detalhadamente à ocupação da península no Verão, em particular nos fins-de-semana, períodos em que ultrapassa a capacidade de carga. E condena a construção do Núcleo de Recreio Náutico por obrigar a uma considerável mobilização de terras. Rejeita a construção do campo de golfe, do aparthotel e de parte de aldeamento turístico na RNES (os 2 últimos em Reserva Botânica) e questiona-se se é um loteamento

turístico ou loteamento urbano, propõe ainda a desafecção à construção da UNOP4. Defende Estudos de Impacte Ambiental vinculativos no Parque Científico e Cultural, Núcleo de Golfe, cais de atracagem para veículos, Núcleo de Recreio Náutico e ETAR. A Quercus numa observação genérica acusa o PU de colocar em causa a sensibilidade de uma importante área de conservação da natureza e as características da paisagem.

O movimento Cidadãos por Tróia não se constituiu na prática como um protagonista no processo de discussão do PU, teve apenas uma breve expressão mediática, sobretudo ao nível da imprensa regional e local. Mesmo assim destacam-se as suas principais preocupações: as consequências ambientais do empreendimento; o desemprego que irá trazer, visto ser um projecto imobiliário e não turístico; e a proibição do acesso às praias das populações de Setúbal, muito por culpa da transferência do cais dos barcos.

Ainda no 3.º Eixo não à margem do processo situam-se as posições assumidas por vários partidos políticos, dada a proximidade da campanha eleitoral. O projecto da Sonae foi mesmo classificado por alguma da comunicação social como um tema incontornável da campanha eleitoral⁷⁸. Por Tróia passaram vários dos candidatos por Setúbal, com destaque para os da Coligação Democrática Unitária (CDU) e do Bloco de Esquerda (BE).

Talvez num momento raro a CDU, representada pelo seu cabeça de lista por Setúbal, Octávio Teixeira, foi visitar a Torralta para ser informado pela Sonae das suas propostas para aquele território. No final da reunião, de acordo com as notícias da altura, Octávio Teixeira declarou estar satisfeito com o projecto daquele grupo económico, por permitir a recuperação de Tróia, e por prever a criação de mais de 6 mil postos de trabalho e por preservar o ambiente. Sobre algumas preocupações das populações sobre o condicionamento das praias e sobre a mudança do terminal de automóveis os esclarecimentos prestados pela Sonae parecem ter sido suficientes para desfazer as preocupações existentes.

Numa tónica diferente do candidato da CDU no mesmo contexto pré-eleitoral o Bloco de Esquerda acusa os interesses imobiliários de destruição da península e de não terem sido tomados em conta os interesses das populações. O BE qualifica o

⁷⁸ A propósito das posições dos partidos face ao PU assumidas no contexto pré-eleitoral relativamente à CDU o jornal Público publicou no dia 23 de Setembro de 1999 com o título "Projecto para Tróia É Bom para o Emprego", por sua vez relativamente ao BE, no dia 19 de Setembro de 1999, o mesmo jornal publicou uma notícia com o título "Tróia É o Crime Perfeito".

empreendimento como elitista, acusa mesmo a Sonae de afastar o povo das praias através da mudança do cais do ferry-boat, e o Governo e a câmara de Grândola de cúmplices na destruição de Tróia. Chega a designar o que se projecta como um crime perfeito e a referir-se à prossecução dos projectos como uma espécie de taluda.

Neste 3.º Eixo cabe ainda referir a Aprosol⁷⁹. A denominada Associação de Proprietários em Tróia acusa a câmara de Grândola de ter ignorado os mais de 1200 proprietários da UNOP6 nas reuniões do PU. Sobre o PU é da opinião que a mudança do cais de embarque para veículos visa exclusivamente proteger os interesses da Sonae. A mesma associação considera também que a previsão de projectar um conjunto de equipamentos para a UNOP6 subverte integralmente o diagnóstico do próprio relatório do referido Plano. A Aprosol estima que a rede de transportes públicos dentro da Soltróia vá colocar em causa a imagem de qualidade do empreendimento e encaminhar os utentes para uma praia já saturada entre Junho e Setembro. Cabe registar que, em tónica idêntica à defesa dos interesses dos proprietários associados na Aprosol, situam-se as 55 observações e sugestões dos vários cidadãos individuais proprietários de Tróia, naturalmente sobretudo preocupados com a defesa dos seus próprios interesses.

1.º Eixo	Poderes públicos centrais	Governo	Favorável
		IPPAR	Condicionado
		IPA	Condicionado
		RNES	Condicionado
		ICN	Condicionado
		Ministério Defesa Nacional	Favorável
		APSS	Condicionado
		JAÉ	Favorável
	Poderes públicos locais	Câmara Mun. Grândola	Favorável
		Junta Freguesia Carvalhal	Condicionado

2.º Eixo	Promotores	Sonae / Imoareia	Favorável
		Soltróia	Favorável
		Salvor / Grupo Pestana	Desfavorável

	Organizações de	Geota	Condicionado
--	------------------------	--------------	---------------------

⁷⁹ A Aprosol - Associação de Proprietários em Tróia é entidade detentora do contrato de concessão de gestão de espaços verdes, lagos artificiais, equipamentos de lazer e de utilização colectiva, arruamentos, caminhos pedonais e parques de estacionamento da urbanização Soltróia - Núcleo C1, e representante da maioria dos proprietários desta urbanização. Um contrato que assinou a 18 de Março de 1998 com a câmara de Grândola. Este contrato terá a vedação das praias da autoria da Aprosol em Março / Abril de 1999, em que proíbe, tal como faz referência uma notícia publicada no Expresso de 17 de Abril "a entrada na urbanização a todos os automóveis que não pertençam a residentes ou seus convidados." Atitude que a câmara de Grândola afirmou não estar contemplada no contrato.

3.º Eixo	defesa do ambiente	Quercus	Condicionado
		Cidadãos por Tróia	Desfavoráveis
	Partidos políticos	CDU	Favorável
		BE	Desfavorável
	Outros	Cidadãos individuais	Desfavoráveis
		Aprosol	Desfavorável

Esquema 3 – Principais eixos da discussão do Plano de Urbanização de Tróia

Como anteriormente referido o **Esquema 3** apresenta a síntese da posição de cada um dos protagonistas identificados em cada um dos três eixos, através do uso das categorias *Favorável*, *Condicionado* e *Desfavorável*. De referir que a classificação atribuída a alguns dos protagonistas não diz respeito à totalidade do PU, apenas às áreas ou intervenções em que têm jurisdição, é esse o caso da APSS, JAE, Ministério da Defesa Nacional. De fora do Esquema e dos três eixos ficou a posição da Transado – Transportes Fluviais do Sado, S.A, no qual se mostrou contrária à localização do cais de embarque/desembarque, devido ao aumento do percurso e ao consequente aumento do tempo de transporte, e do consumo de combustível e custo da exploração.

Uma leitura genérica dos três eixos permite concluir que as matérias mais debatidas no processo de discussão do Plano e no contexto em que ocorreram relacionam-se com: a delimitação da REN, a Avaliação de Impacte Ambiental, a mudança de cais de atracagem para veículos, o acesso às praias pelas populações, a construção do núcleo de recreio náutico e criação de emprego pelos novos empreendimentos. Relativamente aos protagonistas o **Esquema 3** permite tirar algumas conclusões:

- I. O 1.º Eixo, correspondente às entidades públicas, e o 2.º Eixo, correspondente aos promotores privados, seguem idêntica tendência, ou seja, de uma forma geral são favoráveis ao Plano de Urbanização de Tróia, exceção feita ao Grupo Salvor/Grupo Pestana ao ver as suas intenções de investimento preteridas em relação às dos outros promotores;
- II. O parecer *Condicionado* de algumas entidades públicas não inviabiliza as propostas para o futuro, as entidades com parecer *Favorável* correspondem às entidades que mais de perto se assumem como fundamentais no futuro de Tróia;

III. No 3.º *Eixo* é praticamente dominante a posição *Desfavorável*, neste eixo a grande excepção é CDU, cuja posição *Favorável* não será indiferente ao facto dos comunistas portugueses assumirem na altura a presidência da câmara de Grândola.

A classificação *Favorável* atribuída ao Governo justifica-se perante o empenho em todo o processo, apesar de, como se verá a seguir, a Resolução que aprova o PU condicionar em alguns aspectos o âmbito do mesmo. O Governo, a autarquia de Grândola e os promotores privados são os grandes impulsionadores e os suportes das mudanças previstas. À semelhança do processo que na década de 60 levou a Torralta para Tróia, os elementos obtidos permitem concluir que o futuro de Tróia será fruto da confluência entre poderes públicos e interesses privados, lamentavelmente em todo o processo parecem ser ignoradas as populações, as quais, dada a singularidade do processo, deveriam ter sido inquiridas desde o início.

Do processo final do PU de Tróia dois momentos de decisão assumem-se como importantes. O primeiro é o momento em que a Comissão Técnica de Avaliação (CTA), após o parecer vinculativo das entidades envolvidas, considera o PU como uma proposta relativamente equilibrada para a totalidade da ADT de Tróia. Segundo a CTA o PU ao cumprir, nomeadamente, os critérios orientadores da RCM n.º 173/97, de 17 de Outubro, e a flexibilidade da capacidade de ocupação preconizada, promove a disciplina urbanística fundamental para a concretização de novos usos e ocupações, assegura de forma global a salvaguarda e valorização do património cultural e ambiental deste território. Também do seu parecer ressalta a necessidade de recurso a Avaliação de Impacte Ambiental das áreas mais sensíveis. Na sua avaliação final a CTA emite parecer favorável ao Plano de Urbanização de Tróia, aprovando-o por maioria, embora as propostas do porto de recreio e do campo de golfe previsto para a UNOP9 tenham sido rejeitadas pela Direcção Regional do Ambiente do Alentejo.

O outro momento de decisão de que acima se fala foi posterior ao processo de consulta pública e ao processo de redacção final do Plano de Urbanização de Tróia, trata-se da aprovação do dito Plano por parte do Governo do primeiro-ministro António Guterres. Se dúvidas haviam quanto ao apoio governamental o Conselho de Ministros, na sua reunião de 6 de Abril de 2000, esclarece todas as dúvidas ao aprovar duas resoluções fundamentais para o futuro de Tróia.

A primeira das Resoluções, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2000 publicada no Diário da República a 9 de Maio, data após a qual entra em vigor o PU de Tróia, ratifica o Plano de Urbanização de Tróia (na sequência da sua aprovação a 30 de Setembro de 1999 pela Assembleia Municipal de Grândola). A referida Resolução aprova de uma maneira geral o PU, no que afirma estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Todavia não deixa de identificar o que chama "excepções das prescrições relativas à UNOP 9 e ao indicador da cêrcea máxima do hotel da UNOP 5 e dos aparthotéis da UNOP7 e da UNOP8". Por isso exclui da ratificação a área correspondente à UNOP9, tal como identificada na planta de zonamento e todas as referências que lhe são feitas no PU. Sobre a UNOP4 menciona que o plano de pormenor deverá ter em conta a necessidade de salvaguarda e valorização das Ruínas Romanas, assim como a delimitação da área verde de protecção e deverá respeitar a *zona non aedificandi* delimitada na Portaria n.º 40/92 de 22 de Janeiro.

A estas restrições se acrescenta a necessidade de processo de Avaliação de Impacte Ambiental, sobretudo em diversas infra-estruturas que servem algumas das unidades operativas de planeamento e gestão, entre elas: o cais de atracagem para veículos; o Núcleo de Recreio Náutico; os projectos de natureza turística localizados na UNOP4 (neste caso o processo de AIA deve enquadrar toda a UNOP); e a remodelação e ampliação das infra-estruturas existentes da ETAR, e outros projectos que pela sua natureza sejam considerados susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente (PU de Tróia, art.º 46).

A outra Resolução acima mencionada foi publicada no Diário da República do dia 8 de Maio com a designação de Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2000. Com a publicação desta Resolução fica garantida a execução do contrato prévio assinado entre o Estado e a Sonae/Imoareia em 9 de Julho de 1997, revogando o novo contrato esse outro, com vista à recuperação e consolidação da sociedade Torralta – Club Internacional de Férias, SA. O referido contrato inclui vários anexos, com destaque para o contrato de "concessão do exclusivo de jogos de fortuna e de azar na Zona de Jogo de Tróia a uma sociedade totalmente dominada pela Imoareia, SA", bem como para o contrato de "concessão de construção e exploração de uma marina na Península de Tróia" e para o contrato de "concessão do direito de uso privativo de bens

do domínio público". O último caso refere-se à exploração de um serviço de transporte fluvial de passageiros, não regular e com fins turísticos, entre Tróia e Setúbal.

Ficam em síntese identificados os principais usos da natureza propostos para o futuro, assim como os factores que os impulsionaram e os protagonistas responsáveis por tais alterações. Apesar dessa identificação o futuro está rodeado de incertezas, sobre a execução do Plano de Urbanização de Tróia apenas se podem prever cenários, que a efectiva elaboração dos Planos de Pormenor e dos Estudos de Impacte Ambiental reforçará. Uma certeza terá de existir, a aplicação do princípio da prevenção parece ser a atitude mais adequada, acompanhada da monitorização progressiva dos projectos a realizar e de medidas de minimização dos impactes.

Em jeito de últimas palavras importa antever prováveis conclusões. Recorde-se que o Capítulo III se enquadra numa apresentação mais vasta dos usos da natureza, que teve início logo nas primeiras páginas deste estudo: primeiro, no domínio conceptual, com a definição e diferenciação de conceitos com sejam os de natureza e ambiente, e com a referência à ecologia; depois com a referência a usos da natureza em vários momentos da história da Humanidade e em várias escalas, sendo guardada uma secção para uma breve apresentação dos usos da natureza ao longo da história de Portugal e uma outra para usos na área adjacente a Tróia, na sequência do qual o Capítulo II desceu de escala e foi dedicada à história do ambiente da península; antes desse capítulo houve ainda tempo para retomar a dimensão conceptual, dessa vez para se abordarem temáticas como a do risco, associada a princípios como sejam o da prevenção e da precaução; sem esquecer a várias vezes mencionada ética da responsabilidade, nem a tão em voga sustentabilidade.

Neste enquadramento o presente capítulo é uma nova descida na escala, desta vez não no âmbito geográfico, esse permanece idêntico ao capítulo anterior, mas ao contrário desse outro fica retido apenas num curto período histórico e dele pretende analisar apenas um fenómeno – o processo de recuperação da Torralta e papel dos protagonistas associados a tal processo. Mais uma vez a descrição exaustiva do processo pretendeu deixar clara a importância dos referidos protagonistas e a importância das suas intervenções, mas serviu igualmente para dar a conhecer alguns aspectos inerentes à tomada de decisão. Sobre esta matéria pode já adiantar-se o seguinte: o peso de todos aqueles que durante o momento analisado mostram interesse, ou chegaram mesmo a intervir em Tróia, impulsionou junto dos poderes públicos um desejo tão grande em

solucionar o grave passivo da Torralta que este acabou por se saldar em enormes cedências e facilidades.

As cedências de que se fala podem muito bem comprometer o futuro da península, com a agravante de não incidirem apenas directamente nos acordos (onde se situam as contrapartidas financeiras), pior ainda, tratam-se de cedências com reflexos directos no ordenamento e gestão do território. Por conseguinte, estamos perante motivos mais do que suficientes para se questionarem os critérios de sustentabilidade dos próprios instrumentos que regulam ou passam a regular os usos humanos da natureza em Tróia, visíveis nas alterações dos próprios critérios subjacentes à capacidade de carga e na promoção de novos usos. Talvez se deva mesmo questionar a existência de tais critérios, só assim se perceberá a coincidência por vezes existente entre os interesses privados e os instrumentos públicos de regulação, embora se acredite que a recuperação por todos desejada apenas se vislumbra possível com os investimentos privados.

Conclusão

A vontade do homem em transformar a paisagem e o que seria a sua vocação original não é obra das sociedades modernas. A partir do Neolítico passou a transformar e a gerir a natureza. A agricultura, a domesticação dos animais, as primeiras infra-estruturas e áreas urbanizadas constituem a etapa inicial da intervenção do homem sobre a natureza.

Na história de Portugal, à semelhança da história do Planeta, os primeiros testemunhos de usos da natureza são os da prática agrícola e da caça. Posteriormente, com os Descobrimentos, quem nos diz é Carlos Almaça, alguns dos colonizadores, missionários e humanistas foram sensibilizados pela natureza e diversidade com que se depararam, descrevendo e figurando as formas dos animais aí existentes. António Galvão, na Ásia, José de Anchieta Cardim, Gaspar Afonso, Gabriel Soares de Sousa, Pêro de Magalhães de Gândavo e Frei Cristóvão de Lisboa, no Brasil, incluem-se no grupo de naturalistas que nos séculos XVI e XVII estudavam faunas tropicais e consignaram as suas observações em cartas memórias manuscritas ou livros. Segundo o mesmo Carlos Almaça, *Os Lusíadas* são um exemplo da relação do homem com um novo mundo, sobretudo com as referências à zoologia, constituindo uma das primeiras obras de zoologia moderna (Almaça, 1973 e 1993).

Séculos mais tarde, em 1764, o naturalista italiano Domingos Vandelli vem para Portugal dirigir o Laboratório de Química de Coimbra, de que será encarregado da disciplina de Zoologia e Mineralogia. Em 1772 por iniciativa do Marquês de Pombal foi reformada a mesma Universidade. Também por iniciativa do Marquês de Pombal, com a principal função de participar na educação científica dos príncipes, foi promovida a criação de um Gabinete de História Natural e um Jardim Botânico, o Jardim Botânico da Ajuda, apenas concluído no reinado de D. Maria II. Sobre o séc. XVIII a obra antes referida de Pedro Calafate dá conta do Século das Luzes português, a partir da pesquisa e análise dos textos de Luís António Verney, do Padre Teodoro de Almeida, do Frei Manuel do Cenáculo, de Bento de Sousa Farinha e de António Ribeiro dos Santos. Ambos empenhados em expressar "uma profunda harmonia entre a física e a teologia natural" (Calafate, 1994: 47).

A industrialização adiada teve como vantagem para o país o conhecimento tardio dos seus efeitos sobre o meio natural. Contrariamente, na história do Planeta a Revolução Industrial correspondeu aos primeiros atentados contra a natureza numa

escala progressivamente alargada. O homem da Revolução Industrial dá início ao consumo de combustíveis fósseis em quantidades cada vez maiores, entretanto, como reflexo do uso de tais combustíveis, tem início a libertação de poluentes para a atmosfera. Mas esses sinais parecem ter sido insuficientes para deter o homem, a sua intervenção sobre a natureza não tem cessado, pelo contrário, tem-se agravado.

Com tantas transformações a decorrer e perante múltiplas preocupações ambientais o séc. XIX vê surgir a ecologia como ciência. Esta nova ciência não surge por acaso, cada vez mais a sua visão holista muito tem a ver com o facto dos novos problemas ambientais ultrapassarem as fronteiras dos países, principalmente porque a acção do homem sobre a natureza tem colocado a descoberto o fim do mito de uma ciência unicamente como criadora. Uma ciência e uma técnica que outrora permitiram ao homem conhecer melhor a natureza e tirar dela proveito, passam a revelar nos usos humanos da agora denominada tecnociência os seus potenciais efeitos nefastos sobre a natureza onde se aplicam.

O séc. XX veio reforçar o que agora é muito comumente denominado por ambiente, e que na prática corresponde ao conjunto de componentes que constituem a ecologia, a que se acrescentam, nomeadamente, os componentes socio-culturais e as inter-relações entre estes e os componentes da ecologia. E em que entram em grande evidência os recursos naturais ou a ausência deles, sem esquecer um elemento determinante, as decisões sobre o meio ambiente são cada vez mais decisões políticas, embora tomadas com o recurso ao parecer científico.

Se a ecologia é a ciência holista que estuda o meio natural, o ambiente traduz e reflecte a intervenção do homem sobre a natureza, uma intervenção em que deve ser reafirmada a sua responsabilidade sobre esta. Talvez por isso no ambiente ganhem destaque questões como: o tipo de recursos, renováveis ou não renováveis; a própria natureza como recurso, cénico ou instrumental; paralelamente às questões sobre que impactos produzidos pelo homem no uso de determinado recurso, como sejam, a deterioração e contaminação do ambiente, ou o desordenamento do território.

Com contornos distintos em Portugal e no resto do mundo as últimas três décadas do séc. XX foram marcadas principalmente pelo activismo ecologista e pela crescente importância da ciência nos processos de tomada de decisão, mas também pelo aumento da importância do ambiente à escala global. Em 1972, como momento de viragem na preocupação ambiental e na tentativa de serem alcançados compromissos

políticos a nível internacional, tem lugar em Estocolmo a primeira Cimeira das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Dez anos depois, em 1982, influenciada pela publicação da Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou um documento que reunia aspectos-chave na protecção ambiental – a Carta Mundial para a Natureza. Em termos de manifesto de intenções a Carta da Terra aprovada na Cimeira do Rio constitui um importante momento na defesa do Planeta.

Perante a iminência ou mesmo da ocorrência de várias catástrofes antrópicas e naturais, reflexo da acção do homem – como o aquecimento global, as chuvas ácidas, o buraco na camada de ozono, a desertificação –, é a ciência e o compromisso político que procuram respostas no sentido de ser limitada a acção do homem sobre o seu próprio habitat, para assim serem garantidas as condições de existência às gerações futuras. Através de uma preocupação que corporiza a dimensão de responsabilidade humana, com a aplicação de princípios como o da precaução e da prevenção, e que tem como alvo da intervenção o próprio Planeta. E num processo fortemente induzido pela acelerada industrialização, responsável pelo rápido passar dos riscos de extinção de espécies e de esgotamento dos recursos minerais para riscos à escala planetária, responsáveis pela caracterização da nossa sociedade como sendo *sociedade de risco*. Para além desses problemas outros se levantam, entre eles o da intervenção sobre a natureza ser já de tal monta que a nossa sociedade poderá estar já a viver para lá do fim da própria natureza, perante a eventualidade de tudo pode já ter sido sujeito à intervenção humana (Beck, 1992; Giddens, 1996 e 2000; Luhmann, 1993 e 1997).

Os efeitos nefastos da acção do homem sobre o ambiente, a falta de recursos renováveis e as desigualdades humanas no acesso aos recursos, estão entre os factores que colocam o próprio homem perante a necessidade de assumir a sua responsabilidade. Nas suas intervenções sobre a natureza estão agora cada vez mais em causa as gerações futuras, porque condicionadas às decisões do presente, e por isso vivem o impasse das decisões a tomar e dos compromissos a conseguir. Este é um dos principais desafios da sustentabilidade e um dos principais desafios que sobre os espaços naturais se colocam. Numa natureza que tem no próprio homem uma das suas partes integrantes, com a singularidade de ser o seu único membro com capacidade de a transformar.

Mesmo Francis Fukuyama, numa obra dedicada à problemática da biotecnologia, concorda com o que acima é dito, ao afirmar ser necessário “ter prudência no que respeita à ordem natural das coisas e não julgar que nos é possível melhorar a natureza por meio de intervenções avulsas. É uma verdade que já foi confirmada pelo ambiente: ecossistemas são conjuntos interligados, cuja complexidade muitas vezes nos escapa; a construção de uma barragem ou a introdução de uma monocultura em determinada área introduzem rupturas invisíveis nessas ligações, destruindo o equilíbrio do sistema de forma totalmente inesperada” (Fukuyama, 2002: 156).

Por conseguinte, a questão do desenvolvimento sustentável assume-se como determinante na salvaguarda do Planeta. Os acordos alcançados têm como objectivo a salvaguarda do Planeta, através de compromissos entre Nações elaborados e aprovados pelos representantes de vários países em tratados ou convenções internacionais. Entre esses documentos está o Relatório Brundtland, a partir do qual ganha raízes a noção de que tanto se fala, a de *desenvolvimento sustentável*. Uma noção que recebeu da Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, um novo alento, embora dez anos depois esse novo alento tenha sido parcialmente frustado na Cimeira de Joanesburgo, realizada no final do Verão de 2002.

Em Portugal, embora tardiamente, nas mesmas últimas três décadas do séc. XX alguns aspectos e alguns protagonistas merecem ser mencionados. A primeira referência com significado histórico vai para a Portaria de 19 de Junho de 1971 que cria a Comissão Nacional do Ambiente, em cujo esforço esteve empenhado o Eng. José Correia da Cunha. Quer a Comissão quer Correia da Cunha estiveram em evidência no momento da participação do país na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972. Porém, da fase de preparação da Conferência tinha já resultado em 1971 o primeiro Relatório Nacional sobre os Problemas Relativos ao Ambiente.

O Portugal do pós 25 de Abril de 1974 ficou assinalado por três aspectos essenciais. O primeiro reconhece o esforço de algumas das figuras que nas últimas décadas têm marcado a defesa do ambiente no país. Dos vários nomes que se devem apontar destacam-se os do Arq.º Gonçalo Ribeiro Telles e do Eng.º Carlos Pimenta, responsáveis pela inserção definitiva do ambiente na agenda política. O segundo dos aspectos corresponde à adesão do país ao espaço europeu, depois traduzida pelo

despertar da política do ambiente e que veio exigir um enorme esforço por parte de todos os protagonistas no sentido de adequar o país às regulamentações comunitárias. Como reflexo directo surge a Lei de Bases do Ambiente de 1987, um documento a partir do qual a política nacional de ambiente ganhou um dos pilares. Do mesmo ano é a criação do Instituto Nacional do Ambiente e a Lei de Bases das Associações de Defesa do Ambiente. Na década de 90 a crescente importância atribuída ao ambiente ficou bem patente nas Presidências Abertas efectuadas por Mário Soares.

Numa outra referência introduz-se a participação dos cidadãos na defesa do ambiente, sobretudo nas denominadas Organizações Não Governamentais de Ambiente, grande parte das quais encontrou na opção nuclear tomada em 1974 motivo para emergir, altura em que Afonso Cautela se assumiu como uma das principais vozes contra o nuclear. São no entanto anteriores ao 25 de Abril de 1974 as raízes da protecção da natureza, por exemplo, a década de 40 é marcada pelo pioneirismo dos fundadores da Liga de Protecção da Natureza (Nave, 2000).

A década de 80 foi marcada pela denominada *guerra dos caulinos* em Barqueiros, que opôs a vontade das populações à vontade dos empresários e de alguns políticos. A mesma década é também marcada pelas intensas movimentações transfronteiriças de populações e ambientalistas em protesto contra a vontade do governo espanhol querer construir um cemitério de resíduos nucleares na vizinha Aldeadavilla. A década de 90 foi basicamente marcada pelas várias fases do processo de contestação em redor dos resíduos industriais perigosos, num processo conhecido no final da década como projecto de co-incineração, dada a opção pela queima destes resíduos em fornos das empresas cimenteiras. Por último, os finais da década de 90 são marcados pelo surgimento do Observa, de que resultaram o *I e II Inquérito Nacional os Portugueses e o Ambiente*, e vários relatórios temáticos.

Nestas três décadas a estes exemplos deve ser adicionada a crescente mediatização do ambiente, tanto a crescente importância que vem assumindo nos meios de comunicação clássicos, onde conseguiu especializar-se, como nos novos meios de comunicação. Na Internet chega onde antes não pensava chegar, vê crescer o número de interessados e vê aumentadas as suas exigências de informação. É esse o caso dos EIA que passaram a ter praticamente como obrigatória a colocação do resumo não técnico num suporte acessível ao público.

Este constitui em síntese o contexto exterior a Tróia que impulsionou o estudo dos seus usos da natureza. O caminho seguido no Capítulo II justifica-se face à ausência de qualquer trabalho de reconstrução histórica da península, por isso mesmo a tarefa a que se propôs foi proceder a essa reconstrução, com a particularidade de no centro dessa reconstrução se encontrarem os usos da natureza que caracterizaram cada período levado à análise. Assumindo desde logo que em Tróia, como em todo o Planeta, muito haverá a ganhar com o conhecimento do passado, sabendo-se de antemão que o homem desde que começou a intervir na natureza começou a alterá-la. Uma acção que aparentemente tem sido em seu próprio proveito, embora seja questionável, tanto no passado como no futuro, esse proveito, uma vez que, sendo o homem uma parte integrante da natureza agir contra ela corresponde a agir contra si mesmo.

Os dados recolhidos permitem concluir que Tróia, apesar de ser apenas uma estreita faixa de território, possui uma história recheada em acontecimentos. O séc. XX corresponde à emergência de novos protagonistas e são eles que vão fomentar novos usos. A divisão em dois períodos principais (1919-1960 e 1961-1974) permitiu melhor verificar as alterações aos usos em cada momento histórico.

O estudo conclui pela relevância das notícias referentes à *Praia*, contudo, apesar de ser o registo mais frequentemente alvo de notícia, espelha somente o que se passa durante os meses da época balnear e na faixa litoral. A análise indica que no início do século os usos preponderantes eram a *Agricultura*, a silvicultura, a pesca e a caça, usos que gradualmente vão ter os *Banhos* na praia da Tróia como uso complementar nos meses da época balnear. Os *Banhos* na praia da Tróia fazem parte de um passado quase longínquo. Durante décadas famílias de Setúbal, Lisboa, Alentejo e mesmo de Espanha enchiam as praias e as carreiras fluviais do Sado, em detrimento das praias poluídas e progressivamente infra-estruturadas de Setúbal. Posteriormente, num processo inseparável da melhoria registada nos transportes fluviais, os banhistas cedem lugar aos campistas e depois aos turistas.

A década de 60 marca definitivamente o fim de uma Tróia de tradição agrícola e de um lugar do sonho e do bucólico. A mudança de proprietário deixa de ser inocente, a península passa a ser propriedade de uma Sociedade Turística - a Soltróia. O território que antes quase só se moldava ao sabor das colheitas passa a sofrer a pressão no sentido da exploração turística em toda a sua extensão. Paralelamente, a nova Sociedade, numa

clara demonstração de força e de domínio territorial, afasta as pessoas que possuíam casas de veraneio e toma para si a gestão de todo o território, com excepção do Domínio Público Marítimo. Tudo aconteceu com alguma permissividade e apoio dos poderes públicos que, de uma maneira geral, aprovaram as suas intenções de investimento e as suas pretensões dominadoras.

Ainda no final da década de 60 a entrada da Torralta no empreendimento turístico da Ponta do Adoxe estabelece os contornos do projecto de uma cidade turística em Tróia, um projecto a que o Estado Novo deu o seu apoio directo, tantas vezes demonstrado em visitas ou sessões inaugurais presididas pelo próprio Chefe de Estado, e na condecoração atribuída aos irmãos Silva. Além da grandeza do projecto previsto uma particularidade marca o novo empreendimento, seria financiado através do recurso às pequenas economias, com a venda de títulos de ocupação aos futuros frequentadores da península, que com essa venda se constituíam em accionistas da empresa e beneficiavam de regalias na estadia.

A crise petrolífera de 1973 e a Revolução de Abril de 1974 estão entre os factores que facilitaram o declínio do projecto de uma cidade turística em Tróia. Algumas infra-estruturas foram ainda colocadas ao dispor dos turistas, outras nunca viram a sua construção terminada, permanecendo inertes durante anos aos olhares dos vários responsáveis políticos. O declínio do projecto lançou a região numa crise com contornos ainda não estudados, bem patente na luta dos trabalhadores pelos postos de trabalho e pelo seu salário, e nas divergências entre pequenos e grandes accionistas. Estes são apenas alguns dos aspectos que caracterizaram a passagem da Torralta pela península, com reflexo no próprio ordenamento do território no momento da tentativa de resolução do grave problema ambiental e económico herdado.

O Capítulo III recupera as propostas mais recentes para Tróia, surgidas após acordo no sentido da resolução do problema da Torralta e que vão regular e condicionar os usos humanos da natureza num futuro próximo. Um aspecto deve ser desde logo mencionado, quando muito se fala em desenvolvimento sustentável o futuro da península surge vinculado ao processo de recuperação da Torralta, com reflexos no ordenamento e gestão do território. São bem conhecidas as progressivas cedências do Estado aos agentes económicos privados, reflectindo-se na definição dos critérios de uso e de ocupação, e que prometem condicionar a futura ocupação e os futuros usos.

À frente dos exemplos das cedências do Estado encontra-se a RCM n.º173/97, de 17 de Outubro, surgida escassos meses após o acordo preliminar assinado entre o Estado e o Grupo Sonae. Através dela verificou-se uma alteração dos critérios subjacentes à carga turística, suportados pela alteração dos critérios relativos ao número de camas e pela transformação da vocação *original* de Tróia – o turismo – para uma vocação aberta ao sector imobiliário. Alterações que o texto do PROTALI fomentou por via da permissividade facilitada pelo seu Art.º 56.

Com a resolução do problema da Torralta o Estado dá cumprimento aos protocolos com os promotores, mas para dar cumprimento a estes protocolos dificilmente cumprirá o compromisso com as gerações futuras. Uma coisa é certa, não se deve ignorar que as entidades privadas se assumem como peças fundamentais em todo o processo de recuperação da península, sem as quais essa recuperação estaria porventura dificultada, na medida em que são elas a disponibilizar os recursos financeiros indispensáveis à revitalização de Tróia. Não deveremos é esquecer que cabe às entidades públicas zelar pelo interesse comum, neste caso regulando as intervenções sobre o território. Do mesmo modo caberá a cada cidadão defender o património que a todos pertence.

No final da década de 90 o Plano de Urbanização de Tróia retoma parte do que no passado não foi conseguido. Em termos gerais, podemos dizer que o modelo de desenvolvimento previsto para a península não sofre qualquer alteração, dá apenas sequência e especializa o modelo implementado nas últimas décadas. O PU ao pretender ser uma das componentes da resolução do problema da Torralta aproxima-se da ideia de uma cidade turística, agora alargada a toda península, ao intervencionar a quase totalidade do território e deixar poucas parcelas livres da intervenção humana. Excepção feita às áreas declaradas protegidas, algumas entretanto criadas, embora também elas cada vez mais sujeitas às pressões humanas. A própria divisão em unidades operativas de planeamento e gestão sugere a proximidade do PU com o projecto de uma cidade turística alargado a todo o território.

O cenário que se projecta para o futuro reforça a artificialização da península, onde apenas vão permanecer os poucos “santuários naturais” expostos ao olhar humano. Da Tróia do passado apenas restará a memória do belo ou do ilusório. As acções previstas ou já colocadas em prática correspondem à sempre crescente e avassaladora litoralização do país. Um litoral sujeito a fortes efeitos impactantes, fortemente

negativos sobre os ecossistemas, por si só frágeis por se tratarem de ecossistemas de transição entre o meio terrestre e o marinho, depois com nítidas repercussões na actividade que os criou. E com nítidos impactos visuais, a par da poluição com origem nos núcleos urbanos e da erosão da linha de costa, assim como de impactos sociais e ecológicos negativos.

A península de Tróia, à semelhança de outras áreas sensíveis do litoral português em que a intervenção humana apresenta resultados nem sempre abonatórios no que à defesa do espaço natural se refere, é um exemplo da indefinição do que se quer para o futuro das áreas protegidas e sobre o modelo de ocupação potencialmente mais adequado para estas áreas tão sensíveis ambientalmente. Está em causa a herança legada pelos nossos antepassados e a possibilidade dessa enorme herança cumprir a sua história e ser transmitida às gerações futuras.

Tal como pressuposto no domínio dos princípios pela noção de sustentabilidade, impõe-se a implementação de uma política de gestão e ordenamento do território capaz de promover o uso dos recursos de modo equilibrado, sem colocar em causa o equilíbrio frágil daquele ecossistema. Estamos perante uma questão da maior pertinência, precisamente num momento como este em que se pretende intervir sobre o território, de uma forma que se pretende seja capaz de responder às necessidades de salvaguarda do património, natural e construído, e a anunciada necessidade de revitalizar o turismo.

Talvez por isso, terminar-se este estudo não pressupõe o derrubar das dúvidas e das preocupações quanto ao futuro de Tróia, uma vez que ao estarem em causa os impactos da acção do homem sobre a natureza é enorme a dificuldade em identificar o alcance a longo prazo desses impactos. No decurso de todo o processo podem intervir variáveis nunca antes levadas à consideração ou haver uma recombinação não prevista de variáveis e gerarem-se impactos com efeitos nefastos sobre o equilíbrio do ecossistema. É a pensar em tais eventualidades que o *princípio da precaução* ganha maior pertinência, e a sua aplicação deverá ocorrer nos casos em que forem suscitadas dúvidas sobre as propostas de ocupação previstas. Aspectos não totalmente tomados em linha de conta nos processos de decisão sobre o futuro da península.

Para o futuro a questão que se coloca é a seguinte: *Como conseguir encontrar garantias mínimas de que a tão necessária recuperação turística não 'arrasta' consigo o ultrapassar dos limites sociais e ambientais?* A resposta a esta questão será a resposta a uma outra questão, esta mais genérica: *Deverá a melhoria da qualidade de vida*

humana ser feita à custa da degradação do ambiente? Será preciso tomar em conta que esta alteração comportará riscos acrescidos, favorecidos pela facilidade das deslocações, ao que acresce a dispersão pelo ano inteiro e a dispersão pela grande maioria do território. Em todo este processo de uma coisa teremos de estar certos, a Terra não é apenas a morada da Humanidade, é também a morada de outras espécies e um lugar de paisagens que importa igualmente preservar. Mais ainda, o ambiente é um problema comum a todos nós, facto que só por si deve merecer o empenho de todos.

Uma última nota vai para a questão dos *Transportes*, uma questão transversal aos usos da natureza e responsável pela promoção de novos usos. No futuro assim deve continuar, sendo de prever que a melhoria dos transportes servirá um uso residencial que se poderá tornar predominante. Agora, como no futuro, as condições naturais e as boas acessibilidades colocam Tróia num dos locais mais apetecíveis ao uso turístico e residencial, com a particularidade de se situar numa posição geográfica estratégica face a Lisboa e face a Espanha.

O factor acessibilidades e a futura denominação de turismo ecológico são os grandes responsáveis pela abertura de um enorme leque de oportunidades para uma actividade turística, agora apostada num turismo em espaço natural capaz de combater a sazonalidade do produto *sol e praia*. A conjugação das boas acessibilidades, com bons valores naturais, paisagísticos e patrimoniais, vão permitir, dependendo da infra-estruturação do território, alargar o leque de produtos a oferecer ao turista. Tal facto irá reflectir-se na carga sobre a península, com a probabilidade de atingir pontos de ruptura durante a época balnear, principalmente ao fim de semana.

Bibliografia

- AAVV, "Environmental codes of conduct for tourism", in *Technical Report*, n.º 29, UNEP IE - United Nations Environment Programme Industry and Environment.
- AAVV, "Ruínas de Tróia têm Programa de revitalização - primeira fase começou em Setembro" in *Património Cultural*, n.º8, Setembro, 1988.
- AAVV, "A arborização das serras em Portugal – Função económica e social, Conferência proferida na Associação dos Bombeiros Voluntários de Monção, no dia 7 de Dezembro por João da Costa Mendonça" (1991), Secretaria de Estado da Agricultura, Lisboa.
- Almaça, Carlos (1973), *Alguns comentários a estudos sobre a zoologia de "Os Lusíadas"*.
- Almaça, Carlos (1993), *Bosquejo histórico da zoologia em Portugal*, Lisboa, Museu Nacional de História Natural / Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico.
- Almeida, Maria Antónia Coruche de Castro e (1987), *Aplicação de métodos de engenharia biofísica na estabilização do sistema dunar: Península de Tróia*, Lisboa, Prova de Doutoramento, Instituto Superior de Agronomia - UTL.
- *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana* (1851), Lisboa.
- António Barreto, "O Estado e a Reforma Agrária: 1974-76" in *Análise Social*, 77-78-79, 1983.
- *Apontamentos sobre a Península de Tróia* (1924).
- Aristides Leitão, "Turismo em Áreas Protegidas" in *Correio da Natureza*, n.º3, 3.º Trimestre 1988.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage.
- Beckert, Cristina (Coord.) (2001), *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Bell, Judith (1997), *Como realizar um projecto de investigação. Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, Lisboa, Gradiva.
- Bourg, Dominique ((Dir.) (1997), *Os Sentimentos da Natureza*, Lisboa, Instituto Piaget.

- Bourg, Dominique (1998), *Natureza e Técnica: Ensaio Sobre a Ideia de Progresso*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Brandão, Nuno Goulart (2002), *O espectáculo das notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Burgess, Robert G., *A Pesquisa de Terreno: uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Burke, Peter (1980), *Sociologia e História*, Porto, Edições Afrontamento.
- Calafate, Pedro (1994), *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Caldas, Eugénio Castro (1991), *A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Camprubí, Ramón Bosh *et al* (1998), *Turismo y Medio Ambiente*, Madrid, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, S.A..
- Canas, Dário (1958), *As Obras de Rega do Alentejo - II Plano de Fomento*, Separata da «Lavoura Portuguesa».
- Castello-Branco, Fernando (1966), *Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal*, Lisboa, Separata da Revista 'Ocidente' - Volume LXV. ???
- Castello-Branco, Fernando (1963), *Aspectos e Problemas de Tróia de Setúbal*, Lisboa, Separata da Revista 'Ocidente' – Volume LXV.
- Clark, Kenneth (1965), *Paisagem na Arte*, Lisboa, Editora Odisseia.
- Collingwood, R. G. (s/d), *A Ideia da Natureza*, Lisboa, Editorial Presença
- Comissão Europeia / Direcção-Geral do Ambiente (2002), *A União Europeia e a Protecção da Natureza*.
- Comte, Augusto (1947), *Discurso Sobre o Espírito Positivo*, Lisboa, Seara Nova.
- Connerton, Paul (1993), *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- Daumas, Maurice (Dir.) (1962), *Les Origines de la Civilisation Technique*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Denis Duclos, "A imprensa e as questões ambientais" in Michel e Calliope Beaud e Mohamed Labbi Bouguerra (Dir.) (1995), *Estado do ambiente no mundo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Dobson, Andrew (1999), *Pensamiento Verde: Una Antologia*, Madrid, editorial Trotta.

- Dollfus, Olivier (1994), *L'espace monde*, Paris, Economica.
- *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Setembro 2001.
- Etienne, Robert; Makaroun, Yasmine; Mayet, Françoise (1994), *Un Grand Complexe Industriel a Tróia (Portugal)*, Paris, Diffusion E. de Boccard.
- Eugénio Castro Caldas, "O Progresso Técnico e a Vida Animal" in *Semana de Estudos Rurais Fátima, 1957, Organismos Agrários da Acção Católica*, Edições das Direcções Gerais de L. A. C. -, - L. A. C. F., - J. A. C., - J. A. C. F.
- *Evocando a Campanha do Trigo: Comemorações do XXV Aniversário* (1955), Lisboa, Federação Nacional dos Produtores de Trigo.
- Faria, Carlos Vieira de (1981), *Novo Fenómeno Urbano: Aglomeração de Setúbal - Ensaio em Sociologia*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Fennell, David A. (1999), *Ecotourism. An introduction*, London and New York, Routledge.
- Ferreira de Almeida (Coord) (2001), *II Inquérito Nacional os Portugueses e o Ambiente*, Lisboa, Observa, policopiado.
- Ferreira, Fernando Bandeira (1956), *O Paleolítico da Tróia de Setúbal. Sua Origem e Significado*, Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tomo XXII, 2.^a Série, n.º1.
- Ferreira, Vítor Matias (1977), *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Ferry, Luc (1993), *A Nova Ordem Ecológica*, Lisboa, Edições Asa.
- Formigari, Lia (1984), *O Mundo Depois de Copérnico*, Lisboa, Edições 70.
- Fortuna, Carlos, "Turismo, autenticidade e cultura urbana", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º43, Outubro, 1995.
- Garcia, José Luís (Coord.), Ferreira, José Gomes (1999), *Episódios de Conflito Ambiental: A Península de Tróia perante o dilema da requalificação urbana e paisagística e a recuperação turística - Relatório Final*, Lisboa, Observa.
- Giddens, Anthony (1996), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1997), *Para Além da Esquerda e da Direita*, Oeiras, Celta Editora.

- Gonalo Ribeiro Telles, "Ordenamento do Territ3rio e 3reas Protegidas" in AAVV *1.º Congresso de 3reas Protegidas. Comunica3es e Conclus3es, Lisboa 15 a 17 de Dezembro de 1987* (1989), Lisboa, Servio Nacional de Parques, Reservas e Conserva33o da Natureza.
- Gonalves, Victor Santos (1965), *Arronches Junqueiro e Tr3ia de Set3bal*, Separata do «Arquivo de Beja».
- Hall, C. M. and Page, S. J. (1999), *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place and Space*, London and New York, Routledge.
- Henriques, Pedro Castro (1988), *3reas Protegidas em Portugal*, Mem Martins.
- Heras, M3nica P3rez de las (1997), *La Conservaci3n de la Naturaleza*, Madrid, Acento Editorial.
- Hottois, Gilbert, (1990) *O paradigma bio3tico: uma 3tica para a tecnoci3ncia*, Lisboa, Edi3es Salamandra.
- Hulot, Nicolas, Barbault, Robert e Bourg, Dominique (1999), *Para que a terra permanea humana*, Editorial Biz3ncio.
- Humbert, Genevi3ve et Leveuvre, Jean-Claude, "A chacun son patrimoine ou patrimoine commun?", Marcel Jollivet (Dir.) (1992), *Sciences de la Nature. Sciences de la Soci3t3. Les Passeurs des Fronti3res*, Paris, CNRS 3ditions.
- Jalhay, Eug3nio (1948), *Franz Cumont e o baixo-relevo mitraico de Tr3ia*, Lisboa, Separata da Revista Brot3ria, Vol. 46, Fasc. 5.
- Jo3o Antunes Est3v3o, "A floresta3o dos baldios", In *An3lise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983-4, p.1177.
- Jonas, Hans (1994), *3tica, medicina e t3cnica*, Lisboa, Ed. Vega.
- Jonas, Hans (1997), *Le principe responsabilit3: une 3thique pour la civilisation technologique*, Les 3ditions du Cerf, Paris.
- Jos3 Miranda de Magalh3es, "O Problema dos Ranchos migrat3rios em Portugal" in *Semana de Estudos Rurais F3tima, 1957, Organismos Agr3rios da Ac33o Cat3lica*, Edi3es das Direc33es Gerais de L. A. C. -, - L. A. C. F., - J. A. C., - J. A. C. F.
- Jos3 Rui Ribeiro (1993), "Os montados como sistemas de utiliza33o m3ltipla", In *Informa33o Florestal*, n.º1, Abril-Junho1993.
- Juan Carlos Orella, "Los parques Nacionales en nuestro tiempo" in *Vida Silvestre*, n.º62, 2.º semestre 1987, Madrid.

- Kelse, Hans (1946), *Society and Nature - A Sociological Inquiry*, London, Karl Manheim (Editor).
- Kotler, Philip, Bowen, John, Makens, James (1999), *Marketing for Hospitality and Tourism*, Upper Saddle River, Prentice Hall International, 2/e.
- Krippendorff, Jost (1987), *La-haut sur la montagne... Pour un développement du tourisme en harmonie avec l'homme et la nature*, Berne, Kümmerly + Frey.
- Laws, Diane, "Is responsible tourism the key to the future?", AAVV (1994), *New Routes for Leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer/World Leisure Congress - Lisboa, 3-5 Junho de 1992*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Lefebvre, Henry (2000), *La Production de l' espace*, Paris, Anthropos.
- Lenoble, Robert (1990), *História da Ideia de Natureza*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes, Felisbela (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*, Coimbra, Minerva Editora.
- Luhmann, Niklas (1993), *Risk: a Sociological Theory*, Berlin - New York, Walter de Gruyter.
- Luhmann, Niklas (1997), *Observaciones de la modernidad: racionalidad y contingencia en la sociedade moderna*, Barcelona, Paidós.
- Machado, Fernando Falcão (1949), *O Nosso Sal de Setúbal*, Conferência Proferida nos Paços do Concelho de Setúbal, em 7-XII-1949, e Integrada no Ciclo Organizado pelo Grémio do Comércio de Setúbal.
- Malthus, Thomas (1798 data do original), *Ensaio Sobre o Princípio da População*, Publicações Europa América.
- Marta Vázquez Martin, "La nueva ética de Hans Jonas en el contexto de las éticas ambientales" in *Cuadernos de Realidades Sociales* (2000), n.º55/56, Instituto de Sociologia Aplicada de Madrid.
- Mattoso, José (Dir.) (1994), *História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Meadows, Donella, et al. (1972), *Limites do crescimento: um relatório para o projecto do Clube de Roma sobre o dilema da Humanidade*. (Atualizado em 1992 como o título *Além dos limites: da catástrofe total ao futuro sustentável*).
- Melo, João Joanaz de e Pimenta, Carlos (1993), *O que é a Ecologia*, Lisboa, Difusão Cultural.

- Mill, John Stuart (1874 e 1998), *La Naturaleza*, Madrid, Alianza Editorial.
- Morbey, Tomás (1977), *A Agricultura e o Meio Ambiente*, Separata de Problemas do Ambiente.
- Moscovici, Serge (1994), *La société contre nature*, Éditions du Seuil.
- Nave, Joaquim Gil (Coord.) (2000), *As Organizações Não Governamentais de Ambiente - Elementos de Fenomenologia*, Lisboa, Observa.
- Odum, Eugene, P. (1988), *Fundamentos de Ecologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Oelschlaeger, Max (1991), *The Idea of Wilderness*, New Haven and London, Yale University Press.
- Oliveira, Ernesto Veiga de et al (1990), *Actividades agro-marítimas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Ortigão, Ramalho (2002), *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, conforme a 1.^a edição (1876), Lisboa, Frenesi.
- Pelt, Jean-Marie (1991), *A Natureza Reencontrada*, Lisboa, Gradiva.
- Pelt, Jean-Marie e Steffan, Frank (2001), *A Terra como Herança*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Pinho Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de (1874), *Portugal Antigo e Moderno, Dicionário Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Fregeuzias de Portugal e de Grande Número de Aldeias*, Volume Segundo, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreia & Companhia.
- Pinho, Jaime (coord.) (1992), *Entre urzes e camarinhas. As festas da Arrábida e de Tróia*, Setúbal, Estuário.
- *Plano de Urbanização de Tróia* (1999) - Relatório
- *Plano de Urbanização de Tróia* (1999), Elementos Fundamentais.
- *Plano de Urbanização de Tróia* (1999), Inquérito Público
- Portugal, Apolinário (1985), *A Agricultura em Portugal*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais.
- *Projecto de Investimento Tróia* (1999), Sonae Turismo / Imoarea.
- Quivy, Raymond e Champenhoudt, Luc Van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

- Rasteiro, Joaquim (1929), Portugal. *A Agricultura. Exposição Portuguesa em Sevilha*, Imprensa Nacional de Lisboa.
- Rau, Virgínia (s/d), *Estudos sobre a História do Sal Português*, Lisboa, Editorial Presença.
- Relatório da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para Apreciação dos Actos do Governo e das Suas Orientações de Parceria em Negócios Envolvendo o Estado e Interesses Privados, *Diário da Assembleia da República*, II Série - B, 10 de Maio de 1999
- Ribeiro, Margarida (1970), *Anzóis de Tróia, Lisboa, Separata de O Arqueólogo Português*, Série III - Vol. IV.
- Ribeiro, Orlando (1986), *A Arrábida: Esboço Geográfico*, Câmara Municipal de Sesimbra, Homenagem a O. Ribeiro, 50 Anos, da Obra " *A Arrábida: Esboço Geográfico*", no âmbito do Debate sobre a Conservação da Costa da Arrábida-Espichel, realizada em Sesimbra em 8 de Março de 1936.
- Rifkin, Jeremy (s/d), *Entropia: uma visão nova do mundo*, Universidade do Algarve, Faro.
- Russo, Nicola (2000), *Filosofia ed Ecologia*, Guida Editori, Napoles.
- Sá, Mário Vieira de (1951), *Sal Comum. Vol. II. A Técnica das marinhas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Schmidt, Luísa (1999), *Ambiente e Natureza no écran: Emissões Televisivas, remissões culturais*, Lisboa, ISCTE, Tese de Doutoramento em Sociologia.
- Schmidt, Luísa (Coord.) (2000), *Ambiente e Televisão - Análise Evolutiva 1957-1995*, Lisboa, Observa.
- Serrão, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 3, 4 e 5, Iniciativas Editoriais.
- Serres; Michel (1994), *O Contrato Natural*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Baldaque da (1893), *Estudo histórico hydrografico sobre a barra do porto de Lisboa, Tomo II - Atlas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Silva, Carlos Tavares da e Cabrita, Mateus Gonçalves (1964), *Estações Romanas da Região de Setúbal*, Setúbal, Separata da «Revista Cetóbriga», n.º1 e 2.

- Silva, Carlos Tavares da e Cabrita, Mateus Gonçalves (1966), *O problema da destruição da povoação romana de Tróia de Setúbal*, Guimarães.
- Singer, Peter (1995), *Ética Práctica*, Nova Iorque, Cambridge University Press (trad. esp. /trad. Port.).
- Soares, Joaquina (1980), *Estação Romana de Tróia*, Câmara Municipal de Grândola.
- Soper, K. (1995), *What is nature?* Oxford, Blackwell.
- Soromenho-Marques, Viriato (1994), *Regressar à Terra - Consciência Ecológica e Política de Ambiente*, Lisboa, Fim de Século.
- Soromenho-Marques, Viriato (1998), *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Territórios do Lazer & do Turismo, *Sociedade e Território*, n.º28, Agosto de 1998.
- Thoreau, Henry David (2000), *Wild Fruits - Thoreau's rediscovered last manuscript*, New York - London, W. W Norton & Company.
- Torralta (1981), *Parque de Turismo de Tróia, Regulamento - Ponta do Adoxe*, Tróia - Setúbal.
- Traquina, Nelson (2001), *O estudo do jornalismo no século XX*, São Leopoldo (Brasil), Editora Unisinos.
- Urry, John "Social relations, space and time", in Derek Gregory and John Urry (Ed.) (1985), *Social Relations and Spatial Structures*, London, Macmillan.
- Urry, John and Crawshaw, Carol, "Turismo e consumo visual", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º43, Outubro, 1995.
- Varagnac, A. (Dir.) (1963), *O Homem Antes da Escrita*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Velasco, Joaquín Romano (Coord.) (2000), *Desarrollo Sostenible y Evaluación Ambiental: del Impacto al Pacto con Nuestro Entorno*, Valladolid, Ámbito Ediciones, S.A.
- Viriato Soromenho-Marques, "Quatro Desafios da Sustentabilidade" in *Fórum Desenvolvimento e Cooperação* (Julho 2002). Também em edição digital em <http://www.forumdc.net>
- Whitehead, Alfred North (1957), *The Concept of Nature*, Ann Arbor Books/The University of Michigan Press.
- Wolkowitsch, Maurice (1992), *Géographie des Transports*, Paris, Armand Colin.

Sítios da net:

<http://www.apss.pt/>

<http://www.forumdc.net>

<http://www.uicn.org/>

www.aflops.pt

www.alentejodigital.pt

www.ccr-alt.pt

www.cm-grandola.pt

www.costa-azul.rts.pt

www.icn.pt

www.setubalnarede.pt

www.uneptie.org,

www.world-tourism.org

Jornais:

- Diário de Notícias
- Diário Económico
- Expresso
- Jornal de Tróia
- O Público
- O Setubalense